

Susana Marisa de Almeida Costa

*A utilização do Planeamento e do Ciclo do  
Projecto pelas ONGD Portuguesas no contexto da  
Ajuda Humanitária*

Universidade Fernando Pessoa

Porto 2012



Susana Marisa de Almeida Costa

*A utilização do Planeamento e do Ciclo do  
Projecto pelas ONGD Portuguesas no contexto da  
Ajuda Humanitária*

Universidade Fernando Pessoa

Porto 2012

Susana Marisa de Almeida Costa

*A utilização do Planeamento e do Ciclo do  
Projecto pelas ONGD Portuguesas no contexto da  
Ajuda Humanitária*

Trabalho apresentado à Universidade  
Fernando Pessoa como parte dos  
requisitos para obtenção do Grau de  
Mestre em Acção Humanitária,  
Cooperação e Desenvolvimento, sob  
orientação do Professor Doutor Paulo  
Castro Seixas e co-orientação da Mestre  
Ana Paula Fernandes

## **Resumo**

As catástrofes naturais e humanas são acontecimentos cada vez mais frequentes e portanto, é crescente a actuação no contexto da Ajuda Humanitária. As Organizações Não Governamentais (ONG) têm um papel importante nesse contexto, através das suas intervenções, que exigem ser planeadas para que sejam de facto eficazes. Assim sendo, e considerando o facto de não se terem encontrado estudos sobre esta importante relação, entre o Planeamento e a prestação Portuguesa no contexto da Ajuda Humanitária, surge a motivação para este estudo, descritivo, transversal e quantitativo, com recurso à pesquisa bibliográfica e ao questionário, escolhido como instrumento de medida, e aplicado a 70 Organizações Não Governamentais para o Desenvolvimento (ONGD) Portuguesas, sendo o método de análise de dados a análise estatística descritiva.

Os seus objectivos passam por caracterizar a Ajuda Humanitária prestada pelas ONGD Portuguesas, assim como descrever se essa Ajuda Humanitária é planeada e identificar a utilização do Ciclo do Projecto nas intervenções, após ter surgido a questão de investigação sobre como é planeada e implementada essa mesma ajuda. *As ONGD Portuguesas que prestam Ajuda Humanitária planeiam as suas intervenções e As ONGD Portuguesas que prestam Ajuda Humanitária incluem o Ciclo do Projecto nas suas intervenções* constituem as hipóteses desta investigação, e os resultados mostram então que a Ajuda Humanitária prestada é planeada, e também que o Ciclo do Projecto é utilizado nas suas intervenções.

**Palavras – chave:** Ajuda Humanitária, Organizações Não Governamentais, Projecto, Planeamento, Ciclo do Projecto

## **Abstract**

Natural and human catastrophes are increasingly frequent and therefore it is even more important the Humanitarian Aid. Non-Governmental Organizations (NGO) have a relevant role in such context, due to their interventions, that should and need to be adequately planned in order to be effective.

Therefore, the motivation to this research relies in the fact that no studies were find assessing this important relation, between the Planning and the Portuguese performing in the Humanitarian Aid context. This is a descriptive and transversal and quantitative study, through bibliographic research and questionnaire application (chosen as measure instrument) and applied to 70 Portuguese Non-Governmental Organizations for Development (NGOD). The collected data was analised using a descriptive statistical analysis.

This study aimed to characterize the Humanitarian Aid performance by the Portuguese NGO and to identify the use of the Project Cycle and the planning by NGO. If *Humanitarian Aid conducted by the Portuguese NGOD are planned*, and also if *the Project Cycle is used by such institutions in their interventions* are the hypothesis of this research, and our results show that Humanitarian Aid is in fact planned and that the Project Cycle is used by the Portuguese NGO in implementing Humanitarian Aid interventions.

**Key – Words:** Humanitarian Aid, Non-Governmental Organizations, Project, Planning, Project Cycle

## **Agradecimentos**

Agradeço a todas as ONGD Portuguesas que tornaram este trabalho possível através da sua colaboração. A todos os familiares e amigos que me acompanharam e apoiaram neste caminho. Ao Professor Doutor Paulo Castro Seixas, e à Mestre Ana Paula Fernandes por todo o seu apoio, disponibilidade, acompanhamento, paciência e dedicação que possibilitaram a concretização deste percurso.

## **Acrónimos**

AH – Ajuda Humanitária

APD – Ajuda Pública ao Desenvolvimento

CAD – Comité de Ajuda ao Desenvolvimento

ECHO – European Coordination of Humanitarian Office

GCP – Gestão do Ciclo de Projecto

GHD - Good Humanitarian Donorship

IEEI – Instituto de Estudos Estratégicos Internacionais

IPAD – Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento

MPGP - Mochila Pedagógica sobre Gestão de Projectos

OMS – Organização Mundial de Saúde

ONG – Organização Não Governamental

ONGD – Organização Não Governamental para o Desenvolvimento

SWOT - Strengths, Weaknesses, Opportunities, Threats

## Índice

Introdução.....	13
Capítulo I: Ajuda Humanitária .....	19
1.1– Breve perspectiva histórica.....	19
1.2 – Definição e Caracterização.....	20
1.2.1 – Ajuda Humanitária e Emergência .....	23
1.2.2 – Ajuda Humanitária e Reabilitação .....	24
1.2.3 – Ajuda Humanitária e Desenvolvimento .....	25
1.3 – Contexto Português .....	27
1.3.1 – A importância e o papel das ONGD.....	29
Capítulo II: O Planeamento e o Ciclo do Projecto no contexto da Ajuda Humanitária .	32
2.1 – Definição e caracterização de Projecto.....	32
2.2 – Definição e Tipos de Planeamento .....	33
2.3 – Importância e Benefícios do Planeamento em Ajuda Humanitária.....	34
2.4 – Metodologias de Planeamento.....	36
2.4.1 – Método do Enquadramento Lógico.....	37
2.4.2 – Metodologia Participativa .....	39
2.4.3 – Análise de Cenários.....	40
2.4.4 – Análise SWOT .....	41
2.5 – Ciclo do Projecto .....	43
2.5.1 – Conceptualização .....	44
2.5.2 – Identificação .....	45
2.5.3 – Preparação .....	46
2.5.4 – Financiamento .....	47
2.5.5 – Implementação .....	48
2.5.6 – Avaliação.....	48
2.6 – Aplicabilidade do Ciclo do Projecto em Ajuda Humanitária.....	50

Capítulo III: Caracterização do Planeamento e utilização do Ciclo do Projecto pelas ONGD Portuguesas na sua intervenção em Ajuda Humanitária.....	52
3.1 – Metodologia de Investigação.....	52
3.1.1 – Características gerais do estudo .....	53
3.1.2 – Questões orientadoras, Objectivos e Hipóteses.....	54
3.1.3 – A Selecção da Amostra .....	55
3.1.4 – Escolha do instrumento de medida.....	56
3.1.5 – As variáveis .....	57
3.1.6 – Método de análise e tratamento dos dados.....	58
3.2 – Resultados da pesquisa .....	58
3.2.1 – Apresentação dos resultados do questionário.....	59
3.2.2 – Apresentação dos resultados das relações realizadas entre diversas perguntas do questionário.....	75
3.2.3 – Interpretação e discussão dos resultados .....	81
Conclusão .....	91
Bibliografia.....	93
Webgrafia	
Anexos	
Anexo I - Questionário aplicado	
Anexo II - Lista das ONGD incluídas no estudo	

## Índice de Figuras

Figura 1 – Gráfico de frequências para a caracterização das áreas de intervenção das ONGD Portuguesas .....	59
Figura 2 – Gráfico de frequências para o número de missões de AH implementadas anualmente.....	60
Figura 3 – Gráfico de frequências para o tipo de acções implementadas.....	61
Figura 4 – Gráfico de frequências para quantos tipos de acções implementa cada ONGD .....	61
Figura 5 – Gráfico de frequências para os critérios da Organização na tomada de decisão para intervir.....	62
Figura 6 – Gráfico de frequências para o tipo de parcerias estabelecidas por cada ONGD Portuguesa .....	63
Figura 7 – Gráfico de frequências para o número de parcerias estabelecidas.....	63
Figura 8 – Gráfico de frequências para a importância das fontes de financiamento.....	64
Figura 9 – Gráfico de frequências para a satisfação dos financiamentos obtidos .....	65
Figura 10 – Gráfico de frequências para os sectores de intervenção.....	66
Figura 11 – Gráfico de frequências para o número de sectores de intervenção .....	66
Figura 12 – Gráfico de frequências para a duração das acções .....	67
Figura 13 – Gráfico de frequências para mais do que um período de duração das acções .....	67
Figura 14 – Gráfico de frequências para a existência de coordenação entre as ONGD Portuguesas.....	68
Figura 15 – Gráfico de frequências para os recursos humanos disponíveis.....	69
Figura 16 – Gráfico de frequências para a existência de apoio da opinião pública .....	70
Figura 17 – Gráfico de frequências para a utilização do ciclo do projecto .....	70
Figura 18 – Gráfico de frequências para as metodologias de planeamento .....	71
Figura 19 – Gráfico de frequências para a avaliação da implementação dos projectos .	72
Figura 20 – Gráfico da relação entre o número de missões anuais e a utilização do ciclo do projecto .....	76
Figura 21 – Gráfico da relação entre a utilização do ciclo do projecto e os financiamentos obtidos .....	77
Figura 22 – Gráfico da relação entre a utilização do ciclo do projecto e as metodologias de planeamento .....	78

Figura 23 – Gráfico da relação entre o número de missões anuais e a avaliação da implementação do projecto.....	79
Figura 24 – Gráfico da relação entre o seguimento do ciclo do projecto e a avaliação da implementação.....	80
Figura 25 – Gráfico da relação entre as metodologias de planeamento e a avaliação da implementação.....	81

### **Índice de Tabelas**

Tabela 1 – Vantagens apontadas pelas ONGD Portuguesas para o sucesso da sua actividade.....	73
Tabela 2 – Limitações apontadas pelas ONGD Portuguesas para o sucesso da sua actividade.....	74

## **Introdução**

Na conferência que decorreu em Alma-Ata em 1979 foi definido pela Organização Mundial de Saúde (OMS) a necessidade imperativa de fazer chegar aos mais desfavorecidos a garantia de um bem-estar físico, psíquico e social. Em 2000 mantendo-se focados nestas necessidades, os 189 Estados Membros reunidos na Cimeira do Milénio, comprometeram-se a atingir o que ficou designado por Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), e que obviamente se repercutirão no contexto da Ajuda Humanitária, uma vez que sendo alcançados conduzirão a uma redução da vulnerabilidade e aumento da capacidade de resposta perante acontecimentos traumáticos.

A garantia deste bem-estar físico, psíquico e social pode estar comprometida perante a presença de uma ameaça, nomeadamente as catástrofes naturais (tais como terremotos, inundações, etc.) e as catástrofes provocadas pelo homem (conflitos, guerras, etc.). O Dicionário Hegoa (2000) define uma catástrofe como um acontecimento extremo de origem natural ou humana, que pode afectar um determinado local, num determinado momento, podendo causar danos e perturbações que podem despoletar um processo de desastre. Os termos catástrofe e desastre não devem portanto confundir-se, pois têm significados diferentes, sendo que uma catástrofe é um acontecimento que num contexto de vulnerabilidade pré-existente, pode conduzir portanto, a um desastre. Um desastre traduz-se num processo de crise e desestruturação socioeconómica com graves consequências em diversas áreas. Segundo a definição da OMS e do Dicionário Hegoa (2000), um desastre significa uma ruptura grave a nível do funcionamento de uma comunidade, que excede a sua própria capacidade de resposta, e portanto necessita de ajuda externa. Analogamente na perspectiva de Hassmiller (1999), esta devastação e destruição, não pode ser aliviada sem ajuda, atingindo as populações mais vulneráveis.

As catástrofes podem manifestar-se sob níveis de intensidade variados, com um impacto imensurável, deixando as suas vítimas fragilizadas e devastadas pelas perdas humanas e materiais, e tanto as catástrofes naturais, como as catástrofes provocadas pelo homem podem produzir múltiplas consequências físicas, mentais, sociais e ambientais. No entanto, o nível de intensidade e as suas variadas consequências são amplamente influenciados pelos níveis de vulnerabilidade, e capacidade de resposta

supracitados. Relativamente a este facto, o Dicionário Hegoa (2000) e a OMS sublinham que muitos dos denominados desastres naturais, não o são na verdade, no sentido que são determinados pela acção humana ou pela falta dela. O Dicionário Hegoa (2000) define mesmo que, a fronteira entre o natural e o humano pode ser ténue ou difusa, e portanto, todas as catástrofes têm parte de ambos os componentes.

Considerando estes factos, as consequências das catástrofes (sejam naturais ou humanas) podem também ser percebidas como causas e vice-versa, como se de um “ciclo vicioso” se tratasse, deixando os mais desfavorecidos ainda mais vulneráveis, e portanto provocando maior devastação nos países menos desenvolvidos, uma vez que possuem menos recursos, menos infra-estruturas, menos cuidados de saúde, entre outros. Assim o afirma Bandeira (2008) citando Kouchner ao referir que os países mais pobres e menos organizados são os mais profundamente atingidos. Nestas circunstâncias as instituições humanitárias podem ter um papel fundamental através da sua actuação na vertente da Ajuda Humanitária.

Perante a diversidade de possíveis catástrofes e suas consequências, colocam-se diferentes desafios, aos quais os vários actores têm que fazer face, adaptando a sua missão. Num domínio tão amplo como o da Ajuda Humanitária é essencial que os profissionais que nela actuam sejam especializados, abarcando conhecimentos de diversas disciplinas, com vista a uma actuação com alcance global (Carvalho, 2006). Esta intervenção dos profissionais deve ser integrada na coordenação com outros actores, que incluem o governo, as autoridades locais, as Organizações Não Governamentais (ONG), os meios de comunicação social e sobretudo, com os próprios beneficiários, actores fundamentais em todo o processo.

Relativamente à intervenção planeada no contexto da Ajuda Humanitária, existem duas vertentes no que respeita à sua actuação. Uma das vertentes sustenta que o planeamento e a Ajuda Humanitária (nomeadamente de emergência), são incompatíveis devido à exigência de duas condicionantes: a rapidez da resposta e o nível de incerteza quanto a essa resposta, de acordo com o tipo de acontecimento. A outra vertente sustenta a ideia de que para que as intervenções sejam exequíveis e relevantes para aqueles a quem são dirigidas, exigem um planeamento prévio, pois só através de intervenções planeadas se conseguem obter resultados eficazes. Mesmo na ausência de uma concreta definição do acontecimento é possível conceber um planeamento que

minimize as consequências do mesmo, apesar das vicissitudes que lhe possam ser inerentes.

Este estudo debruçar-se-á sobre a segunda vertente, ou seja, sobre a mais-valia da utilização do planeamento pelas Organizações Não Governamentais para o Desenvolvimento (ONGD) Portuguesas, na realização de acções de emergência, acção humanitária e ajuda humanitária. O planeamento em Ajuda Humanitária está definido e é preconizado tanto a nível internacional, tal como se afirmou na World Conference on Disaster Reduction (Hyogo Framework for Action 2005-2015) ocorrida em 2005 no Japão, como a nível nacional, através do Consenso Europeu, referência para a Ajuda Humanitária prestada pela União Europeia, na qual se inclui Portugal, que actua neste contexto, nomeadamente através das suas ONGD, foco deste estudo.

No entanto, não foram encontrados estudos sobre a relação das intervenções por parte das ONGD Portuguesas no contexto da Ajuda Humanitária e a prática do planeamento, surgindo assim a necessidade e motivação para um conhecimento mais aprofundado sobre o assunto, com vista à obtenção de respostas através de um processo ordenado, rigoroso e sistemático. Fortin (1999) diz que a aquisição de conhecimentos através do método científico, é enriquecido pelo poder descritivo e explicativo dos factos, fenómenos e acontecimentos. De acordo com Howard e Sharp (cit. in Bell 1997) a pesquisa consiste numa busca de conhecimentos com vista ao seu enriquecimento, e à resolução de problemas, através do recurso a processos metódicos que conduzem à descoberta de factos e ideias não triviais, perspectiva também partilhada por Drew (cit. in Bell 1997). À medida que avança a ciência, o objecto da sua pesquisa é moldado de forma a adaptar-se aos seus próprios meios, e o resultado final será obviamente, a alteração do nível de conhecimento científico anterior, através de um processo activo (Carvalho 2002), que se espera alcançar com este estudo.

Desta forma, surge assim a questão ou problema de investigação motivador e orientado deste estudo:

✓ Como é planeada e implementada a Ajuda Humanitária prestada pelas ONGD Portuguesas?

Nesta sequência, definiram-se portanto, os seguintes objectivos de estudo que se pretendem alcançar:

- ✓ Caracterizar a Ajuda Humanitária prestada pelas ONGD Portuguesas
- ✓ Descrever se essa Ajuda Humanitária prestada é planeada
- ✓ Identificar a utilização do Ciclo do Projecto nas intervenções das ONGD

Como resposta provável e provisória ao problema/questão colocado, combinando este último e os objectivos numa predição de resultados esperados, através do método indutivo, partindo de casos particulares para chegar a uma proposição geral do conjunto, colocam-se as seguintes hipóteses de investigação:

- ✓ As ONGD Portuguesas que prestam Ajuda Humanitária planeiam as suas intervenções, como 1ª hipótese de estudo e
- ✓ As ONGD Portuguesas que prestam Ajuda Humanitária incluem o Ciclo do Projecto nas suas intervenções, como 2ª hipótese de estudo

Este é um estudo descritivo, que se reporta portanto à descrição e caracterização de um fenómeno, ou seja, pretende-se caracterizar a Ajuda Humanitária prestada pelas ONGD Portuguesas e descrever se essa ajuda é planeada e se recorre ao ciclo do projecto. Pretende tornar o fenómeno conhecido, através da sua documentação e comunicação, tendo em consideração a escassez de bibliografia nesse domínio, como já foi referido. Trata-se de uma investigação quantitativa, baseada num processo de colheita de dados quantificáveis, tendo como finalidade a sua contribuição para o desenvolvimento e validação dos conhecimentos, através do recurso à pesquisa bibliográfica e à aplicação do questionário, escolhido como instrumento de medida.

Relativamente à pesquisa bibliográfica, como já foi mencionado, não foram encontrados estudos sobre o planeamento e o ciclo do projecto por parte das ONGD Portuguesas em contexto de Ajuda Humanitária, no entanto foi realizada uma pesquisa tanto a nível de bibliotecas como de internet, para a elaboração de todo o enquadramento teórico transmitido nos dois primeiros capítulos deste trabalho.

No que respeita ao questionário, após a formulação dos objectivos de estudo decorrentes da questão/problema de investigação, e para responder às hipóteses de investigação, este foi então elaborado. A formulação dos referidos objectivos foi realizada de forma a constituir categorias, com a precisão das diferentes dimensões/temas a estudar, e portanto, o questionário elaborado determinou um número de questões para cada uma dessas dimensões/temas abordadas nos objectivos

(Caracterização da Ajuda Humanitária, Planeamento e Ciclo do Projecto). O questionário é composto por questões fechadas e questões abertas (Anexo I).

A população-alvo definida abrange as ONGD Portuguesas, tendo sido seleccionada como amostra, as 67 ONGD associadas da Plataforma Portuguesa das ONGD (Anexo II), uma vez que as ONGD mais representativas estão reunidas nesta Plataforma, segundo menciona o Instituto de Estudos Estratégicos Internacionais (IEEI), e ainda 3 ONGD não associadas da Plataforma (Anexo II), mas consideradas pertinentes e importantes para este estudo, dada a sua vasta experiência no contexto da Ajuda Humanitária, constituindo um total de 70 ONGD. Quanto à aplicação, o questionário foi enviado às 70 ONGD por e-mail, sendo as respostas também solicitadas por e-mail.

A Plataforma Portuguesa das ONGD foi criada a 23 de Março de 1985, e é uma associação privada sem fins lucrativos que representa um grupo de 67 ONGD registadas no Ministério dos Negócios Estrangeiros, tendo surgido em resultado da necessidade das suas associadas se afirmarem enquanto interlocutores privilegiados do Governo Português e das Instituições de carácter supra-governamental, relativamente à construção de políticas de Desenvolvimento e Cooperação. Desta forma, representa as ONGD Portuguesas a nível nacional e internacional, potenciando as suas capacidades.

Considerando o tipo de investigação efectuada e a congruência entre os objectivos e o desenho do estudo, o método de análise dos dados eleito foi a análise estatística descritiva. Quanto à organização e tratamento dos dados foi realizada a descrição dos resultados em frequências e a sua apresentação em tabelas ou gráficos circulares ou de barras. Espera-se através da comunicação dos resultados obtidos, estabelecer a ponte entre a sua significação estatística e a sua importância, no que diz respeito à contribuição para o avanço dos conhecimentos.

As restrições do estudo prenderam-se essencialmente com a difícil adesão à colaboração por parte de algumas ONGD, que acabaram por se reflectir no limite temporal estabelecido inicialmente.

Com o intuito de obter conhecimento sobre a realidade das ONGD Portuguesas, relativamente à sua intervenção em Ajuda Humanitária, focando o contexto do planeamento e do ciclo do projecto, este estudo apresenta-se dividido em três capítulos:

O primeiro capítulo contempla uma reflexão sobre a Ajuda Humanitária, apresentando-se em três pontos principais que se reportam a uma breve perspectiva histórica de enquadramento, a uma definição de conceitos e caracterização da Ajuda Humanitária que passam pela emergência, reabilitação e desenvolvimento, e por último uma breve delimitação relativamente ao contexto português, com especial enfoque na importância e papel das suas ONGD.

O segundo capítulo oferece uma apresentação do planeamento e do ciclo do projecto no contexto da Ajuda Humanitária, com a definição de planeamento e as suas tipologias mais relevantes para este estudo. É explorada a importância e benefícios do planeamento em Ajuda Humanitária, e expostas as metodologias de planeamento consideradas mais pertinentes neste contexto, assim como a exposição do ciclo do projecto, através da sua definição e descrição das suas fases, desde a conceptualização até à avaliação. O capítulo termina com a referência à aplicabilidade do ciclo do projecto no contexto da Ajuda Humanitária.

O terceiro capítulo faz abordagem à caracterização do planeamento e utilização do ciclo do projecto pelas ONGD Portuguesas na sua intervenção em Ajuda Humanitária, começando pela explanação metodológica, definição dos objectivos, das questões orientadoras e das hipóteses, características gerais do estudo, da amostra, do instrumento de medida, das variáveis e do método de análise e tratamento dos dados. Por fim, apresentam-se os resultados obtidos, passando-se à sua interpretação e discussão, e pretendendo verificar a veracidade das hipóteses de estudo.

## **Capítulo I: Ajuda Humanitária**

### **1.1 – Breve perspectiva histórica**

Este é um estudo com enfoque nas intervenções das ONGD Portuguesas, no contexto da Ajuda Humanitária (AH), e portanto, considera-se pertinente abordar alguns parâmetros fundamentais para melhor compreender esta área de actuação, iniciando-se por uma abreviada perspectiva histórica, relativamente ao surgimento da AH até à sua evolução na actualidade.

Desde a antiguidade que as práticas de cuidar estão profundamente enraizadas na história, caracterizadas pela dedicação total e constante ao sofrimento humano (Honoré, 2002), e portanto, como menciona o Dicionário Hegoa (2000), as raízes da acção humanitária encontram-se em diferentes culturas e religiões, assente nas concepções da beneficência, caridade e filantropia. Eram tarefa das mulheres, desde a Idade Média até ao fim do século XIX, e foi a partir da noção de saúde que se desenvolveu o pensamento e a acção humanitária, que se limitava à assistência técnica. No entanto, cuidar do outro significa cuidar holisticamente, ou seja, cuidar do outro no seu todo e no seu meio (Honoré, 2002).

Um dos marcos de desenvolvimento da concepção moderna da AH ocorreu em 1859, após a batalha de Solferino, a partir da qual Henry Dunant sugeriu que cada país constituísse uma sociedade voluntária de socorro, bem como os Estados ratificassem o “primeiro tratado internacional”, garantindo a protecção legal dos hospitais militares e pessoal médico. Em consequência deste apelo, em 1864 foi criado o Comité Internacional da Cruz Vermelha (CICV) e conseqüente criação de uma série de tratados internacionais, começando assim o respeito e defesa do Direito Internacional Humanitário (Dicionário Hegoa, 2000).

No séc. XIX iniciou-se a época do humanitário, que começou a conquistar de forma crescente um espaço na sociedade, pois o sofrimento do homem pertence à humanidade, e portanto, exige actuação. Esta época do humanitário traduziu-se no ideal de progresso social, de igualdade, e de acção de socorro organizada, surgindo assim a AH de Estado a Estado (Brauman, 1997). As décadas de 70 e 80 representaram portanto um desenvolvimento do campo humanitário, através da aparição de novas organizações. No entanto, as fomes africanas de meados dos anos 80, contribuíram particularmente

para o desenvolvimento de uma reflexão teórica deste campo. Simultaneamente, a solidariedade internacional (presente desde os anos 50 até aos anos 80) entrou em crise, sendo evolutivamente substituída por um humanitarismo de carácter relativamente apolítico. Nos anos 90 experimentou um maior desenvolvimento, com o aumento da capacidade de actuação do Conselho de Segurança das Nações Unidas, bem como a pressão exercida pelos meios de comunicação, através da estimulação e mobilização da opinião pública internacional, dos governos e das organizações internacionais. Como consequência, os doadores aumentaram os financiamentos para a AH, contudo os recursos tendem a ser escassos até à actualidade. Estes avanços revelaram-se importantes a nível institucional, pois em 1992 foi criado o departamento para os Assuntos Humanitários das Nações Unidas, que se transformou em 1998 no Office for the Coordination of Humanitarian Affairs – OCHA (Departamento para a Coordenação de Assuntos Humanitários). Em 1992 surgiu também o European Coordination of Humanitarian Office – ECHO (Departamento para os Assuntos Humanitários da Comissão Europeia) que tem sido fundamental para aumentar o volume, coordenação e visibilidade da acção humanitária da União Europeia (Dicionário Hegoa, 2000).

Um passo decisivo na evolução da AH, teve origem na fome de Biafra em 1968, motivada pela guerra separatista na região da Nigéria, na qual a ajuda bilateral e das Nações Unidas não esteve presente, facto que levou à primeira operação humanitária por parte das ONG, que adquiriram a partir daí uma crescente importância nas suas intervenções até à actualidade (Dicionário Hegoa, 2000). É fundamental que esta abordagem dos problemas humanos seja global, com a possibilidade de apreciação dos riscos, dos recursos e também do desenvolvimento (Honoré, 2002), uma vez que é crescente a ocorrência de catástrofes (de causas naturais e humanas) e suas consequências.

## **1.2 – Definição e Caracterização**

Após uma breve perspectiva histórica sobre a AH, entende-se prioritário neste contexto de estudo distinguir os conceitos de ajuda de emergência, acção humanitária e AH, de forma a reforçar o esclarecimento dos conceitos e melhor compreender as intervenções, as áreas de actuação e a relação entre estas e as hipóteses de estudo colocadas. De acordo com a definição do Dicionário Hegoa (2000), a ajuda de

emergência consiste na ajuda prestada, com carácter urgente, às vítimas de desastres em consequência de catástrofes (de causas naturais ou humanas). Esta ajuda consiste em providenciar e garantir bens e serviços essenciais à sobrevivência, tais como cuidados de saúde, água, alimentos, abrigo, entre outros, sendo portanto, bastante limitada no tempo, caracterizada por um curto período de duração.

A acção humanitária, segundo a definição do Dicionário Hegoa (2000), reporta a um conjunto variado de acções de ajuda orientado para o auxílio às vítimas de desastres (desencadeados por catástrofes naturais ou humanas), de forma a garantir a sua subsistência, aliviar o seu sofrimento, defender os seus direitos fundamentais e a sua dignidade. Esta acção humanitária por vezes, pode envolver actuação no processo de travar a desestruturação socioeconómica, assim como preparar a comunidade face a desastres naturais. No entanto, é salientado no dicionário que é difícil a definição exacta e precisa deste conceito, uma vez que não existe consenso entre autores e organizações no que respeita ao seu significado e alcance, devido aos seus múltiplos e complexos contextos, actividades, actores e objectivos, resultando muitas vezes na utilização do termo, de forma ampla e imprecisa.

Quanto à definição de AH, o Dicionário Hegoa (2000) refere que tal como a definem várias agências, engloba um contexto mais amplo, incluindo não só a ajuda de emergência, mas também a ajuda em operações mais prolongadas (nomeadamente assistência a refugiados e deslocados, programa mundial de alimentos, etc.), ajudando a controlar a degradação do tecido social e económico, através da actuação de reabilitação e desenvolvimento futuros, preparando a população para possíveis situações futuras. Por este motivo, as hipóteses de estudo colocadas são referentes à AH e ao seu planeamento e utilização do ciclo do projecto, ou seja, as intervenções de emergência englobadas pela prestação da AH também devem ser planeadas, para que a sua eficácia seja facilitadora da transição para as intervenções de maior duração, como a reabilitação e o desenvolvimento, também estas com exigência de planeamento prévio. Nesta confluência entende-se que sem a eficácia de umas não é possível alcançar o sucesso das outras, sendo óbvia a relação que deve existir entre todas. Após uma fase de emergência é fundamental que se proceda à tal transição para a fase de reabilitação, que envolve o restabelecimento da segurança da população e a redução da sua vulnerabilidade, preparando-as para uma resposta a possíveis catástrofes e desastres

futuros, ou seja, capacitando-as para um desenvolvimento futuro e sustentável, ou seja, a chamada LRD (Ligar a Reabilitação ao Desenvolvimento).

Segundo o Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD) a AH é por definição, toda e qualquer acção que contribua de forma imediata e eficaz para minimizar os efeitos das catástrofes, de várias naturezas, junto das populações directamente afectadas. No sentido da uniformização das suas práticas, foi acordado em 2003, em Estocolmo, o Good Humanitarian Donorship (GHD), constituído por um conjunto de princípios e boas práticas, com o desafio de harmonizar práticas de doadores e actores humanitários, que deverão actuar de forma coordenada e previsível, tendo Portugal aderido ao GHD em 2006. Esta AH tem o dever de não impor como objectivo a transformação de uma sociedade, mas apenas ajudá-la a restabelecer-se de um período de desequilíbrio despoletado por uma catástrofe, ambiente no qual a AH conquista o seu propósito genuíno (Brauman, 1997).

Entre os documentos mais importantes para a actuação na área da AH, estão o GHD e o Consenso Europeu em matéria de AH. O GHD representa um conjunto de 23 princípios e boas práticas, que define a acção humanitária e os seus objectivos, os seus princípios gerais e as boas práticas de financiamento, de gestão e de prestação de contas dos doadores em matéria de AH. O Consenso Europeu em matéria de AH assinado pelo Conselho, pelo Parlamento Europeu e pela Comissão Europeia em 2007, é o quadro estratégico global que rege a resposta da União Europeia no domínio da AH, salientando os objectivos comuns, os princípios humanitários fundamentais e as boas práticas que a União Europeia no seu conjunto, aplica neste domínio (IPAD).

Ainda relativamente a normas e códigos de conduta refere-se também o Projecto Esfera, surgido em 1997 como iniciativa de um grupo de organizações humanitárias, com o objectivo de estabelecer normas mínimas universais nas áreas mais importantes da AH, para que a sua qualidade e prestação de contas fossem melhoradas. Não surgiu para criar novas normas, mas sim para consolidar algumas das já existentes, constituindo assim a Carta Humanitária e as Normas Mínimas de resposta humanitária a desastres, que demonstram a importância da ligação entre a AH e desenvolvimento (The Sphere Project).

Conforme menciona o Dicionário Hegoa (2000), a acção humanitária assenta em princípios éticos e operacionais e teve como precursor destes princípios, o Comité

Internacional da Cruz Vermelha. Estes princípios vêm-se enunciados no Código de Conduta do Movimento Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho, bem como das ONG na assistência humanitária em situação de desastre. Estes são os princípios pelos quais se devem reger a AH e dizem respeito à Humanidade, Imparcialidade, Neutralidade e Não Discriminação, Independência e Universalidade. Relativamente ao princípio da Humanidade, o Dicionário Hegoa (2000) diz que este se refere à garantia da dignidade humana, no sentido de aliviar o sofrimento humano causado por desastres (causas naturais ou humanas), e neste sentido a Carta Humanitária do Projecto Esfera reafirma a primazia deste imperativo humanitário. Quanto ao princípio da Neutralidade, supõe a abstenção de todos os actos que possam ser interpretados como favoráveis a uma das partes implicadas em detrimento da outra. O princípio da Imparcialidade, paralelo ao anterior, implica que a AH seja prestada em função das necessidades das vítimas e não em função de qualquer outro critério que suponha discriminação por raça, sexo ou ideologia política, estando aqui presente o princípio da Não Discriminação. A Independência significa que as organizações humanitárias devem actuar segundo as suas próprias decisões, independentemente de influências políticas, e a Universalidade significa que qualquer vítima de desastre (causas naturais ou humanas) deve ser socorrida independentemente de qualquer diferença política, ética ou de qualquer outro tipo, com base no facto de todos pertencem à humanidade.

Após a definição de ajuda de emergência, acção humanitária e AH, e de uma caracterização geral desta última, passa-se à abordagem e definição nos seguintes pontos, das diferentes áreas de intervenção que a AH engloba, para que seja mais perceptível estabelecer a sua ligação e necessidade a um planeamento dessas acções, centro deste estudo.

### 1.2.1 – Ajuda Humanitária e Emergência

A ajuda de emergência foi já atrás definida, constituindo uma das áreas de intervenção da AH, e de acordo com a Plataforma Portuguesa das ONGD, a AH e de emergência tem como objectivo auxiliar as populações que são vítimas de catástrofes naturais ou catástrofes da responsabilidade do homem. Estas acções respondem de uma forma rápida a situações pontuais, após um acontecimento imprevisível, de forma a

aliviar o sofrimento daqueles que são suas vítimas. Devido à sua imprevisibilidade, o seu planeamento e execução exigem ser realizados num curto período, após uma breve análise das causas e necessidades imediatas. Como já foi referido, esta ajuda consiste no fornecimento e garantia de bens e serviços essenciais para a sobrevivência humana, como por exemplo, cuidados médicos, alimentos, medicamentos, abrigo, entre outros, e que devem na medida do possível, ser adquiridos nos mercados locais de modo a estimular a economia local.

Oliveira (2008) aborda a necessidade, mesmo numa resposta humanitária de emergência que exige uma acção a curto prazo, de uma preparação adequada que deve abrir a possibilidade de um leque de resposta mais alargado, no contexto da reabilitação e desenvolvimento, trazendo o desafio da resposta a médio e longo prazo. Esta sim, evita a dependência excessiva da ajuda exterior por parte da população local e fomenta o seu desenvolvimento. Em situações de sofrimento variado, extenso e colectivo, as repercussões são imensas, e portanto, exigem não só uma resposta de emergência a curto prazo, mas também uma resposta mais alargada e duradoura, com dedicação à reabilitação (Leiva, 2008), que passam a explicitar-se nos dois pontos seguintes.

### 1.2.2 – Ajuda Humanitária e Reabilitação

A AH pode ter igualmente um alcance preventivo e pode prolongar-se muito para além do momento imediato de ocorrência de uma catástrofe, visando a reabilitação de infra-estruturas básicas e a promoção de competências das estruturas políticas, económicas e sociais dos países, para que possam, a médio prazo, assumir novamente as suas funções essenciais de apoio às populações. Este período de reabilitação exige uma participação e envolvimento da população, constituindo desta forma, uma etapa imprescindível para o regresso à normalidade após a ocorrência de uma catástrofe, visando capacitar a população atingida para enfrentar da melhor forma possível a fase de reconstrução (Plataforma Portuguesa das ONGD). Encontra-se concentrada na reabilitação, como já foi referido, e na redução de vulnerabilidades, ou seja, requer a reposição do bem-estar humano e a readaptação às novas condições, de forma à restituição da rotina o mais rapidamente possível (Pereira, 2009).

De acordo com o Dicionário Hegoa (2000), a reabilitação baseia-se no processo de reconstrução após a ocorrência de um desastre, estabelecendo portanto a transição entre

as acções de emergência (a curto prazo) e as acções de desenvolvimento (a longo prazo), com as quais pode em parte sobrepor-se. Consiste em alicerçar as bases que permitirão passar ao desenvolvimento, beneficiando da experiência e resultados decorrentes do trabalho de emergência anteriormente realizado, ou seja, inclui objectivos de ambos (emergência e desenvolvimento) conjugados num enfoque integrado. É portanto, um processo necessário após o acontecimento de um desastre decorrente de uma catástrofe, e que deve iniciar-se assim que possível, e de forma coordenada com as acções de emergência, com vista a facilitar uma transição suave, rápida e adequada para a fase de desenvolvimento. Deve assim, tomar como ponto de partida as intervenções de emergência, aproveitando os serviços criados e a experiência e informação acumulados, e em simultâneo corrigir os possíveis impactos negativos da AH, como a “dependência das ajudas” promovendo a auto-suficiência e obviamente o caminho para um desenvolvimento sustentável. No entanto, cada processo de reabilitação exige uma combinação de intervenções e duração específicas, de acordo com o tipo de catástrofes (naturais ou humanas) que obviamente impõem necessidades e exigências muito diferenciadas (a nível social, económico, de infra-estruturas, institucional, político, etc.).

### 1.2.3 – Ajuda Humanitária e Desenvolvimento

Após a fase de emergência, continua a existir a necessidade de prestação de cuidados básicos e assistência, agora num período de maior duração. Desta forma, as ONG que se caracterizam por prestarem AH, para fazerem sentido na sua essência, devem apoiar-se num processo continuado, que se inicia na prestação da ajuda de emergência, passando pela reabilitação e prosseguindo para a fase de desenvolvimento (Fernandes, 2005).

O desenvolvimento proporciona a diminuição dos níveis de pobreza, melhora a salubridade do meio e as suas infra-estruturas, resultando em melhor acesso às oportunidades, e melhorando as condições de vida das populações mais carenciadas e vulneráveis. Um lugar (no sentido de espaço ocupado por uma população) pode então ser reorganizado para produzir melhores resultados, através da realização de acções (Nogueira, 2008). As acções podem ter como objectivo, mudar algo em si mesmo, ou seja, fazer com que o indivíduo seja capaz de mudar hábitos ou comportamentos, no

sentido de conseguir tomar conta de si mesmo, e em conjunto da sua comunidade. É igualmente indispensável que os problemas não sejam inteiramente assumidos pelos profissionais, sob a capa da solidariedade, mas sim que os beneficiários sejam parceiros activos no desenvolvimento, à luz do despertar de uma cidadania (Honoré, 2002), ou seja, devem assumir activamente o seu papel na fase de desenvolvimento, assente numa base de auto-suficiência e sustentabilidade. O desenvolvimento sustentável representa um progresso que satisfaça as necessidades presentes, sem no entanto, comprometer as futuras (Leiva, 2008).

A importância da interligação entre emergência e desenvolvimento é uma questão sensível, que merece reflexão e debate, com uma maior aplicação na prática. Pode constatar-se no Dicionário Hegoa (2000) precisamente a abordagem a este assunto, com a afirmação de que é necessária esta relação para que os objectivos de ambas se complementem e reforcem mutuamente. Este é portanto um tema que constitui um dos assuntos mais relevantes, no que diz respeito aos estudos sobre desenvolvimento, desde os anos 80 e sobretudo durante os anos 90, por parte das agências multilaterais, doadores e ONG. Aponta para a insatisfação entre a separação desde sempre existente entre AH de emergência e desenvolvimento, focando no entanto a certeza de que uma relação entre ambos pode por sua vez conduzir a benefícios também para ambas. Assim sendo, a AH de emergência pode desenhar-se para que conduza ao posterior desenvolvimento, e este por sua vez, investir e capacitar pessoas/locais de maior vulnerabilidade, e conseqüente redução de riscos/efeitos em acontecimentos futuros. É de salientar no entanto, que ambas as actuações têm seguido e continuam a seguir caminhos diferentes, marcados por múltiplos aspectos, e desta forma, estas diferenças dificultam uma vinculação flexível. Explica Sánchez (2008) que o termo AH reporta para a ideia e conceito de emergência, no entanto, é necessária uma abordagem de integração numa perspectiva de desenvolvimento e capacitação de fortalecimento. Isto porque, os efeitos de uma catástrofe não dependem apenas do seu tipo, mas também das condições socioeconómicas e do nível prévio de desenvolvimento do local afectado.

Como se pode concluir, deve existir uma interligação clara e precisa entre emergência, reabilitação e desenvolvimento para que de facto seja prestada uma AH eficaz.

### **1.3 – Contexto Português**

Sendo as ONGD Portuguesas o foco deste estudo, torna-se pertinente abordar sucintamente a participação Portuguesa no âmbito geral da prestação da AH, passando depois para a abordagem do papel e a importância das ONGD neste contexto.

A Comissão Europeia é um dos maiores doadores humanitários a nível internacional, tendo há muito assumido o compromisso de apoio às vítimas de desastres, decorrentes de catástrofes naturais ou humanas. As acções de ajuda de emergência são executadas pelo ECHO, em português designado por Serviço de AH da União Europeia, no entanto, não podem mobilizar todos os recursos necessários, delegando assim algumas operações aos seus parceiros, nomeadamente ONG, com desempenho de papéis específicos. Contudo, o objectivo da União Europeia é que quando cessada a fase de emergência, a população seja capaz de fazer face à situação a longo prazo, solicitando para tal, aos seus parceiros, que aquando da elaboração dos projectos, incluam estratégias para alcançar este fim (Europa – O portal da União Europeia). No que diz respeito à execução da AH Portuguesa prestada através de financiamento Europeu, pode ser iniciada a pedido da Comissão, de ONG, de Organizações Internacionais, de um Estado-Membro ou do país beneficiário (Sínteses da Legislação da União Europeia).

Conforme refere o Dicionário Hegea (2000), o regulamento do Conselho da União Europeia de 1996 sobre a AH diz que esta deve basear-se em acções de assistência, socorro e protecção não discriminatória às vítimas de desastres naturais ou humanos, especialmente aos mais vulneráveis com a prioridade para os países em desenvolvimento. A AH da União Europeia assenta portanto, nos princípios da Humanidade, Imparcialidade, Independência e Neutralidade, já mencionados, e este compromisso de prestação de AH segundo determinados princípios funda-se no Tratado de Lisboa, resultado da alteração do Tratado de União Europeia e do Tratado que institui a Comunidade Europeia, assinado em Lisboa a 13 de Dezembro de 2007 pelos representantes dos vinte e sete Estados-Membros, passando a entrar em vigor a 1 de Dezembro de 2009, depois de ter sido ratificado por todos os Estados-Membros, mantendo desta forma a independência da AH face à diplomacia (Tratado de Lisboa).

A política de Cooperação Portuguesa e de Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) passou a ser coordenada, supervisionada e dirigida, desde Janeiro de 2003, pelo

IPAD (tutelado pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros) que responde aos objectivos de unidade, eficácia e racionalidade das novas orientações estratégicas da política externa portuguesa, no âmbito da cooperação, visando um melhor cumprimento dos compromissos internacionais assumidos por Portugal e uma maior consentaneidade com as necessidades dos países receptores. A ajuda disponibilizada pelo IPAD é dirigida com especial incidência aos países de língua portuguesa, com projectos implementados em Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor Leste. Quanto às linhas de financiamento, o IPAD prevê uma linha específica que seja suficientemente dinâmica para responder às necessidades da AH (IPAD).

De acordo com a Revisão pelos pares (2010) efectuada pelo Comité de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD) da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico (OCDE), uma das principais lacunas da Cooperação Portuguesa é precisamente a inexistência de uma estratégia enquadradora da acção humanitária, com o levantamento de algumas questões pelo CAD, das quais se destacam: coordenação entre os vários actores, a necessidade de sistematização e aprendizagem com a experiência anterior, a capacitação de estruturas e recursos humanos e questões relacionadas com a preparação e prevenção de catástrofes. Esta lacuna, no caso deste estudo, torna-se importante realçar, uma vez que os objectivos e as hipóteses de estudo são referentes à caracterização da AH, ao seu planeamento e à utilização do ciclo do projecto, aspectos inerentes e subentendidos nestas questões levantadas. Nesta avaliação realizada, o CAD apontou que Portugal é o país doador (membro do CAD) com menor investimento nesta área, apenas com uma atribuição de 0,17% da APD a projectos e programas humanitários.

A utilidade e importância da ajuda internacional consistem em se manter uma cooperação com organismos internacionais, como forma de aquisição de conhecimentos para a prestação desta ajuda, sempre que necessária e solicitada. A solidariedade internacional tem vindo a aumentar, havendo mesmo países com grande capacidade de intervenção assim que solicitada (Bandeira, 2008). De facto, há países com uma actuação e especialização no contexto da AH como por exemplo, França e Inglaterra entre outros, o que não acontece em Portugal, dado que são menos as ONG que se dedicam a este tipo de intervenções. Quando comparadas com a realidade da maioria dos países da União Europeia, as ONGD Portuguesas têm um percurso relativamente recente. Embora algumas tenham surgido imediatamente após o 25 de Abril de 1974, foi

sobretudo aquando da adesão à Comunidade Europeia que se registou o aparecimento de um maior número de organizações. Contudo de acordo com um estudo de caracterização realizado pela Plataforma Portuguesa das ONGD em 2001, 56% das suas associadas dedicavam as suas intervenções à Cooperação para o Desenvolvimento, 13% à AH, 10% à Educação para o Desenvolvimento e 21% a outras actividades, verificando-se que a AH Portuguesa tem a dedicação de poucas ONGD (IEEI - Instituto de Estudos Estratégicos Internacionais).

Também importante neste contexto Português, é a Plataforma Portuguesa das ONGD que pretende ser um elo de ligação entre as ONGD, a sociedade civil, os órgãos de soberania e outras instituições, como o IPAD e a Confederação Europeia das ONGD de Emergência e Desenvolvimento (CONCORD), com vista a potenciar as suas acções num mundo cada vez mais globalizado e carenciado de solidariedade (IEEI). Assim tem como missão contribuir para melhorar e potenciar o trabalho das ONGD a nível político, legislativo e social, promovendo as boas práticas nas suas áreas de actuação, com vista a alcançar um mundo mais justo e equitativo, trabalhando junto dos países em desenvolvimento (Plataforma Portuguesa das ONGD). Tal como está expresso no estatuto das ONGD e no protocolo de cooperação entre o Ministério dos Negócios Estrangeiros e a Plataforma Portuguesa das ONGD, o Estado Português reconhece o papel fundamental das ONGD no âmbito da AH, procurando portanto, assegurar a articulação com organismos nacionais, europeus e internacionais, definir e aplicar os critérios para a atribuição de apoios e promover a sua participação em projectos, bem como assegurar o registo das ONGD (IPAD).

### 1.3.1 – A importância e o papel das ONGD

As ONG são associações da sociedade civil, sem fins lucrativos, com especificidades que as diferenciam do Estado e de outras organizações e/ou instituições privadas. A sua criação está relacionada com condições diversas, como por exemplo diferentes tradições e culturas, e classificam-se segundo as actividades que desenvolvem. Contudo, guiam-se pelos princípios de respeito pelos Direitos Humanos e fomentam a participação da sociedade civil, pois acreditam na importância de uma acção solidária, dirigida às comunidades para as quais dirigem as suas intervenções. Estas intervenções dividem-se por três áreas fundamentais: Cooperação e

Desenvolvimento, Educação para o Desenvolvimento e AH e de Emergência, esta última já explicitada nos pontos anteriores. Quanto à área da Cooperação e Desenvolvimento, tem vindo a ser objectivo de debate desde o fim da II Guerra Mundial, segundo menciona a Plataforma Portuguesa das ONGD, no sentido que não possui uma definição absoluta, tendo acompanhado a evolução do contexto internacional, e portanto, visa apoiar regiões, países e comunidades com dificuldades, inseridos num contexto marcado por um desequilíbrio na repartição dos recursos e das oportunidades a nível mundial. Implica desta forma, o esforço conjunto de países desenvolvidos e em desenvolvimento, a fim de combater as dificuldades económicas e sociais de forma sustentável. Relativamente à área da Educação para o Desenvolvimento, envolve as seguintes dimensões: a sensibilização e consciencialização da sociedade civil, assim como a influência nas políticas, com vista a promover uma cidadania global através dos processos de aprendizagem e sensibilização para as questões do desenvolvimento, com horizonte na transformação social (Plataforma Portuguesa das ONGD).

Segundo o Decreto-Lei n.º 460/77, de 7 de Novembro, que estabelece as normas do processo de reconhecimento de utilidade pública das pessoas colectivas, a instauração da democracia proporcionou o desenvolvimento do associativismo. A Lei n.º 66/98, de 14 de Outubro aprova o estatuto das Organizações Não Governamentais de Cooperação para o Desenvolvimento. As ONGD são pessoas colectivas de direito privado, sem fins lucrativos, constituídas por pessoas singulares ou colectivas, com sede em Portugal. São seus objectivos a concepção, execução e apoio a programas e projectos de cariz social, cultural, ambiental, cívico e económico, através de acções nos países em vias de desenvolvimento (cooperação para o desenvolvimento, assistência humanitária, ajuda de emergência, protecção e promoção dos direitos humanos), bem como fomentar a sensibilização da opinião pública, para a necessidade de um relacionamento cada vez mais empenhado com os países em vias de desenvolvimento e divulgação das suas realidades. Algumas das suas áreas de intervenção são ensino, educação e cultura, saúde (assistência médica, medicamentosa e alimentar), desenvolvimento rural, reforço da sociedade civil (apoio a associações nos países em vias de desenvolvimento) e educação para o desenvolvimento (Barroco, 2000).

Nos anos 70 e sobretudo nos anos 80 do séc. XX, começou a surgir a multiplicidade de ONG sem fins lucrativos e independentes da acção dos Estados, que participam em

missões quer de emergência, quer de apoio ao desenvolvimento, e que na actualidade se diversificaram e especializaram para a resolução eficaz de problemas aos quais constatavam insuficiência de resposta. Nos anos 90 e até à actualidade, as ONG passaram a adoptar cada vez mais os projectos que envolvem os parceiros locais, como caminho para a sustentabilidade (Baptista, 2008). Esta acção no terreno por parte das ONG, como parte activa da sociedade civil na busca de soluções efectivas para os problemas, criou um movimento com visão solidária global e transfronteiriça, ganhando acção e expressão globais, e através da sensibilização junto da opinião pública mundial garantindo o bem-estar do ser humano como objectivo a alcançar, a caminho de um mundo mais justo e de uma cidadania global (Nobre, 2007).

As ONGD sendo organizações da sociedade civil, independentes do Estado e poderes políticos e sem fins lucrativos, são detentoras de uma componente de voluntariado, diferenciando-se do sector público e privado, no que diz respeito à sua natureza, constituição e objectivos. São portanto, organizações dinâmicas e flexíveis, que embora autónomas na cooperação, podem agir em parceria, com o objectivo de potenciar a eficácia das suas actividades e as suas áreas de actuação são diversas, sendo crescente a sua importância, constatada no aumento de fundos mobilizados, no seu poder consultivo em agências e organizações internacionais, bem como a sua organização em redes nacionais. Podem então agrupar-se em Redes ou Plataformas Nacionais com objectivos determinados, como por exemplo, coordenação da cooperação entre ONGD para exercer influência a nível político acerca de assuntos humanitários e de desenvolvimento (Fernandes, 2005).

Obviamente que para uma prestação efectiva, há factores fundamentais quando está em causa a AH: a parceria e o profissionalismo, com qualidade, experiência e cooperação, com adesão a normas e directrizes, e agindo de forma responsável e transparente, tanto perante os doadores como perante os beneficiários.

## **Capítulo II: O Planeamento e o Ciclo do Projecto no contexto da Ajuda Humanitária**

### **2.1 – Definição e caracterização de Projecto**

As hipóteses de estudo colocadas focam-se na intervenção das ONGD Portuguesas, nomeadamente no seu planeamento e na utilização do ciclo do projecto. Essas intervenções reportam-se a conjuntos de actividades levados a cabo para atingir objectivos, ou seja, referem-se a projectos, conceito com o qual se considerou importante iniciar este capítulo, através da sua definição e caracterização, de forma a uma melhor compreensão da relação entre estas e as hipóteses colocadas.

“Um projecto é a expressão de um desejo, de uma vontade, de uma intenção, mas é também a expressão de uma necessidade, de uma situação a que se pretende responder” (Guerra 2000, p. 126). Corresponde a um avanço antecipado das acções a desenvolver para atingir objectivos específicos. É portanto, um plano de trabalho com carácter de proposta, reunindo os elementos fundamentais com fim aos objectivos, tendo como missão, prever, orientar e preparar esse caminho para o seu posterior desenvolvimento (Serrano, 2008).

A elaboração de um projecto pressupõe uma combinação de recursos técnicos, financeiros e humanos, com o intuito de atingir os objectivos estabelecidos para resolver uma determinada situação, num determinado prazo, conforme foi já referido. Os recursos humanos dizem respeito à quantidade e qualidade das pessoas necessárias para a execução das actividades do projecto, bem como as suas capacitações específicas, relativamente à formação e experiência, sejam estes elementos da própria instituição ou do seu exterior (Vergara, 1986). Quanto aos recursos materiais refere Serrano (2008), que estes são imprescindíveis para levar a cabo o projecto, uma vez que a sua carência ou défice constituem limitações à sua prossecução. No que concerne aos recursos financeiros, Vergara (1986) destaca dois aspectos básicos que são o orçamento e o financiamento. O orçamento é um instrumento de programação para determinar os custos do projecto, e o financiamento representa a forma de aprovisionar os recursos económicos, de maneira a cobrir os custos que foram determinados pelo orçamento.

## 2.2 – Definição e Tipos de Planeamento

Este é um ponto fundamental, uma vez que verificar se as ONGD Portuguesas que prestam AH planeiam as suas intervenções constitui a 1ª hipótese de estudo, e portanto, torna-se imprescindível a definição do conceito de planeamento, assim como a referência a alguns tipos de planeamento, considerados os mais pertinentes no contexto da AH.

O planeamento pode ser entendido como o conjunto do funcionamento, organização e evolução das intervenções, apontando evidentemente para uma programação do futuro que se deseja (Guerra, 2000). Planear é o processo contínuo de cálculo de recursos e serviços essenciais para atingir os objectivos estabelecidos, segundo uma prioridade definida, através da escolha de soluções entre diversas alternativas, tendo em atenção constrangimentos presentes ou futuros. O processo de planeamento é caracterizado através de alguns elementos, nomeadamente o facto de ser voltado para o futuro, de ser um processo permanente, contínuo, dinâmico, cíclico e multidisciplinar, apontando para um percurso de acção, implicando uma relação de causalidade entre essa acção e os resultados, e sendo uma técnica de mudança e inovação, que também absorve a incerteza do futuro (Tavares, 1990). Na sua perspectiva é importante uma adaptação às possibilidades e constrangimentos possíveis, e portanto, refere uma abordagem das tipologias de planeamento segundo Pineault e Daveluy, que abrange quatro formas, mas das quais destaca apenas três que considera mais expressivas: segundo o nível, segundo uma perspectiva organizacional ou populacional e segundo uma abordagem racional ou pragmática, que se passarão a descrever sucintamente a seguir:

- ✓ Segundo o nível destacam-se no contexto deste estudo apenas três tipos
  - Planeamento Estratégico, no qual se determinam finalidades, decidem-se prioridades de acção, formulam-se alternativas estratégicas, e implementa-se através de planos táticos e operacionais, estando predominantemente voltado para o longo prazo
  - Planeamento Tático, no qual são definidos objectivos gerais e específicos, são estruturados e programados os recursos e actividades, abrangendo técnicas de atribuição e distribuição de recursos e de coordenação e preocupando-se com a racionalidade da tomada de decisões, estando predominantemente voltado para o médio prazo

- Planeamento Operacional, no qual se definem objectivos operacionais (metas), detalha as tarefas, preocupando-se com a gestão de recursos e para a eficiência, com ênfase nos meios, e portanto, optimização e maximização dos resultados, estando predominantemente voltado para o carácter imediatista, ou seja, a curto prazo

✓ Segundo uma perspectiva organizacional, a organização está no centro do processo de planeamento, e a ênfase recai nas suas forças e fraquezas internas, sendo os projectos dirigidos a uma população-alvo, mas em função da dinâmica da organização; segundo a perspectiva populacional, a população beneficiária está no centro do processo de planeamento, sendo incluída nas diferentes fases, desde a elaboração à implementação dos projectos, numa perspectiva participativa

✓ Segundo uma abordagem racional, o planeamento é realizado de uma forma ideal, essencialmente técnica, recorrendo a métodos objectivos e quantitativos, não tendo em consideração os possíveis constrangimentos; segundo uma abordagem pragmática, o planeamento é do tipo participativo, recorrendo a métodos subjectivos e qualitativos, tendo em consideração os constrangimentos internos e externos, sendo desta forma, adaptativa e gradualista

Nutt (cit. in Stanhope 1999) descreve um processo de planeamento básico, que reflecte os passos de grande parte dos métodos de planeamento e baseia-se em cinco fases. A fase da formulação consiste em definir o problema avaliando as necessidades, e logicamente tendo em consideração os recursos disponíveis. A fase da conceptualização proporciona opções para a solução do problema que foi identificado, com a maior probabilidade de alcançar o resultado pretendido. A fase denominada detalhe como o próprio nome indica, pormenoriza os custos, recursos e actividades que irão ponderar as escolhas da fase anterior. Na fase da avaliação é ponderada a solução que proporcione o resultado desejado.

### **2.3 – Importância e Benefícios do Planeamento em Ajuda Humanitária**

Embora muitas vezes não seja possível evitar as catástrofes, muito pode ser feito no sentido de minimizar o seu impacto. Para tal, é fundamental a existência de um plano conciso, realista e bem treinado, a par de uma comunicação constante entre as

organizações e trabalhadores envolvidos (Hassmiller, 1999). Evidentemente que a realidade não é melhorada por se fazer muito, mas sim por se planear a acção que conduz à mudança e melhoria dessa realidade (Serrano, 2008). Apesar de poder-se ser confrontado com situações em nada semelhantes entre si em termos de catástrofes e seus efeitos, deve-se estar previamente preparado, com planos de intervenção facilmente colocados em prática, e não estruturá-los apenas no momento do acontecimento (Bandeira, 2008). O planeamento traduz-se essencialmente na aplicação da lógica à tomada de decisões, racionalizando-as de modo a que a transformação da realidade aconteça de maneira eficiente e eficaz (Tavares, 1990). Quer isto dizer, que nas intervenções de AH o êxito só será atingido com a planificação prévia em planos sectoriais bem definidos, coordenados de forma a conseguir melhor resposta, e não na resposta obtida simplesmente através da soma de trabalho e intervenção individual. A necessidade de planos bem definidos e coordenados é fundamental para o funcionamento eficaz e harmonioso de equipas multidisciplinares no terreno, não esquecendo as particularidades que podem advir da origem da situação em causa. Este é um processo no qual se pretende que haja uma atenuação dos efeitos, avaliação dos riscos, redução das vulnerabilidades e rapidez e eficácia na resposta. Torna-se fundamental portanto, proporcionar tanto quanto possível, o bem-estar da população e a sua readaptação às novas condições (Pereira, 2009).

O planeamento é portanto uma tarefa imprescindível, uma vez que uma catástrofe e suas consequências devem ser geridas de forma global, com coordenação no terreno, actuação atempada e adequada para que possa ser eficaz, com garantia de recursos humanos e materiais eficientes (Pereira, 2009). “O estabelecimento de planos prévios de intervenção, baseados em coeficientes de vulnerabilidade e nos mapas de risco é fundamental” (Bandeira 2008, p. 19). Para que seja implementado um projecto é imprescindível percorrer-se um determinado percurso, cujos passos nem sempre são fáceis, mas cuja omissão poderá revelar-se fatal, resultando numa má prestação (Tavares, 1990). Um dos aspectos fundamentais no planeamento é a avaliação de necessidades, e nesta é imprescindível, que a população à qual se destina seja envolvida activamente (Stanhope, 1999).

## 2.4 – Metodologias de Planeamento

A abordagem de algumas metodologias de planeamento, consideradas mais importantes no contexto da AH, torna-se imprescindível para verificar a veracidade da 1ª hipótese de estudo (As ONGD Portuguesas planeiam as suas intervenções) e compreender como é planeada e implementada a AH prestada pelas ONGD Portuguesas, que constitui a questão de investigação deste estudo.

De acordo com o Dicionário da Língua Portuguesa, metodologia significa “conjunto de regras ou princípios empregados no ensino de uma ciência ou arte”, “parte da lógica que estuda os métodos das diversas ciências”, “arte de dirigir o espírito na investigação da verdade” e planeamento significa “acto ou efeito de planear”, “determinação dos objectivos e dos meios para os atingir”, “preparação de decisões para alcançar objectivos específicos tendo como finalidade melhorar o uso e gestão dos recursos bem como a qualidade dos ambientes naturais e sociais”, “função ou serviço de preparação do trabalho”. Projecto significa “plano para a realização de um acto; esboço”, “representação gráfica e escrita, acompanhada de um orçamento que torne viável a realização de uma obra”. Arriscando associar os três termos, com vista a uma compreensão do significado de metodologia de planeamento de projectos, surgirá um conjunto de regras ou princípios lógicos, que através da arte de dirigir os métodos para o acto de planear, visa determinar os meios e objectivos a alcançar, tendo em conta os recursos existentes, considerando neste esboço, a representação gráfica e escrita, assim como o orçamento, para que a preparação do trabalho e decisões se concretizem numa obra viável. A Mochila Pedagógica sobre Gestão de Projectos (MPGP, 2000) salienta que as metodologias de planeamento de projectos promovem a eficiência das organizações, uma vez que se concentram nas concretas necessidades de uma população. Esta afirmação tem como base o facto de se considerar que ao delimitar as actuações, objectivando-as e com a previsão/antecipação dos seus resultados, é possível maximizar os recursos necessários e existentes, e assim atingir uma maior eficiência. Existirá uma maior focagem no que é pretendido, menos dispersão de recursos e actividades, e portanto, maior coordenação e coerência entre os diferentes actores.

Boutinet (cit. in Guerra 2000) define três modelos de planificação:

✓ Modelo racional – o fundamento da planificação assenta no percurso que vai desde a análise das necessidades até à avaliação, mas sem dele fazerem parte os participantes da acção, dando-se especial atenção ao ponto de vista do custo/eficácia

✓ Modelo interaccionista – a acção é caracterizada pela valorização dos parceiros/beneficiários na sua realização, baseada no reconhecimento da auto-suficiência e capacidade de organização das pessoas

✓ Modelo baseado no partenariado – desenvolvimento de acções estruturadas na relação entre parceiros com objectivos comuns, participação esta, não só organizada, mas também contratualizada e fundamentada na intervenção dos vários participantes na definição do projecto. É uma planificação apontada como inovadora, uma vez que o seu objectivo é a introdução da mudança, principalmente na produção de recursos e não apenas na sua distribuição, através de uma tomada de consciência dos problemas e capacidade de solução por parte da população.

Tavares (1990) aponta o diagnóstico da situação, a determinação de prioridades, a fixação de objectivos, a selecção de estratégias, a preparação operacional-programação e a avaliação, como etapas inerentes ao processo de planeamento, permitindo a elaboração de projectos eficientes, inerentes às metodologias de planeamento que se apresentam nos pontos seguintes.

#### 2.4.1 – Método do Enquadramento Lógico

O Enquadramento Lógico, também conhecido por Marco Lógico, Logical Framework, LogFrame, Matriz ou Metodologia de Planeamento de Projectos (MPP) é um método desenvolvido para facilitar a conceptualização, elaboração, execução, acompanhamento e avaliação de projectos, podendo ser aplicado a todas as fases do ciclo do projecto (não implicando contudo, uma ordem sequencial obrigatória). A metodologia original, Objective Oriented Project Planning (OOPP), é baseada na chamada “Árvore de Problemas” e na Logical Framework Matrix, atrás citada, que posteriormente foi incorporada pela instituição de cooperação técnica alemã GTZ

(Gesellschaft Technische Zusammenarbeit), passando a designar-se ZOPP (Zielorientierte Projektplanung), em Portugal designada MPPO (Metodologia de Planeamento de Projectos por Objectivos), sinónimo de MEL (Matriz ou Método do Enquadramento Lógico), ou de MQL (Matriz ou Método do Quadro Lógico). Este método que começou a ser utilizado entre os anos 1960 e 1970, constitui uma das metodologias de planeamento de projectos.

Tendo sido a primeira metodologia propriamente dita para o planeamento de projectos, demarcou uma actuação mais estruturada, contrariamente ao que ocorria no seu período antecedente, afirmando-se até, que as metodologias surgidas posteriormente são uma adaptação ou espécie de crítica ao Método do Enquadramento Lógico. Tem como objectivo, propor uma intervenção num local e a uma população em concreto, por vezes inerente a uma realidade complexa, permitindo partir de um diagnóstico do contexto sócio-organizacional, no qual não existem indicadores, e se pretende uma fusão da perspectiva da visão externa (técnico-científica) com a visão interna (cultural). Pretende portanto, através dos elementos bem delimitados propor a implementação do projecto, que se apresentam abaixo, de forma sucinta (Dicionário Hegoa, 2000):

- ✓ Análise de Problemas ou necessidades – através desta análise é estabelecida uma relação causa-efeito, na qual é encontrado o problema principal (necessidade detectada). A partir deste problema principal e suas causas é construída uma “árvore de problemas”

- ✓ Análise dos Objectivos – através dos problemas identificados, são estabelecidos objectivos, resultando daí, uma “árvore dos objectivos”

- ✓ Análise de Estratégias – nesta análise, o conjunto de objectivos estabelecidos podem agrupar-se em subconjuntos, designados por estratégias

- ✓ Matriz de Planeamento do Projecto – constituída pela lógica de intervenção (definição dos objectivos gerais, específicos, dos resultados e das actividades), formulação de hipóteses (de forma a garantir que tudo irá decorrer como o previsto), precisão de indicadores (para cada objectivo e resultado, de forma a existir fontes de verificação), determinação dos recursos necessários (humanos e técnicos)

- ✓ Calendarização das Actividades – previsão da duração do projecto

Um projecto implica portanto, a existência de objectivos, que são propósitos que se ambicionam alcançar através da execução das acções, e é fundamental que sejam claros (facilmente identificáveis por qualquer pessoa, evitando interpretações diferentes), realistas (exequíveis com os recursos disponíveis, metodologia adequada e nos prazos previstos) e pertinentes (relação lógica com a natureza dos problemas) (Vergara, 1986). Após determinadas as necessidades, é necessário fixar então esses objectivos para alcançar respostas concretas. Representam então os propósitos que se pretendem alcançar com a execução de uma acção planeada, definindo a natureza de um projecto e conferem coerência ao plano de acção. A precisão quantitativa dos objectivos, num determinado período de tempo é denominada por meta (Serrano, 2008).

#### 2.4.2 – Metodologia Participativa

Tal como define Guerra (2000), o espaço social não é homogéneo, mas sim fruto de dinamismos e actores específicos, detentores de histórias, interesses e recursos próprios, constituindo o centro do desenvolvimento. Este por sua vez, está na base das metodologias participativas de projecto na discussão do planeamento, que implica obviamente uma participação, ou seja, a intervenção de todos os intervenientes, principalmente dos beneficiários do projecto, com vista à intervenção e mudança social. O adoptar deste modelo participativo não se deve apenas às questões éticas e de democracia, mas sim condição essencial para esta participação alargada ser de facto eficaz, ou seja, promover o desenvolvimento da capacidade dos grupos na definição dos seus objectivos e meios para os concretizar, com vista a alcançar um futuro que desejam, permitindo uma maior compreensão da realidade e consequentemente obtendo uma maior eficácia das intervenções, com actuação nas causas dos problemas. É fundamental o conhecimento das necessidades locais, bem como o conhecimento dos recursos para lidar com essas necessidades, ou seja, uma real interacção entre os diversos actores, com implicação de mecanismos de comunicação permanente, tendo sempre presente o realismo dos objectivos e capacidade de adaptação e reorganização.

Actualmente existem algumas metodologias que têm como base a inclusão da população local em todo o ciclo do projecto, estimulando as suas capacidades num processo de “empowerment”. Surgida na década de 70, sofreu uma evolução e diversificou-se em vários métodos. Um dos mais importantes é o “participatory action

research”, em português designado investigação-acção participativa. Salienta-se no entanto, que a sua utilização é muito reduzida no caso da ajuda de emergência, dadas as suas características e necessidades específicas como a rapidez de intervenção, e portanto mais utilizada nas intervenções de desenvolvimento, uma vez que requerem tempo e entendimento entre os facilitadores externos e a população local (Dicionário Hegoa, 2000).

As metodologias participativas inicialmente utilizadas pelas ONG passaram a ser adoptadas pelas agências internacionais, dados os bons resultados alcançados. A investigação-acção participativa assenta no conhecimento da realidade local, através de uma análise crítica, contando com a participação activa das partes interessadas e implicadas, com o objectivo de conquistar uma transformação social, estimulando e fortalecendo a capacitação da população local, utilizando os recursos disponíveis e assegurando consequentemente uma auto-suficiência/sustentabilidade. Implica como o próprio nome indica, uma combinação de conhecimento e acção, permitindo planear acções transformadoras de melhoramento, possibilitando a aprendizagem, a tomada de consciência e a participação. Divide-se desta forma, em quatro fases: a observação participativa, a investigação participativa, a acção participativa e a avaliação (Dicionário Hegoa, 2000).

A investigação-acção implica um estudo das necessidades locais e da sua causalidade, e a metodologia de planeamento implica uma sistematização e racionalidade na tomada de decisões. Em suma, a investigação-acção, a participação e o planeamento coligam-se num modelo único para dar lugar à metodologia de planeamento (Guerra, 2000).

#### 2.4.3 – Análise de Cenários

Guerra (2000) define a análise prospectiva e a técnica de elaboração de cenários como um conjunto de técnicas mais ou menos formalizadas e sofisticadas, à qual se pode recorrer enquanto metodologia, para “dar resposta” às questões que surgiram na fase de diagnóstico, relativamente à evolução e aplicabilidade do sistema de acção definido. A análise prospectiva, utensílio de apoio ao planeamento, tenta determinar “futuros prováveis” e “futuros possíveis” em resposta às necessidades de planificação a longo prazo, constituindo uma análise sistémica que pondera a inter-relação entre um

grande número de variáveis do sistema em análise, com vista a um cenário desejável. Estes métodos prospectivos são representados por características como o carácter qualitativo, a globalidade do método, a racionalidade, o voluntarismo e a incorporação de uma visão a médio e longo prazo, necessidades de planificação intrínsecas a sectores complexos de múltiplas interacções. Esta análise evidentemente deverá ser estruturada em função dos elementos de acção para o futuro, estando alguns métodos mais próximos de uma acção mais imediata, e outros mais próximos de uma acção a longo prazo (Guerra, 2000).

A análise prospectiva de Michel Godet, utilizada em Portugal e que inclui técnicas prospectivas, comporta a fase da análise estrutural, a fase da estratégia de actores e a fase da construção de cenários. A análise estrutural tem como base as variáveis-chave e a elaboração de informações, identificando, definindo, delimitando e descrevendo o sistema intensivamente, de forma a dar resposta à problemática em questão, muitas vezes constituída por variáveis heterogéneas, qualitativas, quantitativas, internas e externas. Esta análise irá também proceder à identificação dos actores envolvidos, que por sua vez constituirão uma actuação futura diversa, resultado de uma multiplicidade de intervenções entre os mesmos. Após a análise da situação e a identificação dos actores, procede-se à construção de cenários possíveis e a partir daí definem-se as opções estratégicas e métodos a aplicar na prática (Guerra, 2000).

#### 2.4.4 – Análise SWOT

O termo SWOT é um acrónimo de Forças (Strengths), Fraquezas (Weaknesses), Oportunidades (Opportunities) e Ameaças (Threats), não havendo registos precisos sobre a sua origem. No entanto a técnica é creditada a Albert Humphrey, que conduziu um projecto de pesquisa na Universidade de Stanford nas décadas de 1960 e 1970.

Acerca da imprecisão da sua origem, Públio (2008) refere que a análise SWOT foi criada por dois professores da Harvard Business School, Kenneth Andrews e Roland Christensen, enquanto Tarapanoff (2001) afirma que a ideia da análise SWOT já é utilizada há mais de dois mil anos, citando um conselho de Sun Tzu, 500 anos antes de Cristo, que dizia "Concentre-se nos pontos fortes, reconheça as fraquezas, agarre as oportunidades e proteja-se contra as ameaças".

De facto, é bastante divulgada e citada por autores, mas encontrar literatura que aborde directamente a sua origem é difícil. Contudo, sabe-se que é uma ferramenta que pode ser usada como base para a gestão e planeamento estratégico, e que pela sua simplicidade pode ser utilizada para realizar a análise de cenários, abordada no ponto anterior. Tem como objectivos principais efectuar uma síntese das análises internas e externas, identificar elementos chave para a gestão, o que implica estabelecer prioridades de actuação e preparar opções estratégicas, uma vez que permite ver claramente quais são os riscos a ter em conta e quais os problemas a resolver, assim como as vantagens e as oportunidades a potenciar e explorar. Em termos de vantagens, constitui um elemento fundamental para a previsão, em articulação com as condições e capacidades existentes.

Esta ferramenta divide-se em duas análises complementares entre si:

✓ Análise Externa, referente às oportunidades e ameaças, que correspondem às perspectivas de evolução do meio onde se pretende actuar. São factores externos à organização e representam decisões e circunstâncias que se encontram fora do seu controle, mas das quais a organização deve tirar partido e simultaneamente proteger-se, criando defesas. Isto porque as oportunidades constituem aspectos positivos da organização com impacto significativo na intervenção que se pretende, e as ameaças constituem precisamente o oposto, ou seja, aspectos negativos dos quais a organização necessita proteger-se e minimizá-los ou transformá-los a seu favor (Infopédia)

✓ Análise Interna, correspondente aos principais aspectos que diferenciam a organização e as suas intervenções relativamente a outras. São factores internos à organização, que desta forma os pode gerir. As forças são vantagens internas e as fraquezas são as suas desvantagens, sendo importante definir as relações existentes entre ambas (Infopédia)

A análise das capacidades e vulnerabilidades consiste numa metodologia que permite identificar as capacidades (forças) e vulnerabilidades (fraquezas) de uma população, com vista a que os projectos tanto de emergência, como de reabilitação e desenvolvimento sejam eficazes no reforço das capacidades e redução das vulnerabilidades, podendo ser utilizada tanto no diagnóstico, como na preparação, acompanhamento e avaliação dos projectos (Dicionário Hegoa, 2000).

De uma forma geral e sucinta, a análise SWOT permite chegar a estratégias para fortalecer as forças da organização, para ultrapassar as fraquezas, para usar as oportunidades e escapar das ameaças. A importância da identificação das forças e das fraquezas é particularmente importante para os aspectos mais directamente relacionados com o sucesso da organização e das suas intervenções, permitindo tirar o maior partido possível das forças e minorando ao máximo as fraquezas. É também importante referir que a consideração de uma determinada característica como força ou fraqueza é sempre relativa e potencialmente alterável. Como já foi referido no início deste ponto, alguns autores mencionam que a análise SWOT permite assim conduzir à construção de cenários, sendo considerada e utilizada na fase de planeamento.

## **2.5 – Ciclo do Projecto**

As ONGD Portuguesas que prestam AH incluem o Ciclo do Projecto nas suas intervenções foi colocada como 2ª hipótese deste estudo, e desta forma, torna-se imprescindível dedicar a atenção deste ponto ao ciclo do projecto e às suas fases, a fim de se conseguir demonstrar a hipótese.

Todos os projectos seguem um ciclo, ou seja, passam por uma série de etapas que formam o ciclo do projecto, e que dependendo dos autores e das abordagens, é composto entre três a oito fases. A gestão de projectos representa uma abordagem operacional, num caminho de concretização de um processo com destino a determinados resultados. Por esta razão, e possivelmente algumas outras, tem sido bastante valorizada nos últimos anos, devido ao seu elevado nível de eficiência e eficácia dos objectivos aos quais se propõe. No contexto do desenvolvimento local esta metodologia de gestão é utilizada em modelos participativos de acção, já mencionados no ponto anterior, justamente para desenvolver o chamado “empowerment” e promover a sustentabilidade das soluções apresentadas, uma vez que o sucesso das organizações acaba por depender da capacidade de todos.

A perspectiva do Project Cycle Management (PCM), em português designado Gestão do Ciclo de Projecto (GCP) inclui seis fases que são a programação, a identificação do problema, a formulação da solução (planificação), o financiamento, a implementação ou execução e avaliação. Todas as intervenções estão dependentes das partes interessadas, os chamados “stakeholders”, bem como das relações e negociações

que se realizam entre estes. Por sua vez, torna-se essencial a análise dos interesses presentes, para a qual existem diversas metodologias, das quais se destacaram no ponto anterior, as consideradas mais pertinentes neste contexto. No entanto, o valor da GCP não pode ser subvalorizado, na medida em que constitui um referencial para a avaliação da efectividade e qualidade de um projecto, e pode mesmo até ser estabelecida uma relação entre as metodologias apresentadas e este último.

Segundo o Dicionário Hegoa (2000) a GCP tem por objectivo analisar as acções do passado, a fim de melhorar as intervenções futuras, pois permite interrelacionar as diferentes fases, desde a preparação até à avaliação, estando o ciclo do projecto dividido em seis fases: conceptualização, identificação, preparação, financiamento, implementação e avaliação, que passam a descrever-se a seguir, com vista a uma completa compreensão da utilização do ciclo do projecto nas intervenções de AH.

#### 2.5.1 – Conceptualização

A caracterização da situação pode ser impressiva (apenas a existência de “impressões” que se têm do estado da situação), desactualizada (pode estar correcta, no entanto, o conhecimento do estado da situação no momento pode não ser preciso) e dinâmica (permanente, contínua, com actualizações constantes). Esta fase é importante na medida em que aumenta a probabilidade de sucesso do projecto, envolve os diferentes participantes na sua implementação e execução, e a sua concepção é engrandecida pelas diversas perspectivas das pessoas, grupos e organismos envolvidos (Tavares, 1990).

Na fase de diagnóstico, descreve Serrano (2008), é fundamental um reconhecimento da realidade, de forma a alcançar uma solução satisfatória dos problemas, constituindo portanto, uma das ferramentas teórico-metodológicas mais importantes. Quanto mais preciso for este reconhecimento, mais facilitada estará a determinação do impacto e efeitos alcançados pelas acções executadas face às necessidades detectadas. Guerra (2000) também define a fase de diagnóstico como a fase de identificação dos problemas sobre os quais se pretende intervir, assim como a compreensão das suas causalidades. Embora confirme a complexidade inerente ao conhecimento da realidade, assegura que qualquer projecto que não seja construído na sua base incorrerá no risco de não ser adequado ou realista. Tendo em consideração as

necessidades/problemáticas presentes, é utilizada frequentemente a análise das potencialidades (identificação dos pontos fortes e a sua sustentabilidade) e das vulnerabilidades (identificação dos pontos fracos e riscos da sua permanência), bem como das oportunidades (a sua identificação num horizonte definido) e das ameaças (a sua identificação num horizonte definido). Este aprofundamento do diagnóstico constitui uma metodologia, que permitirá focar esse mesmo diagnóstico de forma mais aprofundada, contribuição igualmente importante no decorrer do projecto.

A conceptualização constitui assim, um marco geral definido por princípios e abordagens globais que a organização adopta, podendo aqui contar com experiências anteriores. Esta conceptualização começa a delinear intervenções concretas na fase de identificação, quando se formulam os objectivos, actividades e resultados necessários para que seja levado a cabo um projecto específico (Dicionário Hegoa, 2000).

#### 2.5.2 – Identificação

Nesta fase, os conteúdos e propostas devem ser coerentes com a conceptualização geral estabelecida na fase anterior, devendo incluir as recomendações de avaliação que sejam de interesse, e começando a aplicar a metodologia escolhida, que pode ser uma das já mencionadas (Dicionário Hegoa, 2000). É indispensável, que a detecção das necessidades para a elaboração e implementação do projecto, seja efectuada em extensão e profundidade e que sejam estabelecidas prioridades, tendo em conta os recursos disponíveis (Serrano, 2008).

Pereira (2009) sublinha a importância da fase de identificação das necessidades, referindo que a principal preocupação deverá ser precisamente a recolha de informação máxima, importante e necessária para quem vai comandar as operações, de modo a mobilizar os meios apropriados. As necessidades expressam a lacuna entre o estado actual e aquele que se pretende alcançar, representando o necessário para resolver o problema identificado, ou seja, no diagnóstico da situação, identificam-se os problemas e determinam-se as necessidades (Tavares, 1990).

“A existência de um projecto entende-se na medida em que proporcione a satisfação de uma necessidade identificada nesta etapa” (Tavares 1990, p. 51). Acrescenta ainda, que a conformidade entre o diagnóstico e as necessidades estabelece a

pertinência do projecto. Desta forma, as características desta fase de diagnóstico devem incluir que seja suficientemente alargado, aprofundado, rápido, claro e sucinto, correspondendo às necessidades do próprio processo de planeamento. Segundo Imperatori e Giraldes (cit. in Tavares 1990) devem ainda ter como requisitos importantes, uma descrição da situação, preferencialmente quantitativa, o conhecimento dos factores que a determinam (causalidade), a análise da sua evolução e perspectivas.

### 2.5.3 – Preparação

Segundo o Dicionário Hegoa (2000), esta fase consiste em assegurar a viabilidade do projecto através de uma análise cuidada e pormenorizada de todos os seus aspectos delineadores.

Serrano (2008) aponta a flexibilidade (adaptação às necessidades), abertura (a reajustamentos e rectificações), descentralização (não serem standard, mas sim atenderem às necessidades da população a que se destinam), participação (todos os elementos devem participar), autogestão (implicando na sua gestão também a população a que se destina) e a interdisciplinaridade (das diferentes áreas de conhecimento) como as características de um plano. A planificação abarca um conjunto de actividades de um processo de desenvolvimento que estará em curso num determinado período de tempo, que poderá ser a curto, médio ou longo prazo, estando em qualquer um deles, previstos todos os objectivos, metas, meios, instrumentos, recursos e avaliação, que possibilitem que esse processo de desenvolvimento seja observável através de uma mudança operativa. A metodologia de planeamento desempenha um papel essencial e deve recorrer a técnicas diversas e complementares para a sua recolha, elaboração e tratamento, sendo importantes no desenvolvimento, execução e avaliação do projecto, constituindo assim o seu eixo central. Expressa o conjunto de actividades a desenvolver para alcançar as metas e objectivos, implicando definição de tarefas, normas e procedimentos para a execução do projecto.

A definição dos objectivos a alcançar, para que posteriormente seja possível efectuar a avaliação dos resultados também faz parte da fase de preparação. Podem-se diferenciar em gerais e específicos e distinguem-se ainda, das metas do projecto. Estas indicam a finalidade do projecto, a sua razão de ser e a sua contribuição para a resolução dos problemas (Guerra, 2000). Na especificação das actividades, Tavares

(1990) refere que devem ser em função dos objectivos operacionais previamente estabelecidos, e que devem seguir parâmetros que determinam o que deve ser feito, quem e quando deve fazer, onde e como deve ser feito, bem como a avaliação da actividade, o objectivo que pretende atingir e eventualmente, o custo da actividade. Esta é uma forma de programação que permite a clarificação precisa de cada actividade, de importante utilidade posteriormente na implementação do projecto. Serrano (2008) refere-se à calendarização do projecto como a duração de cada uma das suas etapas, que irá obviamente reflectir-se na duração total do mesmo. Esta calendarização permitirá ter conhecimento da situação em que se encontra cada actividade, dos possíveis atrasos nas actividades previstas, com representação da relação entre o trabalho previsto e realizado.

#### 2.5.4 – Financiamento

Relativamente aos financiamentos, Roche (2002) afirma que são determinantes para o desenvolvimento e sobrevivência de um projecto, e então, repercutir-se-ão também no impacto alcançado. Obviamente que esta relação entre doadores e ONG poderá ter um efeito importante, no que concerne à avaliação de impacto, a nível do desenvolvimento organizacional, eficácia, eficiência e impacto.

Como lembra Tavares (1990), qualquer projecto pressupõe recursos humanos e apoio logístico, que implicam financiamento. Para que este financiamento seja concedido é necessário a apresentação do projecto para que possa ser aprovado. E então, afirma o autor, que embora esta apresentação deva conter a essência do projecto, deve também ser adaptada às prioridades dos financiadores, que também têm objectivos a cumprir. Resumindo, é fundamental que demonstre a sua importância prática, como contributo para a resolução ou minimização dos problemas, mas que também possa contribuir para que o próprio financiador alcance os seus objectivos.

De forma a garantir a qualidade e efectividade do projecto é necessária a mobilização de recursos, de forma a conferir-lhe sustentabilidade, e para tal é obviamente imprescindível negociações participadas, dos interesses e problemas

Esta fase de financiamento ou negociação sucede após estar bem sustentada a viabilidade do projecto, assim como comprovada que é coerente com as linhas de

trabalho estabelecidas no planeamento. A decisão de financiamento é portanto o marco contractual no qual se desenvolverá o projecto, e no qual estão definidas as responsabilidades do doador e do receptor (Dicionário Hegoa, 2000).

#### 2.5.5 – Implementação

Após terminada a fase de financiamento, inicia-se a fase da implementação ou execução, colocando em prática no terreno tudo o que foi previsto para o projecto nas fases anteriores. O plano de acompanhamento ou monitorização, consiste na supervisão do grau de realização do projecto, nas suas fases intermédia e final, através da constatação da realização e cumprimento dos seus objectivos e resultados, durante a sua implementação. Pode ser interno (realizado pela própria ONG e pelos beneficiários), ou externo (realizado por uma pessoa externa ao projecto, por norma contratada por uma entidade co-financiadora). Para que tal ocorra de maneira eficaz é fundamental que a matriz de planeamento do projecto esteja claramente definida, com especial enfoque os indicadores, uma vez que será através destes que se verificará o avanço do projecto (alcance das metas), a calendarização das actividades e o orçamento e sua gestão detalhados (Dicionário Hegoa, 2000).

Na perspectiva de Serrano (2008, p.77) “a execução implica pôr em prática o projecto e ter em conta o seu desenvolvimento, acompanhamento e controlo”. Esta fase determina que todos os elementos do projecto se encontrem presentes, contemplando tanto o contexto do diagnóstico e do planeamento, como a avaliação e o impacto, pois só desta forma o processo de realização deste será integrador, claro e dinâmico.

#### 2.5.6 – Avaliação

A avaliação consiste na análise do grau de realização dos objectivos e resultados do projecto, bem como do impacto gerado por este. Tem como objectivo aprender com a experiência, destacando os factores que melhor explicam o seu sucesso ou fracasso, aprendizagem esta, que deve ser aplicada às sucessivas fases do projecto (Dicionário Hegoa, 2000). O benefício da avaliação consiste na identificação da obtenção ou não dos objectivos, nomeadamente da eficiência e eficácia das actividades. Este dado pode influenciar a continuidade ou interrupção de um projecto (Stanhope, 1999). A avaliação

é determinada pelo que se pretende alcançar com a implementação, e do obtido através da sua operacionalização (Serrano, 2008).

A fase da avaliação é um processo de reflexão das acções realizadas e dos seus resultados, permitindo o reconhecimento dos erros e dos sucessos, com a possibilidade de futuras correcções. Não deve ser um fim em si mesma, mas um meio para melhorar, devendo estar presente em todo o esboço de uma intervenção, com o objectivo de controlar a forma como se alcançam os resultados, as lacunas existentes, os aspectos não previstos, a adequação das actividades, etc. (Serrano, 2008). Posavac e Carey (cit. in Stanhope 1999) definem a avaliação como o processo que permite determinar se as acções estão a decorrer como planeado e se, de facto, são úteis para responder às necessidades. Stanhope (1999) ressalta a relação e dependência de ambos os processos para o sucesso da intervenção. O objectivo da avaliação é demonstrar o impacto de uma intervenção e melhorar as intervenções futuras. Considerando o facto de que há diferentes partes envolvidas, é importante o esclarecimento das diferentes expectativas e interpretações para uma compreensão compartilhada de todo o processo (Roche, 2002).

Quanto à avaliação de impacto, Roche (2002) relata que foi na década de 1950 que começaram a surgir as primeiras abordagens, como forma das agências de desenvolvimento prevenir as possíveis consequências ambientais, sociais e económicas de um projecto, e desta forma, o aprovarem, readaptarem ou reprovarem. No início de 1980 surgiram novos métodos que transformavam as pessoas e comunidades em actores participantes no processo de avaliação de impacto, que deve ser vista como parte integrante em todo o ciclo do projecto. Esta avaliação de impacto nada mais é do que uma estimativa de como, e até que ponto, a mudança ocorreu. Mudança não apenas dos efeitos imediatos do projecto, mas uma mudança sustentável, significativa e duradoura na vida das pessoas, em resultado de uma intervenção. Mas quando aplicada à prática, a distinção entre resultados e impacto, pode não ser suficientemente clara, uma vez que na base da mudança pode estar um conjunto de factores que se combinam de uma determinada forma.

Um dos factores que Roche (2002) apresenta como sendo de extrema importância e imprescindível a ter em consideração no contexto da avaliação de impacto é o de todas as partes interessadas terem claro qual o objectivo e enfoque dessa prática, bem como a necessidade de explorar tanto os impactos positivos como os negativos e inesperados.

Todo este processo obviamente deve envolver activamente aqueles a quem se dirige e que é suposto beneficiar. Deve considerar-se que avaliações de impacto aplicadas a situações de emergência podem possuir características distintas, e portanto tornarem-se difíceis.

## **2.6 – Aplicabilidade do Ciclo do Projecto em Ajuda Humanitária**

Raimundo (1999) refere que a AH projecta-se num quadro que não é o ideal. Aponta diversas lacunas, das quais se destacam a ausência de verdadeira coordenação, a justaposição dos domínios de actuação, os défices financeiros, com dificuldade na sua mobilização, insuficiente avaliação de necessidades e falta de preparação. Aponta como algumas soluções, que refere serem evidentes, evitar a duplicação de esforços e melhorar a eficácia da acção, através de uma avaliação das necessidades e trabalho partilhado, interagir com as autoridades do país receptor, comunicar com os demais doadores, a fim de evitar acções desordenadas, e conjuntamente colocar em prática os programas de assistência, planeamento conciso, com definição de responsabilidades e prioridades, e pessoal treinado e qualificado. Leiva (2008) aponta para a necessidade da existência de um triângulo, imprescindível na actuação face a uma catástrofe. Este triângulo é constituído pelo socorro como procedimento assistencial para salvar vidas, a organização como componente humano fundamental e a logística como fornecedora dos recursos. Estas são características indispensáveis para a actuação com sucesso em ambientes caóticos, de dramatismo, confusão organizativa, tensão, precariedade de meios e infra-estruturas, entre outras adversidades, que obrigam a uma actuação muitas vezes imprevista, mas que exige rapidez e priorização de necessidades, meios e recursos, para que seja possível minimizar eficazmente as suas consequências.

Estabelecer um plano, definir uma estratégia e levá-los a cabo em condições adversas e precárias, obriga a um trabalho de equipa multidisciplinar, com uma delimitação organizativa clara, concisa e realizável na prática. Há que promover um planeamento contínuo e retirar lições de intervenções anteriores para uma melhoria constante, pois a experiência mostra que a complexidade de resolução é directamente proporcional à magnitude da catástrofe e inversa ao grau de planeamento prévio (Leiva, 2008). O objectivo principal é estabelecer uma mudança, passando pela actuação e controle numa situação de emergência e culminando no regresso à normalidade,

passando por uma avaliação dos riscos e minimização dos efeitos, através da redução de vulnerabilidades e resposta rápida (Pereira, 2009).

Numa situação de carácter urgente, como o caso de resposta a uma catástrofe, a atenção deve dividir-se em dois momentos: um primeiro, precisamente no ponto de impacto, caracterizado por um elevado nível de desorganização e improvisação, e um segundo momento, caracterizado por uma coordenação adequada com algum restabelecimento e regularização de meios e recursos. Ambos os momentos, exigem obviamente uma organização e planeamento prévio, para que seja conseguida uma resposta eficaz e satisfatória, ou seja, para que a ordem seja restabelecida, e seja possível avançar da fase de emergência para a fase de reabilitação, e transição para a fase de desenvolvimento (Leiva, 2008).

Ribeiro (2008) refere que não é fácil estar constantemente preparado para o inesperado, e que é essencial a existência de um sistema multidisciplinar. Subjacente a uma multidisciplinaridade de funções e tarefas articuladas estará portanto, o facto de nunca esquecer a cultura e costumes locais, evitando assim dificuldades logísticas e funcionais, e garantindo uma actuação eficaz.

Considera-se que todo o conteúdo exposto neste ponto, implica as diferentes fases do ciclo do projecto, ficando portanto demonstrada a necessidade da sua aplicação nas intervenções de AH.

Tendo o capítulo I e II deste trabalho debruçado sobre o contexto da AH e do planeamento e ciclo do projecto, pretendendo demonstrar a necessidade de relação entre eles e a sua importância, com vista à verificação das duas hipóteses de investigação, o capítulo III passará então a expor o resultado deste estudo.

### **Capítulo III: Caracterização do Planeamento e utilização do Ciclo do Projecto pelas ONGD Portuguesas na sua intervenção em Ajuda Humanitária**

#### **3.1 – Metodologia de Investigação**

Atendendo ao conteúdo apresentado até este ponto, cumpre agora neste capítulo caracterizar o planeamento realizado pelas ONGD Portuguesas em estudo, assim como identificar a utilização do ciclo do projecto nas suas intervenções, iniciando-se pela explanação metodológica à qual se recorreu para se chegar aos resultados do estudo.

Considerando-se o contexto de abordagem deste estudo, a metodologia de investigação utilizada baseou-se no questionário, abordado mais detalhadamente num dos pontos seguintes e na pesquisa bibliográfica, que como já foi referido é escassa neste domínio, não tendo sido encontrados estudos relativos ao planeamento e utilização do ciclo do projecto pelas ONGD Portuguesa nas suas intervenções de AH. Deste modo, a pesquisa bibliográfica baseou-se no âmbito da AH e do planeamento e ciclo do projecto, através de definição de conceitos, caracterização e importância, de forma a estabelecer uma relação de importância e necessidade da sua existência.

No decurso da fase metodológica, tendo em consideração o propósito de “conhecer a realidade” das ONGD Portuguesas, foi então seleccionado um desenho de investigação que comporta os seguintes elementos: amostra, método de colheita de dados e método de análise dos dados. “O desenho de investigação é o plano lógico criado pelo investigador com vista a obter respostas válidas às questões de investigação colocadas ou às hipóteses formuladas” (Fortin 1999, p. 132). É através deste desenho de investigação que se pretende tirar conclusões legítimas, uma vez que este constitui um conjunto de directivas associadas ao tipo de estudo escolhido (Fortin 1999).

A investigação revela-se um método de aquisição de novos conhecimentos, permitindo portanto criá-los, através de um processo sistemático de colheita de dados, com vista a descrever, explicar, prever ou controlar fenómenos (Fortin, 1999). A metodologia reporta-se ao estudo das formas de argumentação de campos disciplinares de investigação e a sua aplicação à formulação de regras gerais de procedimento prático (Carvalho, 2002), traduzindo-se desta forma, na metodologia de investigação empregada para a realização deste estudo.

### 3.1.1 – Características gerais do estudo

Apesar de referir não haver um consenso na literatura relativamente à classificação das investigações, Fortin (1999) defende que as investigações incluem duas grandes categorias, ou seja, podem ser exploratórias-descritivas ou explicativas-preditivas, diferenciando-se em diversos tipos de estudo em cada uma destas categorias, sendo o nível de conhecimentos no domínio em estudo que determina a escolha do tipo de investigação. Assim sendo, este estudo enquadra-se na investigação exploratória-descritiva, dado que é baseada na descrição ou caracterização de um determinado fenómeno, com o objectivo de torná-lo conhecido, através da sua documentação e comunicação, uma vez que a bibliografia nesse domínio é escassa. Atendendo às suas características, contextualiza-se no estudo de tipo descritivo, tendo em consideração que o seu objectivo assenta em determinar os factores ou conceitos associados ao que se pretende estudar, e as questões são mais precisas que nos estudos exploratórios-descritivos. “São procuradas as relações entre os conceitos a fim de obter um perfil geral do fenómeno, mas o exame dos tipos e dos graus de relações não é o objectivo deste nível de investigação” (Fortin 1999, p. 162). No seio da categoria do tipo de estudos descritivos, enquadra-se no estudo descritivo simples, pois apenas pretende descrever um fenómeno, que neste estudo se refere à utilização do planeamento e do ciclo do projecto pelas ONGD Portuguesas, de maneira a estabelecer as características da amostra, de forma a entender como é planeada e implementada a AH prestada pelas ONGD Portuguesas. Os conceitos em estudo propõem-se obter mais informações, quer sobre as características de uma população, quer sobre os fenómenos sobre os quais haja poucos estudos de investigação (Fortin, 1999).

Esta é portanto, uma investigação quantitativa, uma vez que, se baseia num processo de colheita de dados quantificáveis, e tem como características a objectividade, o controlo e a generalização, tendo como finalidade a sua contribuição para o desenvolvimento e validação dos conhecimentos. Os investigadores quantitativos realizam medições com a ajuda de técnicas científicas que conduzem a conclusões quantificadas e, se possível, generalizáveis (Bell 1997, p. 20). Quanto ao método de abordagem, este estudo insere-se no método hipotético-dedutivo, que segundo Marconi e Lakatos (2001, p. 106) se inicia pela percepção de uma lacuna nos conhecimentos acerca da qual formula hipóteses e, pelo processo de inferência dedutiva, testa a predição da ocorrência de fenómenos abrangidos pela hipótese.

Trata-se também de um estudo transversal, dado que a medição, ou seja, a análise da realidade, foi realizada num único momento, aplicado um único questionário, não existindo período de seguimento. Primeiro foi definida a questão a responder, depois a população a estudar e um método de escolha da amostra e, por último, foram definidos os fenómenos a estudar e os métodos de medição das variáveis. O estudo transversal aplica-se portanto, às características inerentes aos estudos descritivos, e desta forma, em particular a esta pesquisa.

### 3.1.2 – Questões orientadoras, Objectivos e Hipóteses

Uma questão de investigação consiste num enunciado claro que precisa os conceitos-chave e especifica a população-alvo, que surge na fase conceptual do processo de investigação, sugerindo uma investigação empírica (Fortin, 1999). Assim sendo, a questão motivadora e orientadora deste estudo colocada foi:

✓ Como é planeada e implementada a Ajuda Humanitária prestada pelas ONGD Portuguesas?

Segundo Marconi e Lakatos (2001) o objectivo geral engloba uma visão geral do tema e os objectivos específicos abarcam uma visão mais concreta, possibilitando o alcance do objectivo geral e a aplicação a casos particulares. Desta forma, foi definido como objectivo geral:

✓ Caracterizar a Ajuda Humanitária prestada pelas ONGD Portuguesas

E como objectivos específicos foram definidos:

✓ Descrever se essa Ajuda Humanitária prestada é planeada

✓ Identificar a utilização do Ciclo do Projecto nas intervenções das ONGD

Após a definição do problema/questão de investigação e a fim de precisar os objectivos estabelecidos, colocaram-se como respostas prováveis e provisórias (Marconi e Lakatos, 2001), as seguintes hipóteses de investigação:

✓ As ONGD Portuguesas que prestam Ajuda Humanitária planeiam as suas intervenções (1ª hipótese de investigação)

✓ As ONGD Portuguesas que prestam Ajuda Humanitária incluem o Ciclo do Projecto nas suas intervenções (2ª hipótese de investigação)

Neste caso, as hipóteses combinam o problema/questão de investigação e os objectivos numa predição dos resultados esperados, através do método indutivo, uma vez que “parte dos factos particulares observados para chegar a uma proposição geral do conjunto da realidade empírica” (Carvalho 2002, p. 87). Trata-se de hipóteses não direccionais, uma vez que não pretendem predizer a natureza de relações entre variáveis (Fortin, 1999).

### 3.1.3 – A Selecção da Amostra

As características da população-alvo definem o grupo de sujeitos que serão incluídos no estudo e precisam os critérios de selecção. A população-alvo diz respeito a um conjunto de alguma coisa com características e critérios comuns, e a amostra será o seu sub-conjunto com representatividade. A descrição da população e da amostra fornece uma ideia sobre a eventual generalização dos resultados. O plano de amostragem diz respeito às estratégias de selecção dessa amostra (Fortin, 1999).

A população-alvo abrangida neste estudo corresponde às ONGD Portuguesas, e a amostra seleccionada, às 67 ONGD Portuguesas inscritas na Plataforma Portuguesa das ONGD (Anexo II) e 3 ONGD Portuguesas não inscritas na Plataforma (Anexo II), perfazendo um total de 70 ONGD Portuguesas. Na concepção de Fortin (1999) este tipo de amostra é não probabilística, e o método de amostragem é por selecção racional, ou seja, tem como base o julgamento do investigador para constituir uma amostra em função do seu carácter típico. Gil (1999) define-a como amostragem por tipicidade ou intencional, uma vez que consiste na selecção de um subgrupo da população, considerado representativo desta, com base em informações disponíveis. Considera-se que esta amostra assegura essa representatividade, uma vez que segundo o IEEI, as ONGD Portuguesas mais representativas incluem-se na lista de associadas da Plataforma Portuguesa das ONGD, garantindo assim alargada abrangência em número e credibilidade, uma vez que a referida Plataforma pretende ser um elo de ligação entre as ONGD, a sociedade civil, os órgãos de soberania e outras instituições, como o IPAD e a confederação Europeia das ONGD de Emergência e Desenvolvimento (CONCORD).

Quanto às três ONGD seleccionadas mas não associadas da Plataforma Portuguesa das ONGD, garantem pela sua natureza igual credibilidade, uma vez que abrangem no seu percurso uma vasta experiência no contexto da AH. O erro amostral será reduzido tendo em conta uma solução definida por Fortin (1999, p. 204): “procurar reproduzir o mais fielmente possível a população pela tomada em conta das características conhecidas desta”.

#### 3.1.4 – Escolha do instrumento de medida

Fortin (1999, p. 41) define a colheita de dados como a “colheita sistemática de informações junto de participantes, com a ajuda dos instrumentos de medida escolhidos”, sendo o questionário um deles e traduzindo os objectivos do estudo em variáveis mensuráveis, possibilitando a medição dos conceitos. É portanto, uma técnica de investigação constituída por questões, que pretende obter conhecimento acerca de algo (Gil, 1999). Por esta razão foi escolhido como instrumento de medida para este estudo, no decorrer da fase metodológica e colocado em prática durante a execução da fase empírica, tendo sido enviado por e-mail a cada ONGD Portuguesa identificada e validada para efeitos da comprovação das hipóteses de estudo, e solicitadas as respostas também por e-mail, de forma a proporcionar uma maior adesão à colaboração, que no entanto, não se verificou por parte de algumas ONGD. De forma a contornar esta limitação/dificuldade, algumas das ONGD foram contactadas por telefone, com o objectivo de sensibilização para a colaboração. As ONGD que não prestam AH responderam por telefone que não o faziam, e obviamente não responderam ao questionário por este não se aplicar às suas intervenções. As ONGD que prestam AH e ainda não tinham respondido e enviado o questionário, fizeram-no após o contacto telefónico.

Quanto à sua elaboração, foi considerada a sua finalidade, e o seu conteúdo paralelamente à formulação dos objectivos consequentes da questão de investigação. Desta forma, foram constituídas categorias com exactidão, dos diferentes temas e dimensões a explorar, sendo-lhes atribuído um determinado número de questões/enunciados. Estes enunciados devem incidir directamente no objectivo e nas questões da investigação empreendida (Fortin 1999). A finalidade da criação de categorias de informações, reside no facto de estabelecer prioridades e afectar os

objectivos do estudo, e que neste estudo correspondem à caracterização geral da AH, ao seu planeamento e ao ciclo do projecto. O questionário aplicado a este estudo comporta níveis de estruturação distintos, uma vez que é constituído por questões fechadas, que têm por intenção colher informação factual, e portanto, é solicitada a escolha de respostas possíveis, e por questões abertas, nas quais é solicitada uma resposta escrita, podendo estar implícita uma descrição ou opinião, ou seja, trata-se de um questionário misto. É constituído por questões dicotómicas (Sim ou Não), respostas de escolha múltipla (uma série de respostas possíveis e/ou apresentação por ordem crescente), respostas de escolha fixa (extensão de resposta limitada) e questões abertas (obtenção de maior precisão em aspectos particulares). Inicia-se pelas questões de ordem geral progredindo para as mais específicas.

No sentido de verificar se as questões elaboradas são bem compreendidas, se não há ambiguidades e se colhem o que é pretendido, ou seja, visando a avaliação da sua eficácia e pertinência, foi aplicado o pré-teste à ONGD Médicos do Mundo, por se considerar uma organização com vasta experiência na área da AH. Foi apenas aplicado a esta ONG por questões de limitação temporal, não se tendo evidenciado ambiguidade nas questões, bem como na adequação da amostra, revelando-se portanto, fidedigno, válido e operativo, sendo apenas realizadas pequenas adequações a nível linguístico. Verificar se o questionário é fidedigno (os resultados serão os mesmos independentemente das pessoas à qual é aplicado?), válido (todos os dados obtidos são necessários/nenhuma pergunta importante foi esquecida?) e operativo (o significado das questões é claro?) são os três elementos que Marconi e Lakatos (2001) definem como essenciais, e daí a imprescindibilidade do pré-teste.

Neste estudo foram dispensadas da aplicação do questionário, as ONGD que embora inscritas na Plataforma Portuguesa das ONGD, não se enquadram no tema de abordagem desta pesquisa, ou seja, desenvolvem actividades fora deste âmbito, nomeadamente grupos de teatro, associações de dentistas, veterinários e instituições de ensino/formação/inserção, num total de 6 ONGD (Anexo II).

### 3.1.5 – As variáveis

Segundo Marconi e Lakatos (2001) uma variável é um conceito que compreende valores, como quantidades, qualidades, características, magnitudes, traços etc., e o

conceito é um objecto, processo, agente, fenómeno, problema etc. Uma variável pode ser considerada como uma classificação ou medida, um conceito operacional que contém ou apresenta valores, e podem ser quantidades, qualidades, características, magnitudes, etc. (Marconi e Lakatos, 2003). Segundo Fortin (1999) as variáveis podem ser classificadas de diversas formas, conforme a sua utilização na pesquisa. Uma vez que este é um estudo descritivo, considera-se suficiente realizar a análise de forma isolada para cada variável, ou seja, a análise univariada. Neste caso, quanto à escala de medição este estudo possui variáveis consideradas categóricas, que podem ser ordinais, dicotómicas ou não, e contínuas ou numéricas. Refere-se o facto de que embora se trate de variáveis quantitativas, algumas perguntas do questionário são perguntas abertas.

### 3.1.6 – Método de análise e tratamento dos dados

O método de análise dos dados, tendo em conta a congruência entre os objectivos e o desenho do estudo, o tamanho amostral e a categoria das variáveis (categóricas) foi seleccionada a análise estatística descritiva. Adicionalmente, o número de ONGD incluídas é tão reduzido ( $n= 16$ ) que não permitiu a detecção de associações significativas entre as variáveis. No entanto, foi realizada a análise estatística dos dados de  $X^2$  ou exacto de Fisher dada a natureza categórica das variáveis. Para esta análise utilizou-se o software IBM SPSS v. 19.0 e assumiu-se significância com um  $p < 0.05$ . Assim foi realizada a descrição dos resultados em frequências e a sua apresentação em tabelas ou gráficos circulares ou de barras. Foi escolhido este método de análise e tratamento dos dados, uma vez que “a escolha das ferramentas estatísticas depende principalmente do tipo de investigação efectuada, do tipo de variáveis utilizadas e das questões de investigação que foram formuladas” (Fortin 1999, p. 271).

## 3.2 – Resultados da pesquisa

Como evidencia Fortin (1999), os resultados advêm dos factos observados decorrentes da colheita de dados, que por sua vez são apresentados e analisados de forma a estabelecer uma ligação com a questão/ problema de investigação colocada. Pretende-se portanto, com os resultados deste estudo, após a sua apresentação e análise, ver comprovadas ou não as hipóteses de estudo colocadas.

### 3.2.1 – Apresentação dos resultados do questionário

A apresentação dos resultados consiste em descrever os resultados pertinentes obtidos relativamente às questões e hipóteses de investigação, acompanhados de quadros e figuras ilustrativos dos mesmos após a análise estatística (Fortin, 1999). Apresentam-se então os resultados deste questionário (que se divide em três partes principais: tipificação das ONGD Portuguesas, questões sobre planeamento e questões sobre o ciclo do projecto), iniciando-se com um gráfico circular que mostra as características gerais das ONGD Portuguesas, relativamente às suas áreas de intervenção, cuja tipificação é importante para compreender a realidade do objecto de estudo. Desta forma o estudo revela que:

#### Caracterização das áreas de intervenção das ONGD Portuguesas

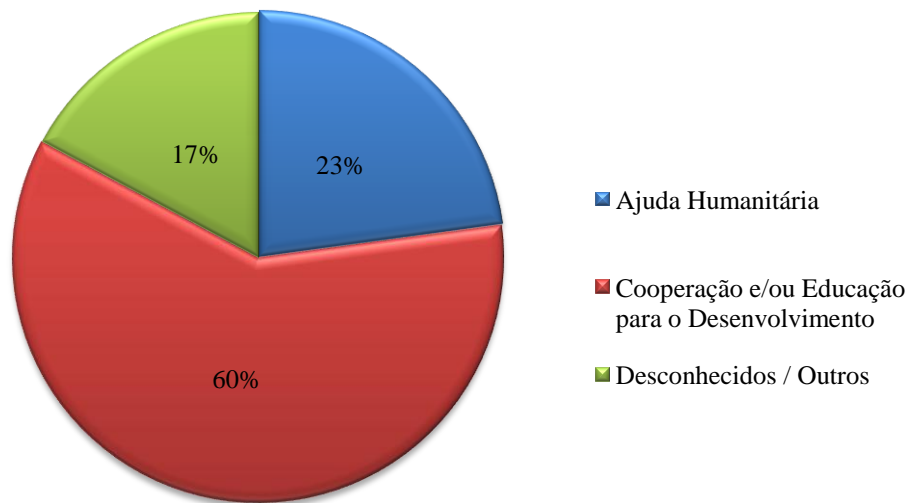


Figura 1 – Gráfico de frequências para a caracterização das áreas de intervenção das ONGD Portuguesas

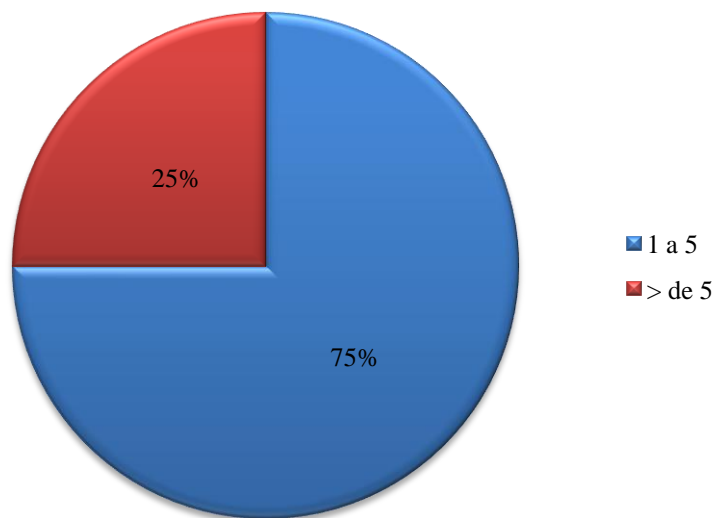
Das 70 ONGD às quais foi enviado o questionário, 42 (60%) realizam intervenções de Cooperação e/ou Educação para o Desenvolvimento, e apenas 16 (23%) realizam intervenções de AH. Os 17% identificados como Desconhecidos/Outros reportam-se a um total de 12 ONGD, das quais 6 não responderam ao questionário e as outras 6 às quais não foi aplicado o questionário, conforme justificado anteriormente. Verifica-se

portanto que a área da AH é muito reduzida, representada por apenas 16 ONGD, sobre as quais se passa então a debruçar este estudo.

Comparativamente aos resultados do estudo realizado em 2001 pela Plataforma Portuguesa das ONGD (56% das ONGD dedicavam as suas intervenções à Cooperação para o Desenvolvimento, 13% à AH, 10% à Educação para o Desenvolvimento e 21% a outras actividades) constata-se que houve um aumento de 10% nas intervenções de AH, por parte das ONGD Portuguesas, mas que contudo, continua a ser reduzido.

Segue-se portanto a apresentação dos resultados do questionário das 16 ONGD que prestam AH, através da enumeração e descrição de cada uma das perguntas do mesmo (Anexo I), sendo na maioria acompanhadas por uma representação gráfica.

**Pergunta 1 – Anualmente quantas missões de Ajuda Humanitária são implementadas pela Organização?**



*Figura 2 – Gráfico de frequências para o número de missões de AH implementadas anualmente*

Das 16 ONGD que prestam AH, 12 (75%) implementam entre 1 a 5 missões anualmente, e 4 (25%) implementam mais de 5 missões anualmente.

**Pergunta 2 – Que tipo de acções implementa?**

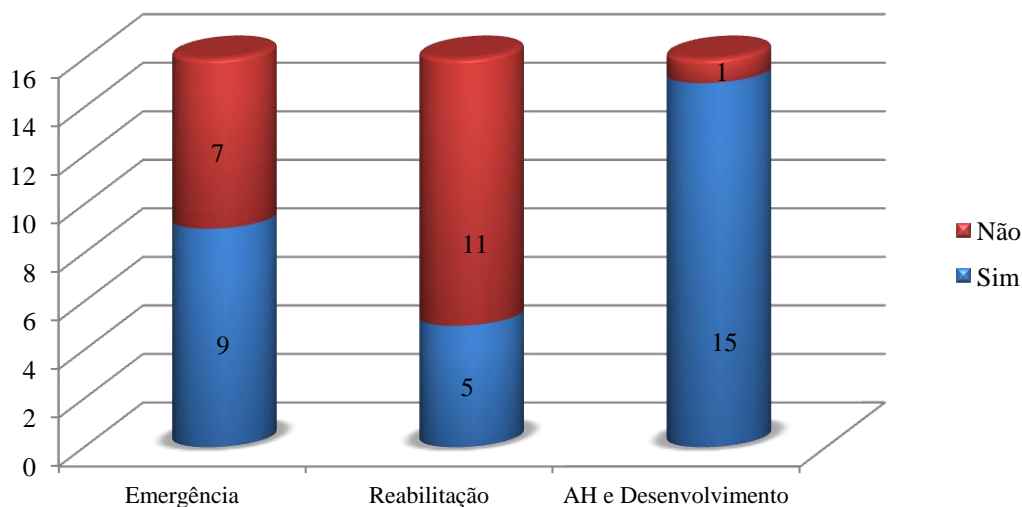


Figura 3 – Gráfico de frequências para o tipo de acções implementadas

Das 16 ONGD que prestam AH, 9 (56%) implementam acções de emergência, 5 (31%) implementam acções de reabilitação e 15 (94%) implementam acções de AH e desenvolvimento. Algumas ONGD implementam mais do que um tipo de acção, portanto considerou-se pertinente verificar *Quantos tipos de acções são implementadas por cada ONGD?*

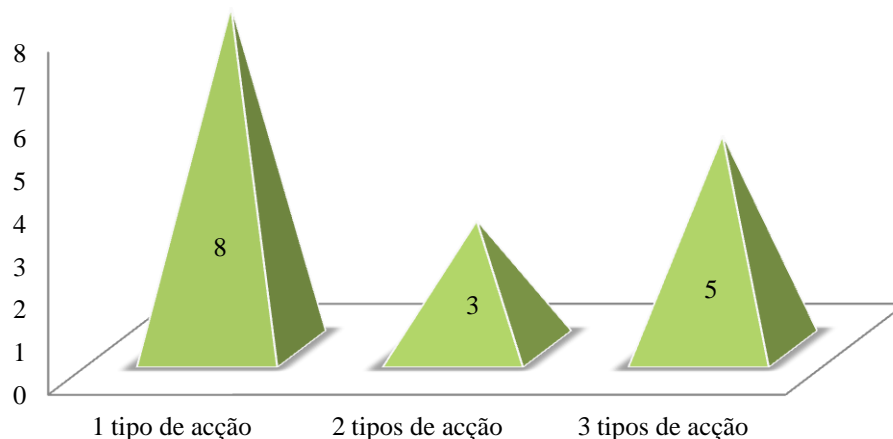


Figura 4 – Gráfico de frequências para quantos tipos de acções implementa cada ONGD

Das 16 ONGD, 8 (50%) implementam apenas um tipo de acção, 3 (19%) implementam dois tipos de acções e 5 (31%) implementam os três tipos de acções.

**Pergunta 3 – Qual é o critério da Organização na tomada de decisão para intervir?**

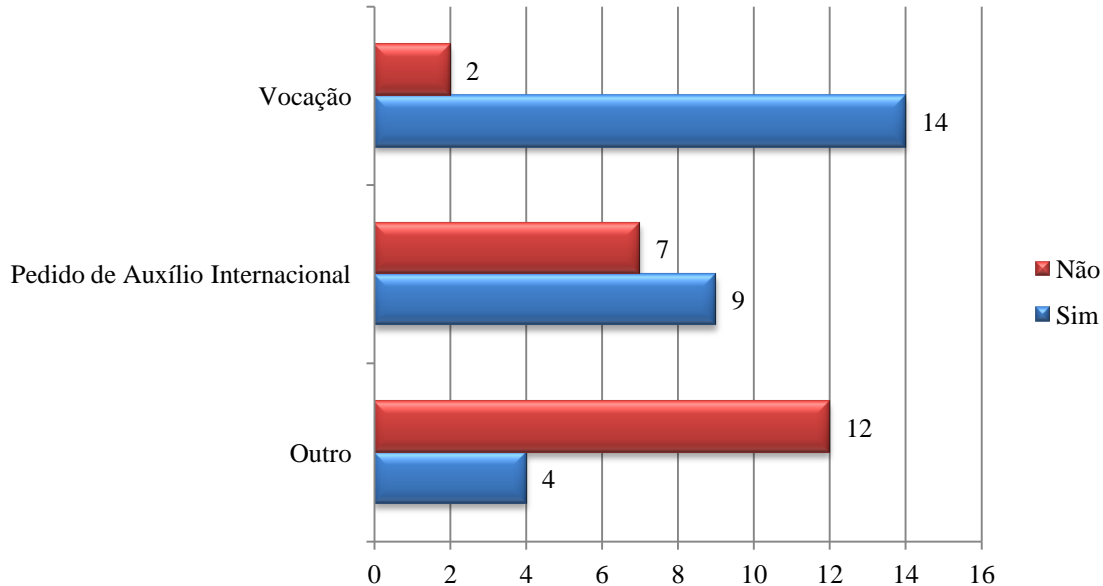


Figura 5 – Gráfico de frequências para os critérios da Organização na tomada de decisão para intervir

Das 16 ONGD, 14 (88%) baseam-se na vocação da organização, 9 (56%) no pedido de auxílio internacional e 4 (25%) em outro critério. Na especificação de outro critério, as respostas foram as necessidades identificadas, o espaço humanitário, a disponibilidade de recursos, projectos já implementados com novas necessidades, e o facto de pertencer a uma rede internacional. No entanto, algumas referiram mais do que um critério para tomada de decisão. A vocação constitui critério exclusivo para 7 delas, o que quer dizer que as restantes 7 partilham este critério com outro. É partilhado com o critério de pedido de auxílio internacional, por 3 ONGD, e partilhado por este último e ainda por outro, por 4 ONGD. Apenas 2 ONGD intervêm exclusivamente apenas quando é feito o pedido de auxílio internacional.

#### Pergunta 4 – Intervém em parceria com outras Organizações?

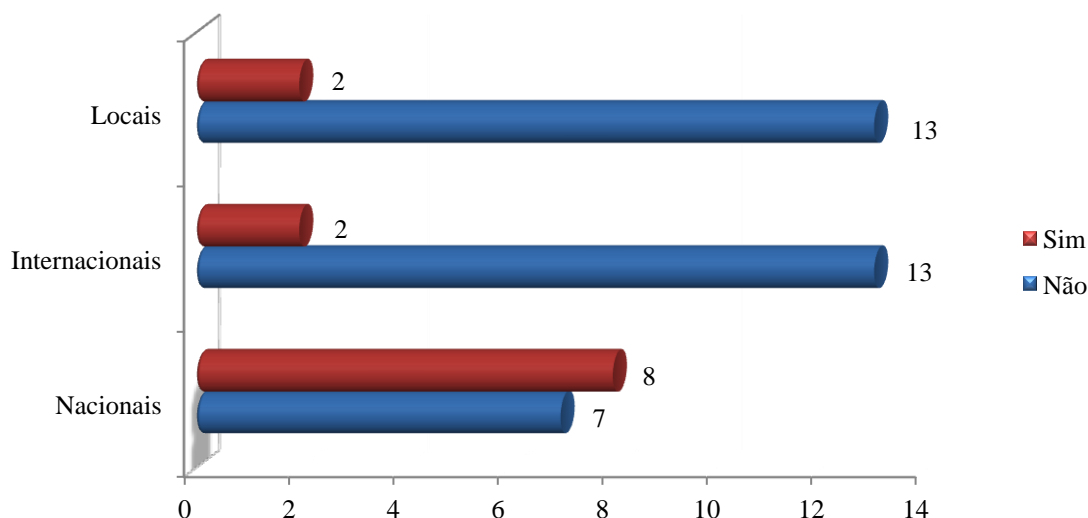


Figura 6 – Gráfico de frequências para o tipo de parcerias estabelecidas por cada ONGD Portuguesa

Das 16 ONGD, 7 (44%) intervêm em parceria com organizações nacionais, 13 (81%) com organizações internacionais e 13 (81%) com organizações locais. Apesar de todas as ONGD intervirem em parceria, 1 delas não entrou na contabilização dos dados, e portanto, neste gráfico, pois respondeu que intervêm em parcerias, mas não identificou nenhuma. Algumas ONGD escolheram mais do que uma opção de resposta, ou seja, intervêm com mais do que um tipo de organização, e desta forma, é importante referir **Com quantos tipos de organização cada ONGD Portuguesa estabelece parcerias?**

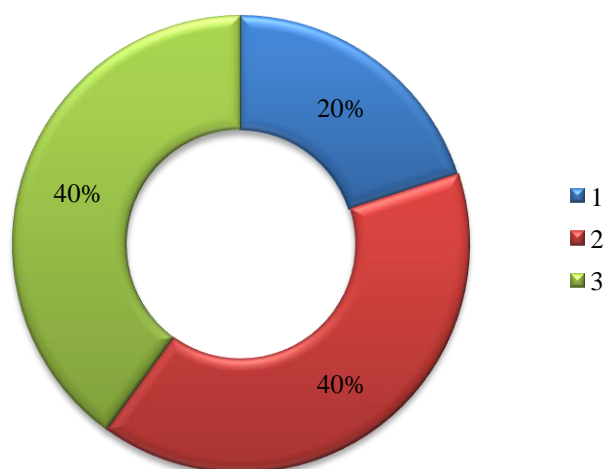


Figura 7 – Gráfico de frequências para o número de parcerias estabelecidas

Das 16 ONGD, 3 (20%) intervêm apenas com um tipo de organização, 6 (40%) intervêm com dois tipos de organização, 6 (40%) intervêm com três tipos de organização, e 1 ONGD não indicou o tipo de parceria que estabelece, não sendo incluída neste gráfico.

**Pergunta 5 – Quais são as fontes de financiamento para as suas intervenções? Enumere de 1 a 6, correspondendo o 1 ao mais importante e o 6 ao menos importante.**

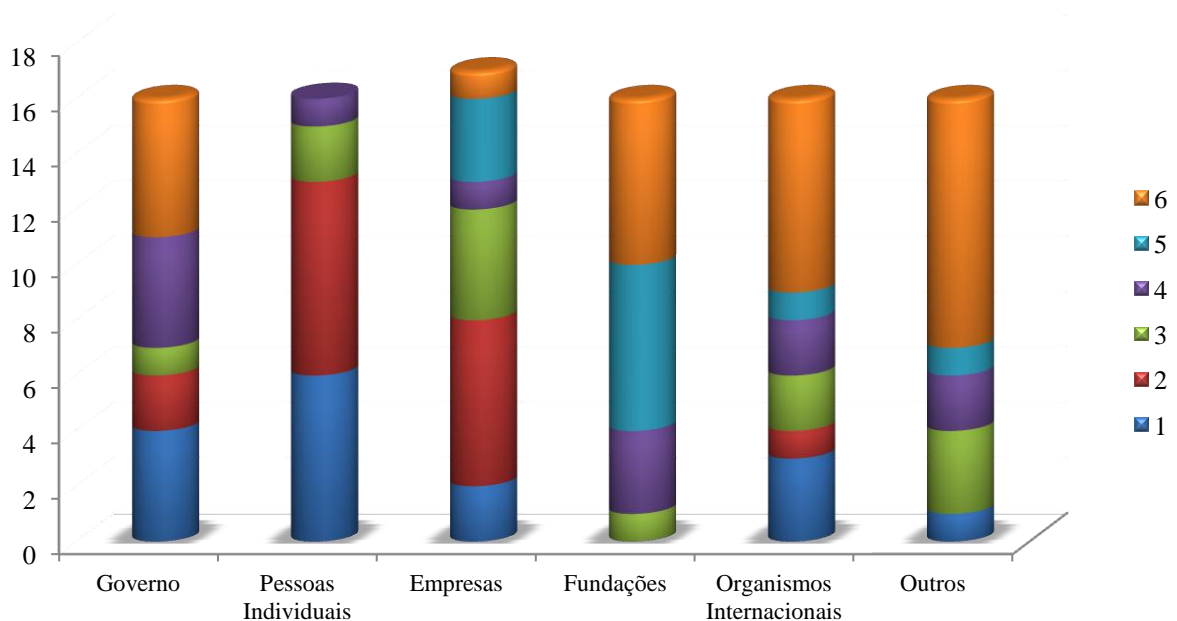
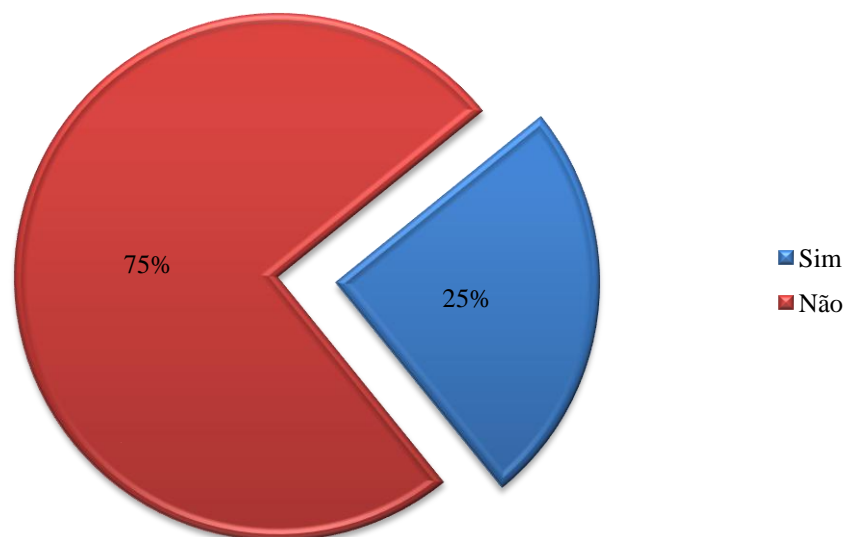


Figura 8 – Gráfico de frequências para a importância das fontes de financiamento

As fontes de financiamento, consideradas pelas ONGD, com maior importância (atribuição entre 1 e 3) são as pessoas individuais (15 ONGD). Seguem-se as empresas (11 ONGD), o governo (7 ONGD), os organismos internacionais (5 ONGD), outras fontes (5 ONGD), e por último as fundações (2 ONGD). As ONGD apontaram como outras fontes de financiamento, as actividades/iniciativas para angariação de fundos, os associados, as organizações espanholas e italianas e fundos próprios.

**Pergunta 6 – Os financiamentos obtidos são suficientes para colmatar as necessidades de intervenção da Organização?**



*Figura 9 – Gráfico de frequências para a satisfação dos financiamentos obtidos*

Das 16 ONGD, 4 (25%) consideram os financiamentos obtidos suficientes para as suas intervenções, e 12 (75%) não os consideram suficientes. Na justificação desta insuficiência referiram a lacuna existente entre o montante conseguido e o montante necessário para o projecto, que mencionam ficar muito aquém das necessidades, sendo por vezes a intervenção limitada e mesmo adaptada ao financiamento disponível. Foi apontado o facto de não existir financiamento do governo português/público para a AH de emergência e também o facto dos fundos disponibilizados para o desenvolvimento serem limitados.

**Pergunta 7 – Em que sectores desenvolve a sua acção?**

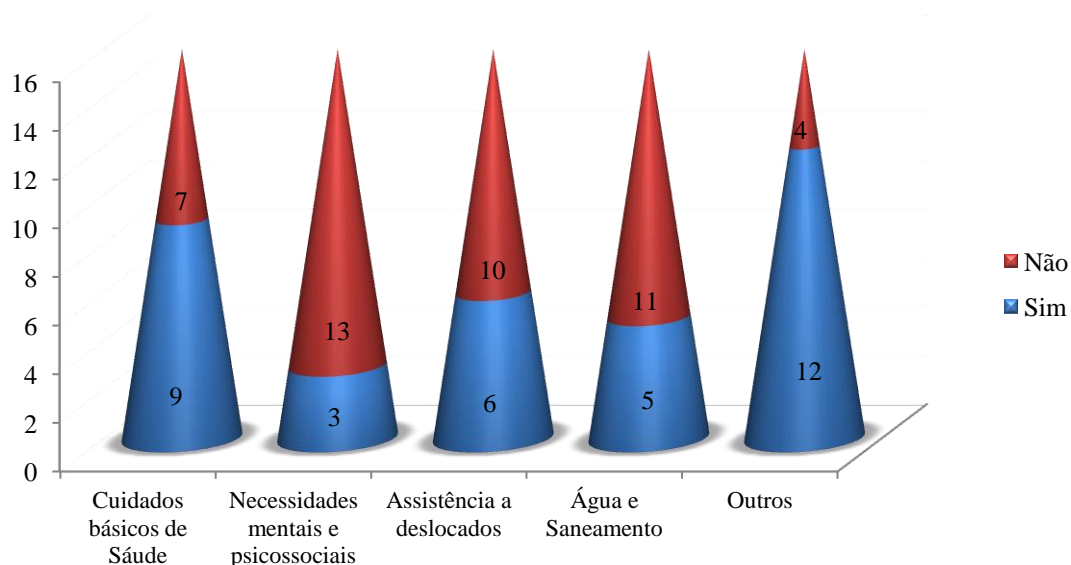


Figura 10 – Gráfico de frequências para os sectores de intervenção

Das 16 ONGD, 9 (56%) desenvolvem acções no sector dos cuidados básicos de saúde, 3 (19%) no sector das necessidades mentais e psicossociais, 6 (38%) no sector da assistência a deslocados, 5 (31%) no sector da água e saneamento e 12 (75%) referiram intervir noutros sectores, tais como segurança alimentar, abrigo, distribuição de bens alimentares e não alimentares, entre outros. Algumas ONGD actuam em mais do que um sector, e portanto considerou-se pertinente verificar *Em quantos sectores de intervenção intervém cada ONGD?*

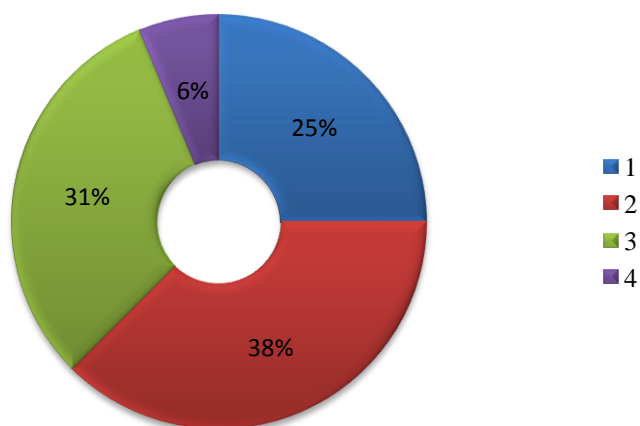


Figura 11 – Gráfico de frequências para o número de sectores de intervenção

Das 16 ONGD, 4 (25%) desenvolvem a sua acção apenas num sector de intervenção, 6 (38%) em dois sectores, 5 (31%) em três sectores e 1 (6%) desenvolve a sua acção em quatro sectores.

**Pergunta 8 – Qual é a duração da acção?**

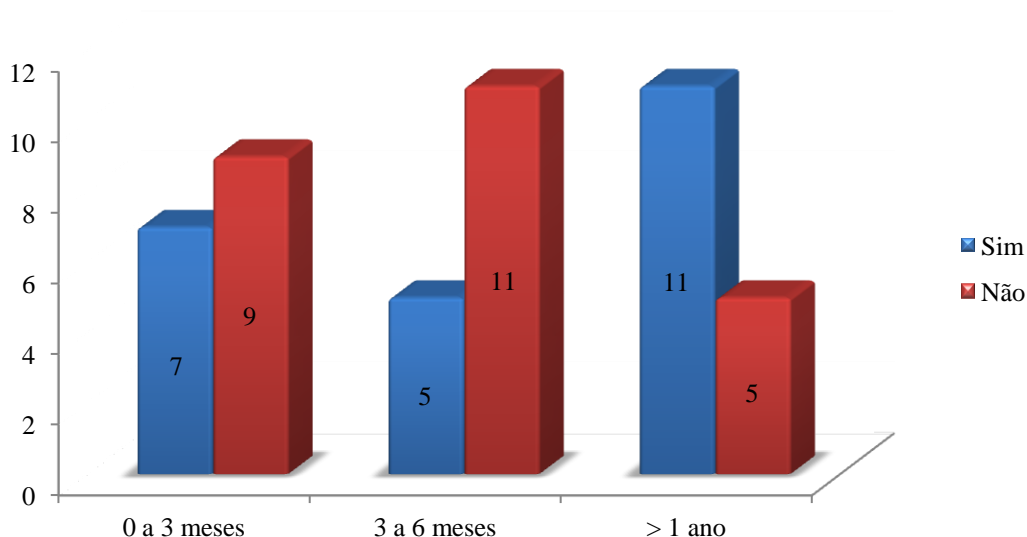


Figura 12 – Gráfico de frequências para a duração das acções

Das 16 ONGD, 7 (44%) implementam acções com uma duração entre 0 e 3 meses, 5 (31%) com duração entre 3 a 6 meses, e 11 (69%) com duração superior a um ano. Algumas ONGD escolheram mais de uma hipótese de resposta, considerando-se importante referir *Em quantos períodos de duração actua cada ONGD?*

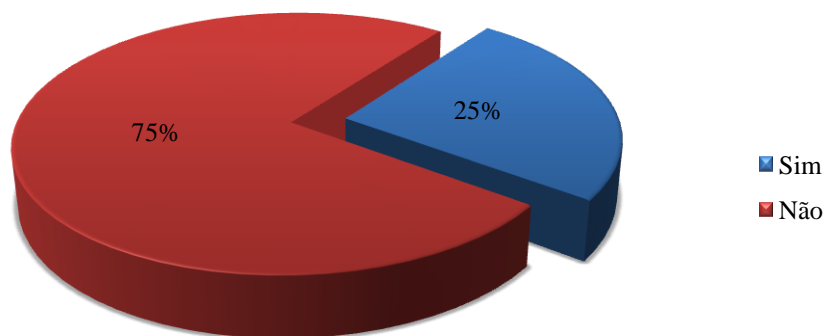


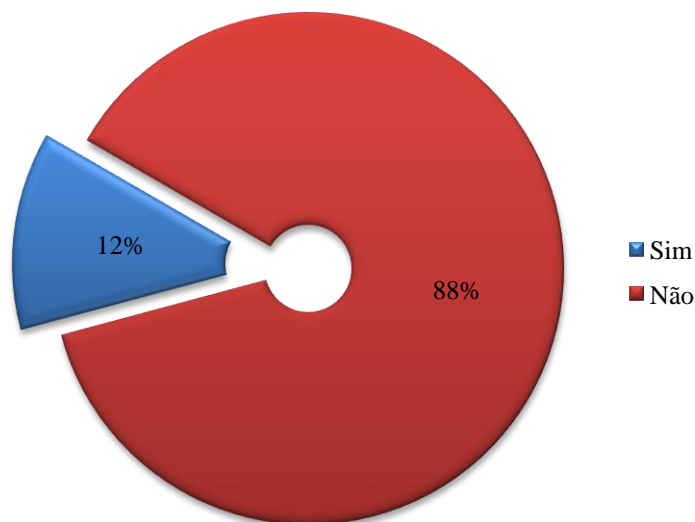
Figura 13 – Gráfico de frequências para mais do que um período de duração das acções

Das 16 ONGD, 4 (25%) desenvolvem acções com mais de um período de duração (3 ONGD realizam acções com duração que varia entre os 3 períodos e 1 ONGD realiza acções com duração que varia entre 2 períodos de tempo) e 12 ONGD (75%) apenas num período de duração.

### **Pergunta 9 – Os actores locais são envolvidos nas intervenções realizadas?**

As 16 ONGD (100%) envolvem os actores locais nas suas intervenções. No que se refere à forma como o fazem, mencionam a sua participação no desenho do projecto, na identificação das necessidades/diagnóstico, no planeamento, na implementação, avaliação, em todo o ciclo do projecto, como ponte entre instituições locais, cooperação na interacção e formação da população local, para continuidade dos projectos e parcerias locais. Uma ONGD não respondeu de que forma envolve os actores locais, apesar de o fazer.

### **Pergunta 10 – Considera que existe coordenação entre as Organizações Não Governamentais Portuguesas nas intervenções de Ajuda Humanitária?**



*Figura 14 – Gráfico de frequências para a existência de coordenação entre as ONGD Portuguesas*

Das 16 ONGD, 14 (88%) consideram que não existe coordenação entre as ONG Portuguesas nas intervenções de AH, e apenas 2 ONGD (12%) consideram existir esta coordenação.

**Pergunta 11 – Quais são os recursos humanos de que dispõe a Organização?**

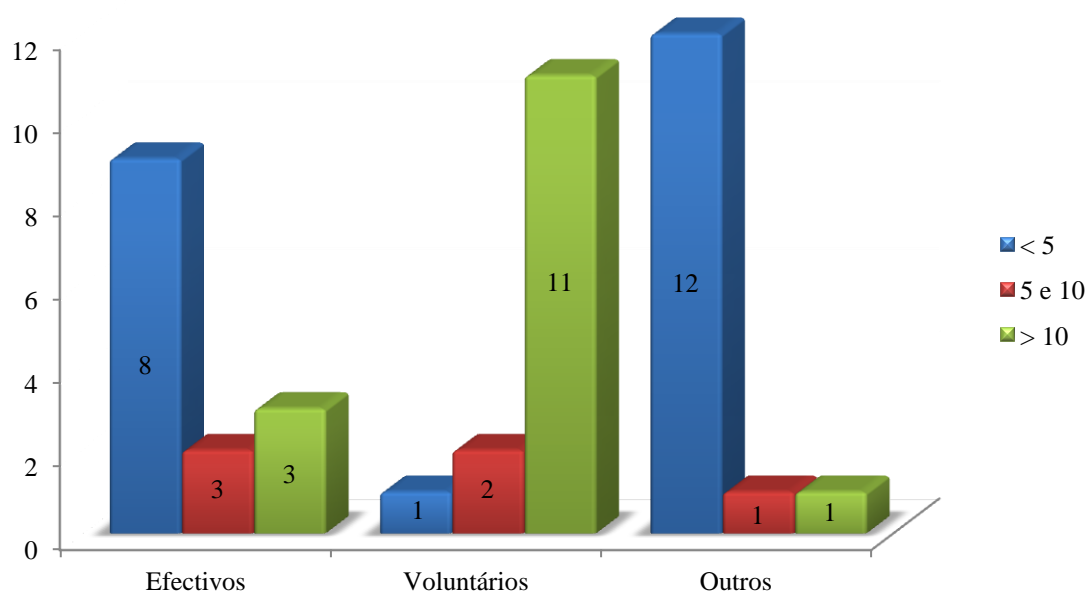
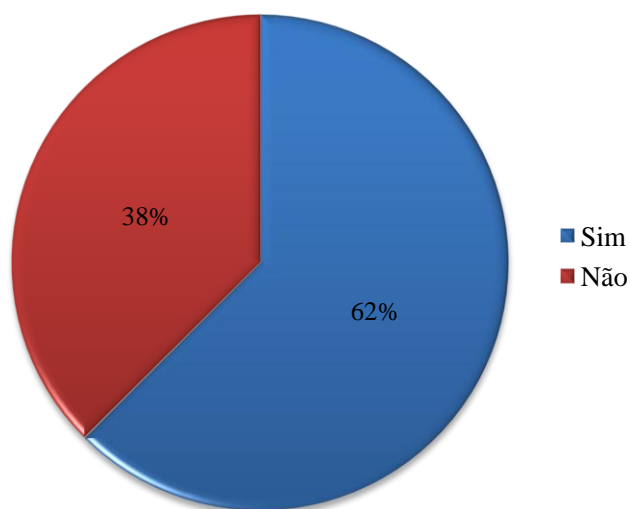


Figura 15 – Gráfico de frequências para os recursos humanos disponíveis

Em termos de membros efectivos, no total das 16 ONGD contabilizam-se entre os 0 e os 175 elementos, sendo de referir que 4 ONGD não têm membros efectivos. A maior parte dos recursos humanos das ONGD são membros voluntários, que se contabilizam no total entre 3 e 1800 elementos. 2 ONGD apontaram ter outros membros, que se contabilizam entre 0 e 19 elementos, e que foram especificados como 5 elementos de apoios técnicos pró-bono, 2 voluntários internacionais de longa duração e cerca de 17/ano de curta duração. Salienta-se o facto de 2 ONGD não estarem representadas na elaboração do gráfico pois não especificaram o número de membros.

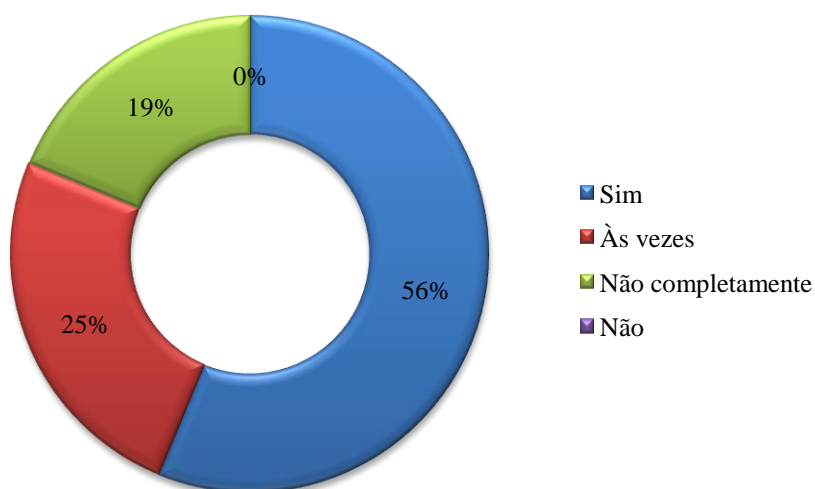
**Pergunta 12 – Considera que existe apoio da opinião pública para as suas missões?**



*Figura 16 – Gráfico de frequências para a existência de apoio da opinião pública*

Das 16 ONGD, 10 (62%) consideram que existe apoio da opinião pública para as suas missões, e 6 (38%) consideram que esta não existe.

**Pergunta 13 – Segue o ciclo do projecto na implementação das suas intervenções?**



*Figura 17 – Gráfico de frequências para a utilização do ciclo do projecto*

Das 16 ONGD, nenhuma respondeu não seguir o ciclo do projecto na implementação dos projectos, 9 (56%) seguem-no completamente, 4 (25%) apenas o seguem às vezes e 3 (19%) não o seguem completamente.

Quanto à metodologia utilizada no planeamento dos projectos (pergunta aberta), as respostas aferiram-se diversificadas. Considerou-se portanto pertinente, de forma a simplificar a sua apresentação, bem como a sua análise, agrupá-las em quatro categorias, ou seja, a descrição de metodologias de planeamento, a descrição do ciclo do projecto, a descrição de ambos, ou nenhuma das anteriores (para a ausência de resposta ou dispersão na mesma, não respondendo de todo ao pretendido).

#### Pergunta 14 – Que metodologia(s) utiliza no planeamento dos projectos?

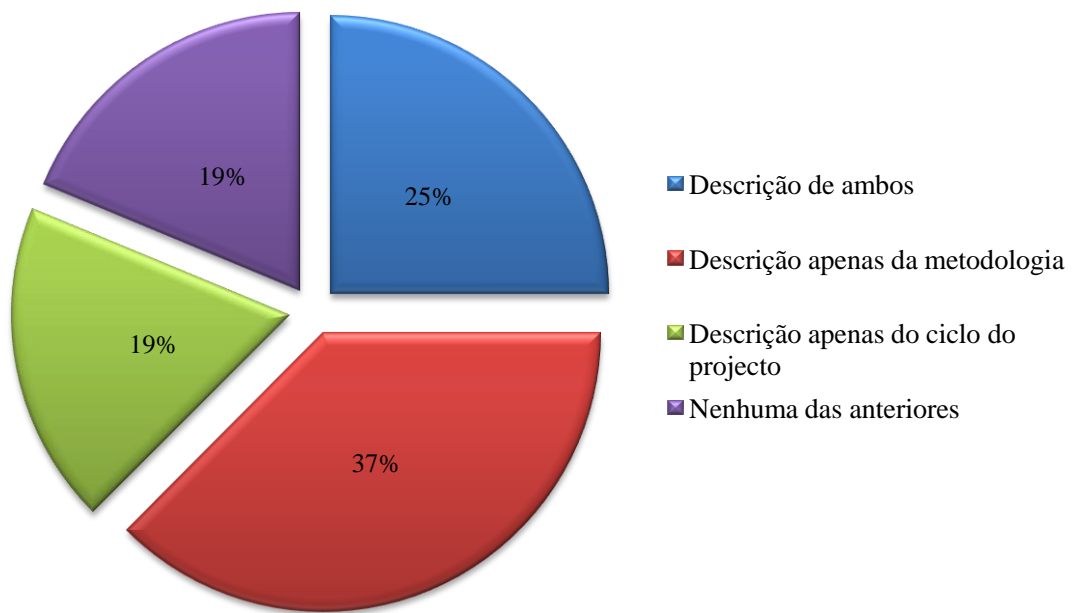


Figura 18 – Gráfico de frequências para as metodologias de planeamento

Das 16 ONGD, 4 (25%) descreveram a metodologia de planeamento de projectos que utilizam, mas também descreveram o ciclo do projecto (descrição de ambos), 6 (37%) descreveram a metodologia, 3 (19%) descreveram o ciclo do projecto, e 3 (19%) não responderam nem uma coisa nem outra (nenhuma das anteriores), ou seja, 1 ONGD

deixou a pergunta em branco, 1 respondeu que o planeamento é proposto pela ONG internacional e a outra dispersou completamente na resposta.

### Pergunta 15 – Avalia a implementação dos seus projectos?

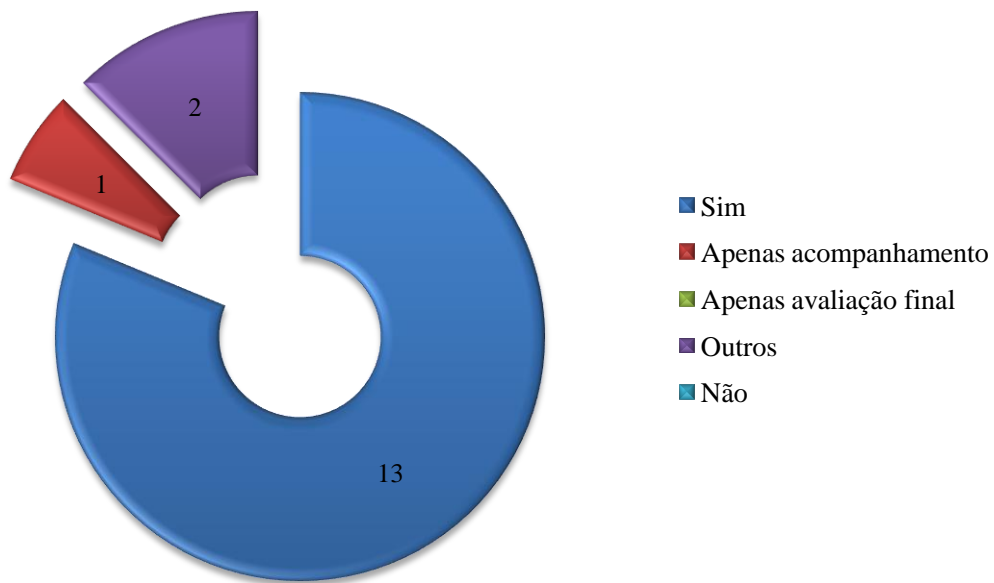


Figura 19 – Gráfico de frequências para a avaliação da implementação dos projectos

Das 16 ONGD, nenhuma se abstém de realizar a avaliação da implementação dos projectos. Nenhuma realiza apenas avaliação final, 13 (81%) realizam avaliação, 1 (6%) apenas realiza acompanhamento sem avaliação final, e 2 (13%) realizam outro, sendo que 1 ONGD explica-o como acompanhamento sempre, mas apenas avaliação de acordo com a relevância e montante disponibilizado para o projecto, e a outra ONGD realiza avaliação apenas quando está previsto no entendimento assinado no início da intervenção e conforme os parceiros, uma vez que se trata de 1 ONGD integrada numa rede internacional, e portanto, com funcionamento específico e diferenciado.

### **Pergunta 16 – Considera importante a avaliação de impacto do projecto?**

As 16 ONGD (100%) consideram-na importante, no entanto, 1 ONGD não respondeu porquê assim o considerava. As restantes justificaram a sua importância, apontando o facto de assim se identificar se foi atingido o que se pretendia através do planeamento inicial, como forma de melhorar os pontos fracos, aprendendo com os erros, assegurando correcção e aperfeiçoamento nas acções futuras para a sua sustentabilidade, identificação de boas práticas e do real impacto na vida dos beneficiários, detecção de novas necessidades para futuras intervenções, e por questões de transparência relativamente aos doadores e beneficiários.

### **Pergunta 17 – Enumere 3 vantagens e 3 limitações para o sucesso da sua actividade.**

A última pergunta do questionário (pergunta aberta), teve como objectivo proporcionar uma compreensão mais abrangente daquilo que as ONGD consideram as vantagens e as limitações para a sua actividade. Dada a diversidade de respostas, considerou-se necessário e pertinente, o agrupamento das mesmas em categorias, de forma a uma visualização e interpretação mais simples e útil, constando a sua exposição nas tabelas que se seguem.

<b>Vantagens</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>	<b>6</b>	<b>7</b>	<b>8</b>	<b>9</b>	<b>10</b>	<b>11</b>	<b>12</b>	<b>13</b>	<b>14</b>	<b>15</b>	<b>16</b>	<b>Total</b>
<i>Envolvimento dos beneficiários</i>	x			x												x	3
<i>Existência de parcerias</i>			x					x	x	x	x						5
<i>Experiência anterior</i>			x										x	x			3
<i>Capacidade financeira</i>												x		x			2
<i>Existência de recursos humanos</i>		x			x			x	x	x			x	x			7
<i>Características da ONGD</i>		x		x			x	x		x	x	x				x	8
<i>Outros</i>	x	x	x			x			x		x		x		x		8

Tabela 1 – Vantagens apontadas pelas ONGD Portuguesas para o sucesso da sua actividade

Quanto ao que as ONGD consideram como vantagens da sua actividade, como se pode observar na tabela acima, em maior número estão as características da ONGD, como a iniciativa e espírito de entre ajuda, pertença a uma rede internacional, mundial e reconhecimento enquanto tal, a metodologia utilizada e a transparência nos processos, entre outros. Na categoria outros, houve uma grande diversidade, como conhecimento da realidade do terreno, avaliação intermédia no terreno e final pós-missão, reconhecimento dos beneficiários, entre outros. Quanto à existência de recursos humanos, referiram a existência de voluntariado e a sua formação específica e com larga experiência, em quantidade e qualidade, e equipas pluridisciplinares. A existência de parcerias é apontada não só como a sua simples existência nas ONGD, mas também como os parceiros locais sendo capazes de assegurar a continuidade e sustentabilidade dos projectos. O envolvimento dos beneficiários é caracterizado como a participação da comunidade, a relação estabelecida com estes e o trabalho realizado ser próximo dos mesmos. A experiência anterior refere-se à experiência anterior em AH. Por último é referida a capacidade financeira, ou seja, a não dependência de financiamentos públicos para intervir, devido à disponibilização imediata de verbas através de fundos próprios.

<b>Limitações</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>	<b>6</b>	<b>7</b>	<b>8</b>	<b>9</b>	<b>10</b>	<b>11</b>	<b>12</b>	<b>13</b>	<b>14</b>	<b>15</b>	<b>16</b>	<b>Total</b>
<i>Limitações de financiamento</i>	x	x		x	x	x		x	x	x		x	x	x	x	x	13
<i>Limitações dos recursos</i>	x			x		x	x	x	x		x	x		x			9
<i>Falha na coordenação/colaboração</i>			x				x	x					x			x	5
<i>Pouca visibilidade</i>		x					x						x				3
<i>Enquadramento nacional da AH</i>	x									x		x					3
<i>Outros</i>		x	x	x					x	x	x					x	7

Tabela 2 – Limitações apontadas pelas ONGD Portuguesas para o sucesso da sua actividade

Como limitações as ONGD apontam principalmente as limitações de financiamento, referindo ser insuficiente e irregular, pouco acesso a este, etc. Seguem-se as limitações dos recursos, tanto de profissionais com formação específica, como também no que diz respeito à capacidade logística para intervir, entre outros. Foram

apontadas outras limitações, especificadas como dificuldades alfandegárias colocadas por muitos países para o envio de géneros, assim como a corrupção existente por parte de muitos organismos, etc. A falha de coordenação/colaboração nomeadamente as dificuldades de comunicação, linguísticas e culturais, falta de coordenação, designadamente entre as ONGD Portuguesas e falta de colaboração das autoridades locais, entre outras. A pouca visibilidade é referente à falta de visão política mais focada nesta temática, entre outras. O enquadramento nacional da AH é referente a poucas ONGD trabalharem no sector da AH de emergência, logo este ser muito pequeno e dificuldade de actuação na área de AH em geral, entre outros.

### 3.2.2 – Apresentação dos resultados das relações realizadas entre diversas perguntas do questionário

Considerando-se o tipo de estudo, as suas características e os seus objectivos, estabeleceram-se relações/associações entre algumas das perguntas do questionário, de acordo com a sua relevância e pertinência neste contexto, com vista à sua melhor compreensão e pertinência para efeitos de comprovação ou não das hipóteses de estudo, e para resposta à questão/problema formulada. Apresenta-se portanto, a descrição dessas relações, algumas delas acompanhadas de explicitação gráfica.

#### ***Relação entre a pergunta 2 – Que tipo de acções implementa? e a pergunta 6 – Os financiamentos obtidos são suficientes para colmatar as necessidades de intervenção da Organização?***

Das 9 ONGD que implementam acções de emergência, 8 delas (89%) acha que os financiamentos obtidos não são suficientes, das 5 ONGD que implementam acções de reabilitação, 4 delas (80%) também partilham a mesma opinião, e igualmente acham 11 ONGD (73%) das 15 que realizam acções de AH e desenvolvimento.

***Relação entre a pergunta 6 – Os financiamentos obtidos são suficientes para colmatar as necessidades de intervenção da Organização? e a pergunta 8 – Qual é a duração da acção?***

Das 7 ONGD que realizam acções com duração entre 0 a 3 meses, 5 (71%) consideram que o financiamento não é suficiente, das que realizam acções entre 3 a 6 meses, 5 (100%) também acham que não é suficiente, e das 11 ONGD que realizam acções com mais de 1 ano, 9 (82%) têm a mesma opinião. Das ONGD que realizam mais de um período de duração, 4 (100%) não considera o financiamento obtido suficiente.

***Relação entre a pergunta 1 – Anualmente quantas missões de AH são implementadas pela Organização? e a pergunta 13 – Segue o ciclo do projecto na implementação das suas intervenções?***

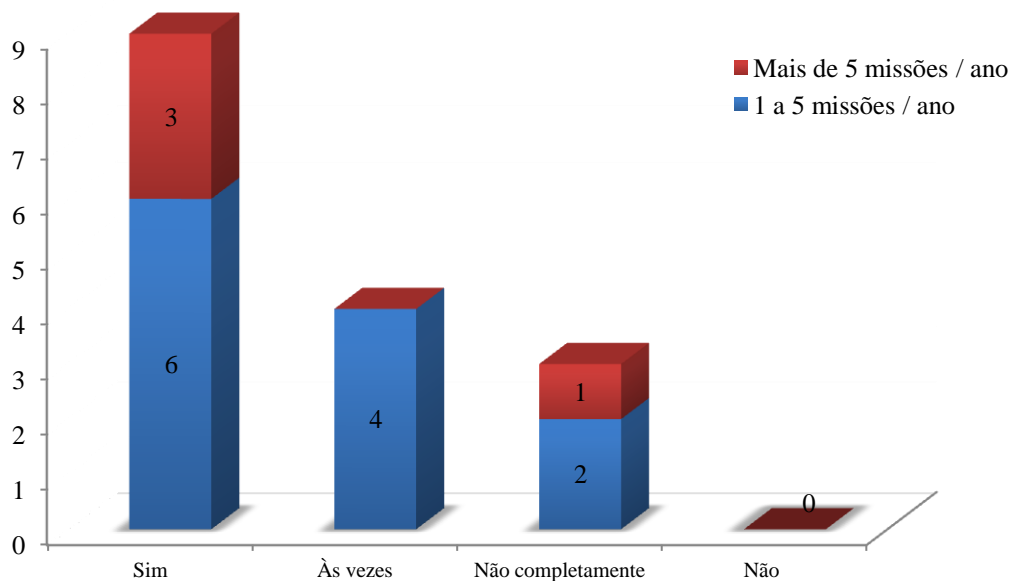


Figura 20 – Gráfico da relação entre o número de missões anuais e a utilização do ciclo do projecto

Das 9 ONGD que seguem completamente o ciclo do projecto, 6 implementam entre 1 a 5 missões/ano e 3 implementam mais de 5 missões/ano. Das ONGD que implementam entre 1 a 5 missões, 6 (50%) seguem completamente o ciclo do projecto e 6 (50%) seguem às vezes ou não completamente. Das ONGD que implementam mais de

5 missões, 3 (75%) seguem completamente o ciclo e 1 (25%) não segue completamente o ciclo.

***Relação entre a pergunta 2 – Que tipo de acções implementa? e a pergunta 13 – Segue o ciclo do projecto na implementação das suas intervenções?***

Das 9 ONGD que actuam em emergência, 6 (67%) seguem completamente o ciclo do projecto, das 5 ONGD que actuam em reabilitação, 4 (80%) também, e das 15 ONGD que actuam em AH e desenvolvimento, 9 (60%) também.

***Relação entre a pergunta 4 – Intervém em parceria com outras Organizações? e a pergunta 13 – Segue o ciclo do projecto na implementação das suas intervenções?***

Das 7 ONGD que intervêm em parceria com organizações nacionais, 5 (71%) seguem o ciclo do projecto, das 13 ONGD que intervêm em parceria com organizações internacionais, 8 (62%) seguem o ciclo do projecto, e das 13 ONGD que intervêm em parceria com organizações locais, também 8 (62%) seguem o ciclo do projecto.

***Relação entre a pergunta 6 – Os financiamentos obtidos são suficientes para colmatar as necessidades de intervenção da Organização? e a pergunta 13 – Segue o ciclo do projecto na implementação das suas intervenções?***

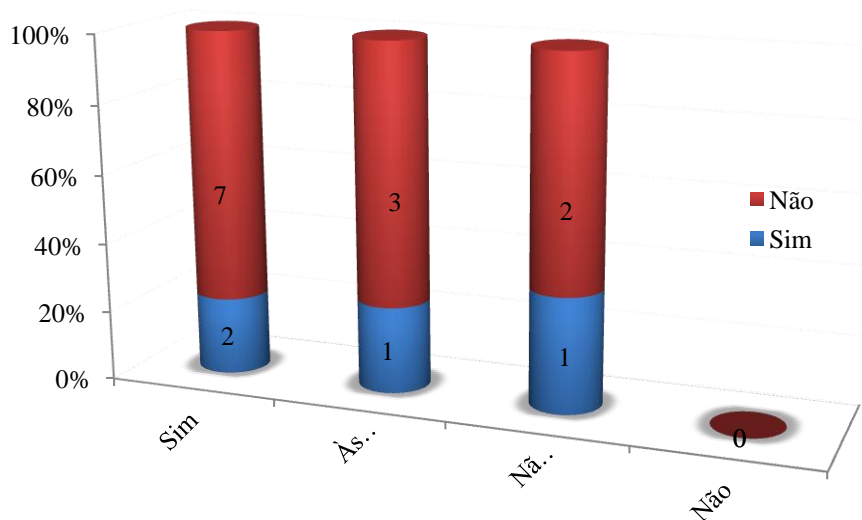


Figura 21 – Gráfico da relação entre a utilização do ciclo do projecto e os financiamentos obtidos

Das 9 ONGD que seguem completamente o ciclo do projecto, 7 (78%) não acham os financiamentos obtidos suficientes, das 4 ONGD que seguem o ciclo apenas às vezes, 3 (75%) também não acha, e das 3 ONGD que não o seguem completamente, 2 (67%) partilham a mesma opinião.

***Relação entre a pergunta 2 – Que tipo de acções implementa? e a pergunta 14 – Que metodologia(s) utiliza no planeamento dos projectos?***

Das 9 ONGD que actuam em emergência, 2 (22%) descrevem tanto a metodologia como o ciclo do projecto, e 6 (66%) descrevem ou a metodologia de planeamento ou o ciclo do projecto e 1 (12%) não descreve nenhuma das anteriores. Das 5 ONGD que actuam em reabilitação, apenas 1 (20%) descreve ambos (metodologia de planeamento e ciclo do projecto), e 4 (80%) descrevem metodologia ou ciclo do projecto. Das 15 ONGD que actuam em AH e desenvolvimento, 4 delas (27%) descrevem ambos, 9 (60%) descrevem um ou outro (metodologia ou ciclo do projecto) e 2 (13%) não descreve nenhuma das anteriores.

***Relação entre a pergunta 13 – Segue o ciclo do projecto na implementação das suas intervenções? e a pergunta 14 – Que metodologia(s) utiliza no planeamento dos projectos?***

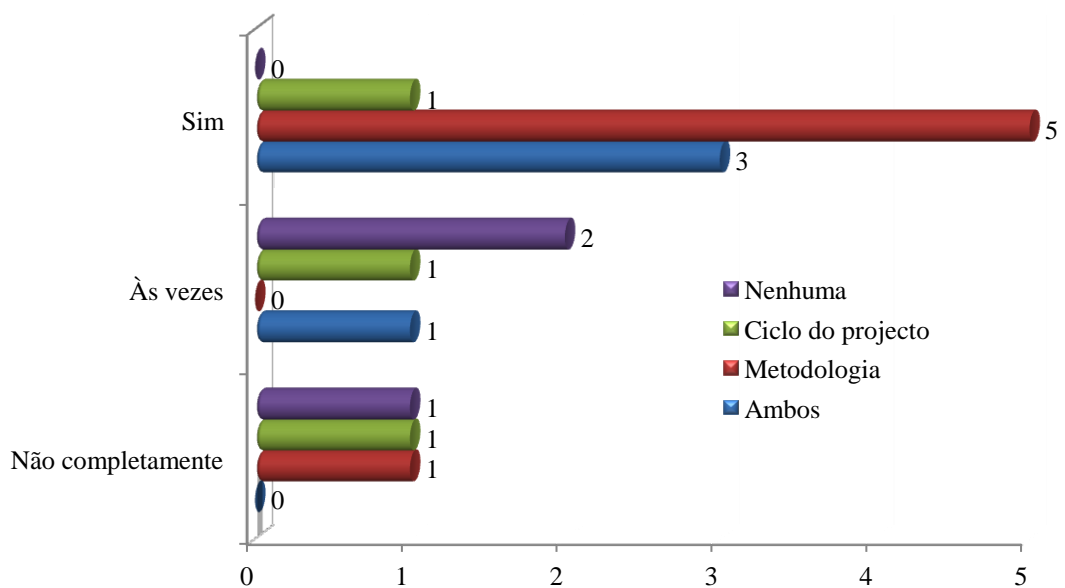


Figura 22 – Gráfico da relação entre a utilização do ciclo do projecto e as metodologias de planeamento

Das 4 ONGD que descrevem ambos (metodologia e ciclo do projecto), 3 (75%) seguem completamente o ciclo e 1 (25%) só segue às vezes. Das 6 ONGD que descrevem apenas a metodologia, 5 (83%) seguem completamente o ciclo e 1 (17%) não segue completamente. Das ONGD que não descrevem nenhuma metodologia ou ciclo do projecto, nenhuma ONGD diz que segue o ciclo.

***Relação entre a pergunta 1 – Anualmente quantas missões de AH são implementadas pela Organização? e a pergunta 15 – Avalia a implementação dos seus projectos?***

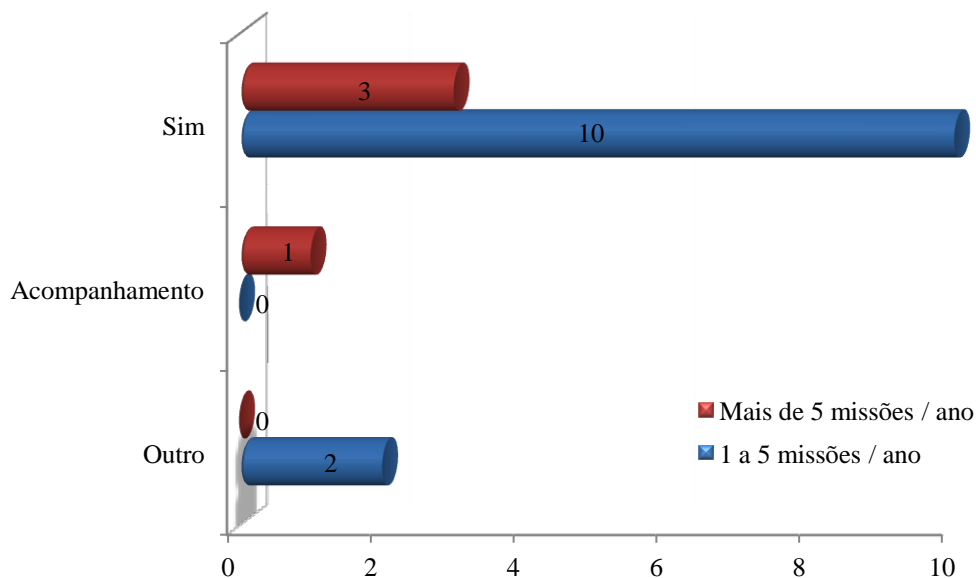


Figura 23 – Gráfico da relação entre o número de missões anuais e a avaliação da implementação do projecto

Apenas 1 ONGD que implementa mais de 5 missões anualmente realiza apenas acompanhamento sem avaliação final. Nenhuma ONGD respondeu que não realiza avaliação da implementação dos projectos, assim como nenhuma ONGD respondeu que apenas realiza avaliação final. 13 ONGD responderam avaliar a implementação dos projectos, das quais 10 (77%) implementam entre 1 a 5 missões por ano e 3 (23%) implementam mais de 5 missões por ano. 2 ONGD que implementam entre 1 a 5 missões anuais referem outro.

***Relação entre a pergunta 2 – Que tipo de acções implementa? e a pergunta 15 – Avalia a implementação dos seus projectos?***

Das 9 ONGD que actuam em emergência, 7 (78%) avaliam a implementação dos projectos, das 5 ONGD que actuam em reabilitação, 3 (60%) igualmente o fazem, e das 15 ONGD que actuam em AH e desenvolvimento, 12 (80%) também.

***Relação entre a pergunta 13 – Segue o ciclo do projecto na implementação das suas intervenções? e a pergunta 15 – Avalia a implementação dos seus projectos?***

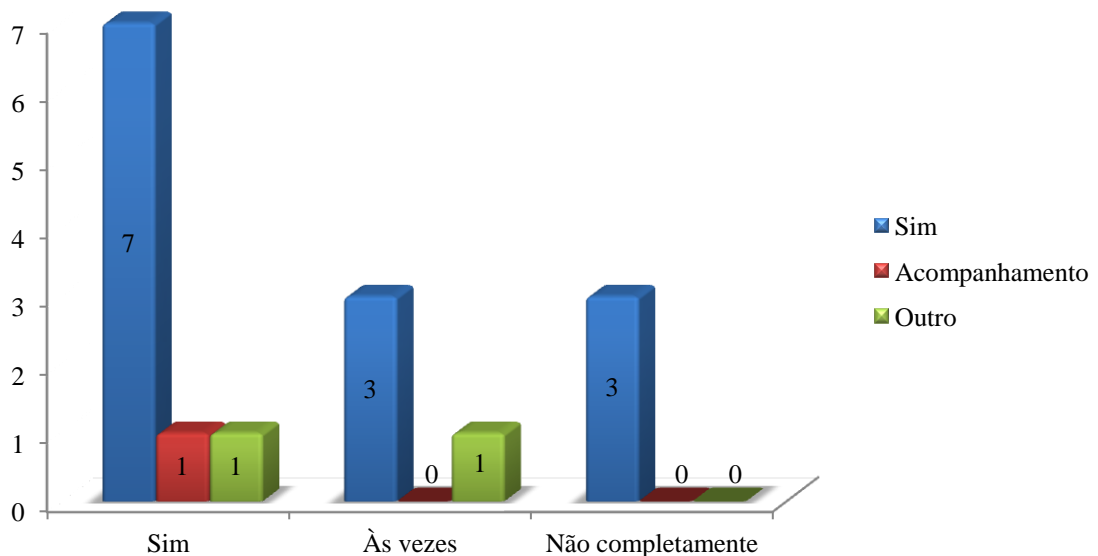


Figura 24 – Gráfico da relação entre o seguimento do ciclo do projecto e a avaliação da implementação

Das 9 ONGD que seguem completamente o ciclo do projecto, 7 (78%) avaliam a implementação e 1 (11%) apenas realiza acompanhamento sem avaliação final e 1 (11%) refere outro. Das 4 ONGD que seguem o ciclo às vezes, 3 (75%) avalia a implementação e 1 (25%) refere outro. Das 3 ONGD que não seguem completamente o ciclo, 3 (100%) avalia a implementação.

**Relação entre a pergunta 14 – Que metodologia(s) utiliza no planeamento dos projectos? e a pergunta 15 – Avalia a implementação dos seus projectos?**

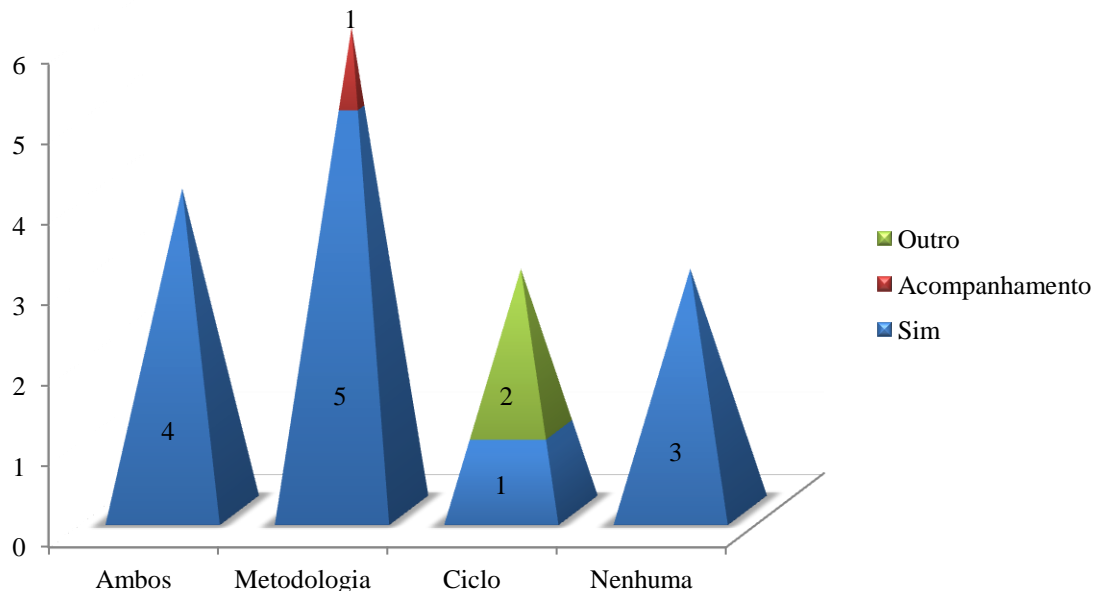


Figura 25 – Gráfico da relação entre as metodologias de planeamento e a avaliação da implementação

Das 4 ONGD que mencionam ambos (metodologia e ciclo do projecto), 4 (100%) avaliam a implementação. Das 6 ONGD que descrevem a metodologia, 5 (83%) avaliam a implementação e 1 (17%) apenas acompanha sem avaliação final. Das 3 ONGD que mencionam apenas o ciclo do projecto, 1 (33%) avalia a implementação e 2 (67%) referem outro. Das ONGD englobadas em nenhuma das anteriores, 3 (100%) avaliam a implementação.

### 3.2.3 – Interpretação e discussão dos resultados

Por último, conduziu-se à interpretação e comunicação dos resultados. De acordo com Fortin (1999) o conjunto de dados deve ser interpretado de acordo com o tipo de estudo, ou seja, engloba a análise profunda de todo o processo de investigação e do seu contexto. No estudo quantitativo de dados descritivos a interpretação deve apoiar-se no quadro de referência e nas informações obtidas através das questões de investigação. A comunicação desses resultados permite estabelecer a ponte entre a sua significação estatística, e a sua importância no que respeita à contribuição para o avanço dos

conhecimentos, não sendo os resultados definitivos, mas preparando no entanto, o caminho para estudos posteriores de nível mais avançado.

De facto e conforme já foi mencionado, em termos de contexto da AH a actuação Portuguesa através das suas ONGD é reduzida, sendo que apenas 16 delas intervêm (num universo de 70 ONGD). Este é portanto, um dos aspectos que caracteriza a AH prestada pelas ONGD Portuguesas, objectivo geral deste estudo. Para além desta caracterização em termos de número de ONGD que prestam AH, também foi possível através da análise das respostas às perguntas do questionário aplicado, estabelecer a caracterização geral da sua prestação, tendo-se equacionado o seguinte:

- ✓ As suas intervenções são caracterizadas por um número mais reduzido de missões anuais, ou seja, são mais as ONGD que realizam apenas entre 1 a 5 missões/ano
- ✓ Desenvolvem mais acções de AH e desenvolvimento, seguindo-se a emergência e a reabilitação
- ✓ A grande maioria toma a decisão de intervir baseada na vocação da organização, sendo este o critério exclusivo para a metade das ONGD
- ✓ Maioritariamente estabelecem parcerias internacionais e locais, com maior tendência para as parcerias com dois ou três tipos de organizações. São mais as ONGD que não estabelecem parcerias nacionais do que as que estabelecem, destacando-se no entanto, que há uma tendência para estabelecer parcerias
- ✓ Quanto aos recursos financeiros, a fonte considerada de maior importância são as pessoas individuais e as de menor importância as fundações, e ainda relativamente aos financiamentos obtidos, existe uma insatisfação maioritária
- ✓ O sector de intervenção com maior incidência de acções é o designado como outro sector, que engloba grande diversidade, e o sector com menor incidência de acções é o sector das necessidades mentais e psicossociais
- ✓ Quanto à duração da acção predominam as acções de longa duração (mais de 1 ano) e as acções de média duração (3 a 6 meses) são as que têm menos intervenções. Maioritariamente actuam apenas num período de duração, apesar de algumas ONGD se “dividirem” em intervenções com dois ou três períodos de duração
- ✓ Na totalidade envolvem os actores locais nas suas intervenções
- ✓ Apesar de algumas ONGD estabelecerem parcerias com organizações nacionais, a grande maioria das ONGD considera que não existe coordenação entre as ONGD Portuguesas

- ✓ Os recursos humanos constituem um ponto sensível, uma vez que o maior número de membros se encontra concentrado em poucas ONGD e algumas não dispõem mesmo de membros efectivos
- ✓ Consideram na sua maioria existir apoio da opinião pública para as suas intervenções
- ✓ Quanto ao ciclo do projecto mais de metade das ONGD o utiliza, embora algumas não o utilizem completamente
- ✓ Quanto à metodologia de planeamento adoptada, embora a grande maioria a utilize, há uma dificuldade quase maioritária na sua objectividade
- ✓ Quase a totalidade das ONGD avaliam os seus projectos e todas consideram importante a avaliação de impacto, sem que no entanto faça parte da abordagem deste estudo a verificação da sua aplicação

Face às hipóteses de investigação, relativamente à 1ª hipótese de estudo – *As ONGD Portuguesas que prestam AH planeiam as suas intervenções*, as perguntas do questionário e as relações entre algumas delas permitem equacionar o seguinte:

Grande parte das 16 ONGD em estudo implementa um número reduzido de missões de AH anualmente (1 a 5 missões/ano), factor que pode ser contributo positivo para um melhor planeamento, mais concentrado em poucas missões. Outro aspecto positivo e importante para o planeamento, é o facto de maioritariamente actuarem apenas num período de duração (0 a 3 meses, 3 a 6 meses ou mais de 1 ano), pois há uma maior concentração das suas intervenções. Por outro lado, apenas metade das ONGD se concentra num tipo de acção (emergência, reabilitação ou AH e desenvolvimento), e este pode constituir um aspecto negativo para o planeamento, pois a falta de “especialização” e o “investimento” disperso em vários tipos de acção, podem conduzir a um planeamento menos concentrado e eficaz.

Quanto aos sectores de intervenção, aspecto importante e relevante em termos de planeamento, porque obviamente haverá sectores onde é mais fácil planear do que outros, conclui-se que o sector com menos intervenções é o sector das necessidades mentais e psicossociais, possivelmente por implicar um maior grau de dificuldade em termos de planeamento. Considera-se que este sector possa implicar uma maior

dificuldade de planeamento pois após a ocorrência de uma catástrofe, as suas consequências são muitas vezes de carácter imprevisível. É fundamental que exista uma intervenção a nível das necessidades mentais e psicossociais logo desde a fase da emergência, mas que se estende à fase da reabilitação e desenvolvimento, para que de facto haja um acompanhamento adequado e eficaz. Uma vez que este acompanhamento exige uma intervenção prolongada no tempo, exigindo para tal recursos financeiros e humanos, talvez se veja reflectido no menor número de intervenções neste sector e obviamente no seu planeamento.

A grande maioria das ONGD “dispersa” a sua actividade por mais do que um sector de intervenção, concluindo-se desta forma, que não existe uma “especialização”. Este aspecto poderá reflectir-se num planeamento mais disperso e mais difícil, pois quanto mais diversificada for a intervenção da ONGD, mais difícil será o processo de planeamento, e provavelmente menos eficaz, dados os escassos recursos humanos e financeiros das mesmas ONGD.

Leiva (2008) refere que a coordenação consiste na capacidade de conjugar o desempenho de equipas multidisciplinares ou organizações, que actuam numa missão comum, com vista a alcançar um objectivo, através de esforços comuns na mesma direcção, assinalando a sua importância organizativa. O trabalho em parceria potencia a eficácia da intervenção, demonstrando claramente um bom trabalho de planeamento, traduzindo-se em eficácia e eficiência, estabelecendo-se então uma relação clara entre as parcerias e planeamento, sendo necessário para tal que essas parcerias sejam coordenadas. No caso das ONGD estudadas, conclui-se que privilegiam as parcerias, aspecto que pode então contribuir positivamente para o processo de planeamento, no entanto consideram maioritariamente, que não existe coordenação entre as ONGD Portuguesas, e talvez isso explique o facto de estabelecerem mais parcerias com organizações locais e internacionais do que nacionais.

A elaboração de um projecto pressupõe uma combinação de recursos técnicos, financeiros e humanos, imprescindíveis para alcançar os objectivos (Vergara, 1986), e a sua carência está na base da limitação ao seu planeamento e execução (Serrano, 2008). Os recursos financeiros são essenciais para compreender o grau de estabilidade ou instabilidade, por sua vez muito importante para um processo de planeamento eficaz. Fernandes (2005) diferencia os de origem privada e os de origem pública. De uma

forma geral existe por parte das ONGD, uma grande insatisfação quanto aos financiamentos obtidos, que consideram os financiamentos de origem privada (pessoas individuais e empresas) as fontes de maior importância, ou seja, verifica-se que a estabilidade está mais “relacionada” com os recursos financeiros de origem privada. Nos três tipos de acções implementadas (emergência, reabilitação e AH e desenvolvimento) praticamente a totalidade das ONGD considera os financiamentos obtidos insuficientes. As ONGD com duração de acção entre os 3 e 6 meses e os 0 e 3 meses (reabilitação e emergência) são as que mais consideram a referida insuficiência. Uma possível explicação pode ser apoiada no facto de que quanto maior é a duração das acções, mais recursos (humanos e materiais) são necessários.

Quanto aos recursos humanos, aspecto igualmente importante para levar a cabo a execução do projecto, implicando para tal um processo de planeamento, pode estar comprometido no caso das ONGD Portuguesas que prestam AH, uma vez que os recursos humanos de que dispõem são essencialmente voluntários, o que pode trazer alguma instabilidade ao processo de planeamento. Associado a este factor de vulnerabilidade para o planeamento, está o facto de que o maior número dos recursos humanos está concentrado num pequeno número de ONGD, o que significa que a grande maioria dispõe de um reduzido número de colaboradores.

A metodologia participativa e o método do enquadramento lógico constituem as metodologias de planeamento utilizadas em geral pelas ONGD Portuguesas, evidenciando-se o facto de nenhuma ONGD ter referido utilizar a metodologia de análise de cenários e análise SWOT, apesar de Guerra (2000) referir que o planeamento em Portugal frequentemente recorre às técnicas de elaboração de cenários e técnicas prospectivas, não se tendo isto constatado no contexto das respostas a este questionário. Contudo, e apesar de se terem identificado as referidas metodologias, conclui-se que talvez exista pouca clareza de conceitos, ou até mesmo de conhecimentos por parte das ONGD, porque a grande maioria não identificou objectivamente o tipo de metodologia, “dispersando” as respostas com descrições detalhadas de procedimentos e até mesmo do ciclo do projecto e suas fases. Obviamente que este constitui um aspecto comprometedor para um planeamento eficaz, com repercussões na sua aplicação prática. Igualmente também nenhuma ONGD se referiu ou descreveu o planeamento estratégico, tático ou operacional, nem os modelos de planificação (racional, interaccionista ou baseados no parceria) ou os seus tipos de abordagem, podendo

este aspecto revelar falta de conhecimento sobre as especificidades técnicas dos modelos de planeamento e sua aplicação prática.

Analisando e interpretando as vantagens e limitações referidas pelas ONGD, para o sucesso da sua actividade pode-se constatar que identificam a existência de parcerias e o envolvimento dos beneficiários como vantagens, que podem de facto contribuir e facilitar o planeamento. No entanto, os recursos (humanos e financeiros) apresentam uma certa dualidade, uma vez que são apontados tanto como vantagens, como limitações. De facto, como já foi explicado, podem estar na base de uma grande fragilidade e comprometimento em termos de planeamento. No caso das ONGD que os apontam como vantagens, conclui-se que são aquelas que dispõem do maior número de recursos humanos e financeiros. Os recursos (humanos e financeiros) são assim apontados por um grande número de ONGD como limitações, assim como as falhas de coordenação/colaboração e pouca visibilidade e enquadramento nacional, o que como já se mencionou pode constituir entraves para um planeamento efectivo.

Após esta análise relativa à 1ª hipótese de estudo, verifica-se que as ONGD Portuguesas que prestam AH planeiam as suas intervenções, ficando desmistificado o mito de que o planeamento está relacionado e é utilizado apenas nos contextos da Cooperação/Educação para o Desenvolvimento e que a AH pelas suas características particulares não é compatível com esse planeamento. Fica assim demonstrado que 81% das ONGD Portuguesas planeiam as suas intervenções, no entanto constata-se algumas lacunas, no que diz respeito aos aspectos e factores essenciais para um bom planeamento, colocando em dúvida a “qualidade” e “efectividade” deste planeamento.

Relativamente à 2ª hipótese de estudo – *As ONGD Portuguesas que prestam AH incluem o Ciclo do Projecto nas suas intervenções*, as perguntas do questionário e as relações entre algumas delas permitem equacionar o seguinte:

Os recursos humanos e financeiros constituem um factor importante também no ciclo do projecto, uma vez que são aspectos fundamentais para a prossecução dos projectos, ou seja, para o seguimento do ciclo do projecto ao longo das suas diferentes fases. Como já se referiu, ambos apresentam um quadro de fragilidade e instabilidade, que se poderá reflectir no planeamento e obviamente na implementação do ciclo do

projecto. Quanto maior é a “ligação” ao ciclo do projecto, mais as ONGD consideram os financiamentos obtidos insuficientes, corroborando o anteriormente exposto.

Fernandes (2005) faz menção a três princípios de acção que devem estar presentes nos projectos das ONGD, sendo relativos à parceria com outras ONGD, grupos locais, entidades públicas e privadas, à capacitação da população através de métodos participativos e a apropriação por parte das mesmas, no processo de desenvolvimento, de forma a conduzir à sua continuidade e conseqüentemente a uma sustentabilidade. De facto, a existência de parcerias é privilegiada pelas ONGD Portuguesas, e apesar de em geral considerarem que não existe coordenação entre as ONGD Portuguesas, as que intervêm em parceria com organizações nacionais são as que mais seguem o ciclo do projecto, apresentando-se assim como uma mais-valia para a AH Portuguesa. O envolvimento dos actores locais/beneficiários também é privilegiado. De acordo com o que refere Carvalho (2006) é fundamental que as necessidades sejam percebidas e sentidas pela própria cultura e que os problemas sejam identificados, discutidos pela própria população, para que a sua resolução seja encontrada no seu seio, actuando os elementos cooperantes como dinamizadores. Esta população integrante de um ambiente, constituída por actores, deve ser parte cooperante e interventiva em todo o processo. De facto, assim procedem todas as ONGD, envolvendo os actores locais nas suas intervenções, permitindo desta forma uma constante reavaliação e conseqüente redireccionamento das intervenções nas diferentes fases do ciclo do projecto. A capacitação da população no processo de desenvolvimento, através de métodos participativos é constatada através da utilização por algumas ONGD da metodologia participativa para o planeamento, reflectindo-se obviamente num contributo positivo na utilização do ciclo do projecto, já que o planeamento faz parte das suas fases.

Relativamente à questão do apoio por parte da opinião pública, Roche (2002) salienta o facto desta ter uma grande influência no contexto da AH, e Leiva (2008) afirma a importância da visibilidade de uma organização como reforço funcional incontestável. A questão da visibilidade poderá estar relacionada com o apoio da opinião pública, e relacionando as mesmas com o tal reforço funcional incontestável, tendo em conta que mais de metade das ONGD Portuguesas considera este apoio da opinião pública existente, seria de supor então, uma utilização mais global e completa de todo o ciclo do projecto (como o tal reforço funcional incontestável), o que não se constata na prática, pois 25% das ONGD só seguem o ciclo do projecto às vezes e 19%

não o segue completamente. Contudo, 56% das ONGD seguem o ciclo do projecto completamente, e nenhuma ONGD deixa de segui-lo (mesmo que algumas só o sigam às vezes e outras não completamente), aspecto positivo que demonstra que as ONGD lhe atribuem importância e o utilizam nas suas intervenções.

Das ONGD que implementam menos missões anualmente (1 a 5), 50% seguem completamente o ciclo do projecto, e das ONGD que implementam mais de 5 missões anualmente, 75% seguem completamente o ciclo do projecto, significando portanto, que as ONGD que prestam AH utilizam o ciclo do projecto nas suas intervenções.

O aspecto referido no parágrafo anterior fica também reforçado na constatação de que as ONGD que implementam acções de reabilitação são as que mais seguem completamente o ciclo do projecto (80%), seguindo-se as que implementam acções de emergência (67%) e de AH e desenvolvimento (60%), afirmando-se portanto uma grande utilização do ciclo do projecto nas intervenções de AH. O possível mito de que apenas as ONGD que actuam nas áreas de Cooperação e Educação para o Desenvolvimento utilizam o ciclo do projecto fica assim desmistificado.

As ONGD que planeiam (ou seja, que referem uma metodologia de planeamento) maioritariamente utilizam o ciclo do projecto, demonstrando que de facto utilizam o ciclo do projecto, tendo em conta que o planeamento faz parte de uma das suas fases.

Relativamente à fase de avaliação (outra fase do ciclo do projecto), Serrano (2008) aponta que é determinada pelo que se pretende alcançar com a implementação, e neste estudo, é evidente a “preocupação” que as ONGD demonstram relativamente à sua importância, uma vez que quase na sua totalidade avaliam a implementação dos seus projectos. As ONGD que mais avaliam a implementação dos seus projectos são as que realizam menos missões anualmente (1 a 5 missões), em concordância com o seguimento do ciclo. Este é um factor positivo, que pode significar que “se faz menos mas com mais qualidade”, já que a avaliação contribui para resultados mais eficazes, se as suas lições forem incorporadas.

Avaliam a implementação dos seus projectos, 80% das ONGD que implementam acções de AH e desenvolvimento, 78% das que implementam acções de emergência e 60% das que implementam acções de emergência, aspecto positivo que indica também utilização de fases do ciclo do projecto. Significa portanto, que a maioria das ONGD

que presta AH realiza avaliação, componente fundamental para a implementação do ciclo do projecto.

Contudo detectou-se uma incongruência: as ONGD que referem seguir a totalidade do ciclo do projecto não avaliam na sua totalidade a implementação dos seus projectos, ou seja, das que referem seguir completamente o ciclo do projecto, apenas 78% avalia a implementação. A incongruência é explicada pelo facto do seguimento total do ciclo implicar obviamente o seguimento de todas as suas fases, na qual se inclui a avaliação. Por outro lado, todas as que afirmam não seguir todo o ciclo do projecto, referem que realizam avaliações. Estas incongruências podem ser reveladoras de que à semelhança do que se passa no planeamento, também pode existir pouca “clareza” de conceitos relativamente ao ciclo do projecto e suas fases.

De um modo geral, as ONGD que referem utilizar uma metodologia de planeamento avaliam a implementação dos seus projectos, ou seja, 100% das que responderam ambos (metodologia e ciclo do projecto) avaliam e 83% das que responderam apenas a uma metodologia também. No entanto, as que apenas se referiram ao ciclo do projecto como resposta à pergunta sobre a metodologia utilizada, só 33% avalia, reforçando-se desta forma os dados que referem que nem sempre seguem totalmente o ciclo do projecto. Contudo, o que se comprova é que utilizam o ciclo do projecto, embora não tanto como seria de esperar. Mas também nesta relação se verifica uma incongruência: as que não referem nenhuma metodologia de planeamento ou ciclo do projecto avaliam as suas intervenções, colocando-se a dúvida de que se não planeiam nem utilizam o ciclo do projecto como é que aplicam a sua fase de avaliação.

Relativamente à avaliação de impacto, Roche (2002) refere-a vital para a determinação de mudança na vida das pessoas e assim verificar se as ONG de facto fazem uma diferença, pois um dos seus desafios é determinar o seu papel em processos de transformação mais amplos. Em concordância com esta importância estão todas as ONGD, ou seja, 100% considera importante a avaliação de impacto do projecto.

As vantagens e limitações apontadas pelas ONGD podem constituir pontos positivos ou negativos para a utilização do ciclo do projecto, nas suas diferentes fases. A existência de parcerias, o envolvimento dos beneficiários e a experiência anterior, apontadas como vantagens para o sucesso da actividade, e já anteriormente mencionadas, constituem relevante importância no ciclo do projecto, uma vez que

estando presentes nas suas fases proporcionam uma melhor “elaboração” e utilização do ciclo na sua globalidade. As limitações de financiamento e de recursos, e a falha na coordenação/colaboração podem assim constituir pontos negativos, tal como também já foi mencionado, implicando dificuldade em assegurar o seu completo seguimento, por falta de meios e recursos.

Perante toda a análise e interpretação exposta, comprova-se a 2ª hipótese de estudo, ou seja, as ONGD Portuguesas que actuam em AH utilizam o ciclo do projecto nas suas intervenções, embora o seu seguimento completo não se verifique na totalidade. Para além de não se verificar o completo seguimento do ciclo por parte de todas as ONGD de AH, também a detecção das lacunas ou discordâncias apresentadas levantam algumas dúvidas sobre a sua “eficaz e correcta” utilização.

## Conclusão

Uma vez que a garantia do bem-estar físico, psíquico e social ambicionado para todos os seres humanos pode ser ameaçada por catástrofes naturais e humanas, com graves consequências e elevado impacto, perante a ocorrência de tais situações, a actuação das ONG assume particular importância. Assim este estudo procura compreender melhor a importância do planeamento e do ciclo do projecto para uma actuação eficaz das ONG de AH, e em particular conhecer melhor a realidade das ONGD Portuguesas.

Esta Tese de Mestrado foi dividida em três capítulos, sobre a AH, o planeamento e o ciclo do projecto, e a caracterização da sua utilização pelas ONGD Portuguesas.

No primeiro capítulo, tendo em conta a particularidade das intervenções no contexto da AH, procedeu-se ao enquadramento geral da mesma para a clarificação de conceitos e caracterização de tipos de intervenção abrangidos. A fim de se estabelecer um fio condutor, importante para a compreensão da realidade do objecto de estudo, considerou-se pertinente uma abordagem geral do contexto português na prestação da AH, com destaque para a importância das ONGD Portuguesas, foco deste estudo.

No segundo capítulo, sobre o planeamento e o ciclo do projecto no contexto da AH, considerou-se necessário abordar definições e tipos de planeamento, assim como a sua importância e benefícios, e descrever as metodologias de planeamento consideradas mais relevantes. Relativamente ao ciclo do projecto, considerou-se essencial a descrição sucinta de todas as suas fases, com vista à sua compreensão, assim como a sua aplicação no contexto referido.

O terceiro capítulo debruçou-se sobre o questionário aplicado e a sua análise. Este estudo centrou-se na utilização do planeamento e do ciclo do projecto pelas ONGD Portuguesas, dado considerar-se importante identificar se mesmo no contexto da AH, estes dois mecanismos/instrumentos são utilizados. Desta forma tornou-se imprescindível o seu estudo.














Foram colocadas duas hipóteses de estudo, que são *As ONGD Portuguesas que prestam AH planeiam as suas intervenções* e *As ONGD Portuguesas que prestam AH incluem o ciclo do projecto nas suas intervenções*. Tendo presente os dados do questionário e a correlação e análise das respostas, verificam-se as duas hipóteses de

estudo, no entanto, tendo em conta as discrepâncias detectadas, podem surgir algumas dúvidas sobre o grau de implementação e sobre o próprio entendimento dos conceitos teóricos por parte das ONGD, o que pode constituir motivação e justificar a continuidade desta investigação. Relativamente à 1ª hipótese de estudo, comprova-se então que as ONGD Portuguesas que prestam AH planeiam as suas intervenções, no entanto, surgem dúvidas se de facto planeiam com “qualidade”, para a obtenção de resultados eficazes. Surgem dúvidas acerca do conhecimento por parte das ONGD sobre planeamento e metodologias de planeamento, dado a grande maioria delas demonstrar perante as suas respostas, falta de objectividade nesta identificação. Quanto à 2ª hipótese de estudo, comprova-se que as ONGD Portuguesas que prestam AH incluem o ciclo do projecto nas suas intervenções, no entanto à semelhança da 1ª hipótese, também surgem dúvidas sobre a sua “correcta” utilização, em consequência das discordâncias identificadas.

As hipóteses de estudo pretendem ser uma resposta provável à questão de investigação. Neste estudo conclui-se que é planeada a intervenção das ONGD Portuguesas em AH, privilegiando as metodologias participativas e o método do enquadramento lógico, e é implementada através da utilização do ciclo do projecto nas suas intervenções.

Este estudo, baseado em vasta pesquisa bibliográfica e no questionário desenvolvido, deseja ter contribuído para o avanço de conhecimentos nesta área, não tendo de todo a pretensão de alcançar resultados definitivos, mas antes proporcionar caminho para estudos posteriores. Os resultados obtidos serão partilhados com a Plataforma Portuguesa das ONGD, bem como com todas as ONGD que fizeram parte deste estudo, esperando desta forma contribuir para um maior conhecimento da realidade das ONGD Portuguesas, em particular das que desenvolvem AH.

## Bibliografia

-  Bandeira, R. (2008). *Medicina de Catástrofe: da exemplificação histórica à iatroética*. Porto, Editora da Universidade do Porto.
-  Baptista, J. L. (2008). Acção Humanitária: Notas Teóricas e Relato de uma Experiência Pessoal. *Cadernos de Estudos Africanos – Espírito de Missão*, nº 15, Janeiro/Junho, pp. 99-121.
-  Barroco, M. F. (2000). *As ONGs em Portugal – sistematização por áreas de acção, legislação e fichas-resumo*. Lisboa, Livraria Arco-Íris, Edições Cosmos.
-  Bell, J. (1997). *Como realizar um projecto de investigação*. Lisboa, Gradiva.
-  Brauman, R. (1997). *A Acção Humanitária*. Lisboa, Instituto Piaget.
-  Carvalho, C.C. (2006). *Partir em missão humanitária*. Coimbra, Formasau – Formação e Saúde.
-  Carvalho, J.E. (2002). *Metodologia do Trabalho Científico – “Saber-Fazer” da investigação para dissertações e teses*. Lisboa, Escolar Editora.
-  Fernandes, A. P. (2005). Os actores da Cooperação para o Desenvolvimento. In: Afonso, M. M. e Fernandes, A. P. *abCD Introdução à Cooperação para o Desenvolvimento*. São João da Talha, Revista FORUM DC, pp. 37-55.
-  Fortin, M-F. (1999). *O Processo de Investigação – Da concepção à realização*. Loures, Lusociência.
-  Gil, A. C. (1999). *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. São Paulo, Editora Atlas.
-  Guerra, I. C. (2000). *Fundamentos e Processos de uma Sociologia de Acção – O Planeamento em Ciências Sociais*. Cascais, Principia, Publicações Universitárias e Científicas.
-  Hassmiller, S. B. (1999). Gestão de Catástrofe. In: Stanhope, M. e Lancaster, J. (Ed.). *Enfermagem Comunitária – Promoção da Saúde de Grupos, Famílias e Indivíduos*. 1ª edição. Lisboa, Lusociência, pp. 409-426.
-  Honoré, B. (2002). *A Saúde em Projecto*. Loures, Lusociência.

📖 Leiva, C. A. (2008). *Manual de atención a múltiples víctimas y catástrofes*. Madrid, Arán Ediciones.

📖 Marconi, M.A. e Lakatos, E.M. (2001). *Metodologia do Trabalho Científico – Procedimentos Básicos, Pesquisa Bibliográfica, Projeto e Relatório, Publicações e Trabalhos Científicos*. São Paulo, Editora Atlas.

📖 Marconi, M.A. e Lakatos, E.M. (2003). *Fundamentos de metodologia científica*. São Paulo, Editora Atlas.

📖 Nobre, F.L.V.R. (2007). Solidariedade sem Fronteiras e as ONG'S. In: Edições Almedina, SA (Ed.). *Psiquiatria de Catástrofe – Memória do Encontro Psiquiatria de Catástrofe e Intervenção na Crise*. Coimbra, Almedina, pp. 415-420.

📖 Nogueira, H. (2008). *Os Lugares e a Saúde*. Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra.

📖 Oliveira, J. B. (2008). A Experiência dos Médicos do Mundo: Ajuda Humanitária, Emergência, Reabilitação e Desenvolvimento, *Cadernos de Estudos Africanos – Espírito de Missão*, nº 15, Janeiro/Junho, pp. 123-131.

📖 Pereira, A. (2009). Modelos de intervenção e legislação em Catástrofes. In: Pereira, M. F. T. P. *CSI Catástrofes*. Porto, Edições Universidade Fernando Pessoa, pp. 11-45

📖 Públio, M. A. (2008). *Como Planejar e Executar uma campanha de propaganda*. São Paulo, Atlas.

📖 Raimundo, I. (1999). *Imperativo Humanitário e Não-Ingêrência – Os novos desafios do Direito Internacional Contemporâneo*. Lisboa, Edições Cosmos, Instituto de Defesa Nacional.

📖 Ribeiro, L. C. (2008). Missões Humanitárias: A Exigência de Interdisciplinaridade, *Cadernos de Estudos Africanos – Espírito de Missão*, nº 15, Janeiro/Junho, pp. 91-97.

📖 Roche, C. (2002). *Avaliação de impacto dos trabalhos de ONGs – Aprendendo a valorizar as mudanças*. São Paulo, Cortez Editora.

📖 Sánchez, J. C. R. (2008). Medicina Humanitaria en la Actualidad: Retos y Desafíos, *Cadernos de Estudos Africanos – Espírito de Missão*, nº 15, Janeiro/Junho, pp. 63-88.

📖 Serrano, G.P. (2008). *Elaboração de Projectos Sociais: Casos Práticos*. Porto, Porto Editora.

📖 Stanhope, M. (1999). Gestão de Programas. In: Stanhope, M. e Lancaster, J. (Ed.). *Enfermagem Comunitária – Promoção da Saúde de Grupos, Famílias e Indivíduos*. 1ª edição. Lisboa, Lusociência, pp. 427-450.

📖 Tarapanoff, K. (2001). *Inteligência Organizacional e Competitiva*. Brasília, Editora UNB.

📖 Tavares, A. (1990). *Métodos e Técnicas de Planeamento em Saúde*. Lisboa, Edição do Ministério da Saúde, Departamento de Recursos Humanos da Saúde e Centro de Formação e Aperfeiçoamento Profissional.

📖 Vergara, M.E. (1986). *Evaluación de Proyectos Sociales*. Buenos Aires, Editorial Humanitas.

## Webgrafia

@ Dicionário da Língua Portuguesa. [Em linha]. Disponível em < [www.infopedia.pt/lingua-portuguesa/](http://www.infopedia.pt/lingua-portuguesa/) > [Consultado em 14/02/2012].

@ Dicionário Hegoa - Diccionario de Acción Humanitaria y Cooperación al Desarrollo. [Em linha]. Disponível em < <http://www.dicc.hegoa.ehu.es/> > [Consultado em 10/02/2012].

@ Europa – O portal da União Europeia. [Em linha]. Disponível em < [http://europa.eu/pol/hum/index\\_pt.htm](http://europa.eu/pol/hum/index_pt.htm) > [Consultado em 10/11/2011].

@ Good Humanitarian Donorship (GHD). [Em linha]. Disponível em < [http://www.goodhumanitarianandonorship.org/Libraries/Ireland\\_Doc\\_Manager/EN-23-Principles-and-Good-Practice-of-Humanitarian-Donorship.sflb.ashx](http://www.goodhumanitarianandonorship.org/Libraries/Ireland_Doc_Manager/EN-23-Principles-and-Good-Practice-of-Humanitarian-Donorship.sflb.ashx) > [Consultado em 10/11/2011].

@ Hyogo Framework for Action 2005-2015. [Em linha]. Disponível em < <http://www.unisdr.org/2005/wcdr/intergover/official-doc/L-docs/Hyogo-framework-for-action-english.pdf> > [Consultado em 13/02/2012].

@ Infopédia – Enciclopédia e Dicionários Porto editora. [Em linha]. Disponível em < [http://www.infopedia.pt/\\$analise-swot](http://www.infopedia.pt/$analise-swot) > [Consultado em 13/02/2012].

@ IEEI – Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais. [Em linha]. Disponível em < <http://www.ieei.pt/post.php?post=90> > [Consultado em 13/02/2012].

@ IPAD – Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento. [Em linha]. Disponível em < <http://www.ipad.mne.gov.pt/CooperacaoDesenvolvimento/AjudaHumanitaria/Paginas/default.aspx> > [Consultado em 10/11/2011].

@ MPGP – Mochila Pedagógica sobre Gestão de Projectos (2000). [Em linha]. Disponível em < <http://www.plataformaongd.pt/conteudos/documentacao/documentos/centrodocumentacao/1018/Ciclo%20Projecto/Gestao%20ciclo%20de%20projecto.pdf> > [Consultado em 24/02/2012].

@ OMS – Organização Mundial de Saúde. [Em linha]. Disponível em < <http://www.who.int/hac/about/definitions/en/index.html> > [Consultado em 25/01/2012].

@ Plataforma Portuguesa das ONGD. [Em linha]. Disponível em < <http://www.plataformaongd.pt/> > [Consultado em 25/01/2012].

@ Revisão pelos pares – CAD (2010). [Em linha]. Disponível em < <http://www.oecd.org/dataoecd/33/19/46552896.pdf> > [Consultado em 16/03/2012].

@ Sínteses da Legislação da União Europeia. [Em linha]. Disponível em < [http://europa.eu/legislation\\_summaries/humanitarian\\_aid/r10001\\_pt.htm](http://europa.eu/legislation_summaries/humanitarian_aid/r10001_pt.htm) > [Consultado em 10/11/2011].

@ The Sphere Project – Humanitarian Charter and Minimum Standards in Humanitarian Response. [Em linha]. Disponível em < <http://www.sphereproject.org/> > [Consultado em 25/01/2012].

@ Tratado de Lisboa. [Em linha]. Disponível em < [http://europa.eu/lisbon\\_treaty/full\\_text/index\\_pt.htm](http://europa.eu/lisbon_treaty/full_text/index_pt.htm) > [Consultado em 25/01/2012].

## **Anexos**

## Anexo I – Questionário Aplicado

## Questionário

### Caracterização da Ajuda Humanitária em Portugal

Este questionário pretende fazer parte de um estudo no âmbito do Mestrado em Acção Humanitária, Cooperação e Desenvolvimento. Este estudo tem como objectivo conhecer melhor a realidade da Ajuda Humanitária Portuguesa incluindo a forma de planear, implementar e avaliar as acções desenvolvidas. O questionário deverá ser respondido até ao dia 21 de Novembro de 2011 e enviado para o endereço de e-mail [maryzacosta@gmail.com](mailto:maryzacosta@gmail.com)

Nome: \_\_\_\_\_

ONG: \_\_\_\_\_

Cargo que exerce: \_\_\_\_\_

1 – Anualmente quantas missões de Ajuda Humanitária são implementadas pela Organização?

- 1 a 5
- Mais de 5

2 – Que tipo de acções implementa?

- Emergência
- Reabilitação
- Ajuda Humanitária e Desenvolvimento

3 – Qual é o critério da Organização na tomada de decisão para intervir?

- Vocação da Organização
- Pedido de Auxílio Internacional
- Outro. Qual? \_\_\_\_\_

4 – Intervém em parceria com outras Organizações?

- Sim
  - Nacionais
  - Internacionais
  - Locais
- Não

5 – Quais são as fontes de financiamento para as suas intervenções? Enumere de 1 a 6, correspondendo o 1 ao mais importante e o 6 ao menos importante.

- Governo
- Pessoas individuais
- Empresas
- Fundações
- Organismos internacionais
- Outro. Qual? \_\_\_\_\_

6 – Os financiamentos obtidos são suficientes para colmatar as necessidades de intervenção da Organização?

- Sim
- Não. Porquê? \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

7 – Em que sectores desenvolve a sua acção?

- Cuidados básicos de Saúde
- Necessidades Mentais e Psicossociais
- Assistência a Deslocados
- Água e Saneamento
- Outro. Qual? \_\_\_\_\_

8 – Qual é a duração da acção?

- 0 a 3 meses
- 3 a 6 meses
- Mais de 1 ano

9 – Os actores locais são envolvidos nas intervenções realizadas?

- Sim. De que forma? \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_
- Não

10 – Considera que existe coordenação entre as Organizações Não Governamentais Portuguesas nas intervenções de Ajuda Humanitária?

- Sim
- Não

11 – Quais são os recursos humanos de que dispõe a Organização?

- Membros efectivos  
Quantos? \_\_\_\_\_
- Colaboradores voluntários  
Quantos? \_\_\_\_\_
- Outros. Quais? \_\_\_\_\_  
Quantos? \_\_\_\_\_

12 – Considera que existe apoio da opinião pública para as suas missões?

- Sim
- Não

13 – Segue o ciclo do projecto na implementação das suas intervenções?

- Sim
- Não
- Às vezes
- Não completamente

14 – Que metodologia(s) utiliza no planeamento dos projectos?

---

---

---

15 – Avalia a implementação dos seus projectos?

- Sim
- Não
- Apenas acompanhamento sem avaliação final
- Apenas avaliação final
- Outro. Explícite. \_\_\_\_\_

16 – Considera importante a avaliação de impacto do projecto?

- Sim. Porquê? \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_
- Não

17 – Enumere 3 vantagens e 3 limitações para o sucesso da sua actividade.

Vantagens

---

---

---

Limitações

---

---

---

Obrigado pela colaboração

Anexo II – Lista das ONGD incluídas no estudo

## Lista das associadas da Plataforma Portuguesa das ONGD

- ✓ Abraço – Associação de Apoio a Pessoas com VIH/SIDA
- ✓ ACEP - Associação para a Cooperação Entre os Povos
- ✓ ADDHU - Associação de Defesa dos Direitos Humanos
- ✓ ADPM – Associação de Defesa do Património de Mértola
- ✓ ADRA - Associação Adventista para o Desenvolvimento, Recursos e Assistência
- ✓ Aidglobal - Acção e Integração para o Desenvolvimento Global
- ✓ AJAP - Associação dos Jovens Agricultores de Portugal
- ✓ AJP – Acção para a Justiça e Paz
- ✓ AMU – Cooperação e Solidariedade Lusófona por um Mundo Unido
- ✓ Associação PAR – Respostas Sociais
- ✓ Associação Tropical Agrária (ATA)
- ✓ Associação Veterinários sem Fronteiras Portugal (não aplicado o questionário)
- ✓ APCD- Associação Portuguesa de Cultura e Desenvolvimento
- ✓ APF - Associação para o planeamento da família
- ✓ APOIAR - Associação Portuguesa de Apoio a África
- ✓ Associação Cultural e Juvenil Batoto Yetu Portugal (BYP) (não aplicado o questionário)
- ✓ Associação HELPO
- ✓ ATLAS - Associação de Cooperação para o Desenvolvimento
- ✓ Cáritas Portuguesa
- ✓ Centro de Estudos Africanos das Universidade do Porto (CEAUP/ONGD)
- ✓ Chapitô (não aplicado o questionário)
- ✓ CIC- Portugal - Associação para a Cooperação, Intercâmbio e Cultura
- ✓ CIDAC – Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral
- ✓ Conselho Português para os Refugiados
- ✓ Equipa d’África
- ✓ EAPN Portugal
- ✓ Engenho e Obra - Associação para o Desenvolvimento e Cooperação (E&O)
- ✓ EPAR – Desenvolvimento, Ensino Formação e Inserção, crl (não aplicado o questionário)
- ✓ Fundação Teresa Regojo para o Desenvolvimento
- ✓ FCL – Fundação Cidade de Lisboa
- ✓ FEC – Fé e Cooperação
- ✓ FOM – Fundação Oliveira Martins
- ✓ Fundação Champagnat
- ✓ Fundação Gonçalo da Silveira
- ✓ Fundação Bomfim
- ✓ G.A.S. Porto – Grupo de Acção Social do Porto
- ✓ GRAAL – Associação de Carácter Social e Cultural
- ✓ GTO – Grupo de Teatro do Oprimido (não aplicado o questionário)
- ✓ IED- Instituto de Estudos para o Desenvolvimento
- ✓ IEEI – Instituto de Estudos Estratégicos Internacionais

- ✓ IMVF – Instituto Marquês de Valle Flor
- ✓ INDE – Intercooperação e Desenvolvimento
- ✓ ISU – Instituto de Solidariedade e Cooperação Universitária
- ✓ Leigos para o Desenvolvimento
- ✓ Ligar à Vida - Associação de Gestão Humanitária para o Desenvolvimento
- ✓ MdM – P – Médicos do Mundo Portugal
- ✓ Monte - Desenvolvimento Alentejo Central - ACE
- ✓ Meninos do Mundo
- ✓ Mundo a Sorrir – Associação de Médicos Dentistas Solidários Portugueses (não aplicado o questionário)
- ✓ Orbis – Cooperação e Desenvolvimento
- ✓ OIKOS- Cooperação e Desenvolvimento
- ✓ OMAS – Leigos da Boa Nova
- ✓ Pro Dignitate- Fundação de Direitos Humanos
- ✓ Raia Histórica – Associação de Desenvolvimento do Nordeste da Beira
- ✓ Rosto Solidário – Associação de Desenvolvimento Social e Humano
- ✓ Saúde em Português
- ✓ SOLSEF – Sol Sem Fronteiras
- ✓ SOPRO - Solidariedade e Promoção
- ✓ SUL – Associação de Cooperação para o Desenvolvimento
- ✓ Terras Dentro – Associação para o Desenvolvimento Integrado
- ✓ TESE - Associação para o Desenvolvimento
- ✓ UMP – União das Misericórdias Portuguesas
- ✓ Comité Português para a UNICEF
- ✓ Urbáfrica - Organização não Governamental para a Cooperação e Desenvolvimento Urbano
- ✓ VIDA – Voluntariado Internacional para o Desenvolvimento Africano
- ✓ VITAE - Associação de Solidariedade e Desenvolvimento Internacional
- ✓ WACT - We are Changing Together

Não associadas da Plataforma Portuguesa das ONGD

- ✓ PCI – Paramédicos de Catástrofe Internacional
- ✓ CVP – Cruz Vermelha Portuguesa
- ✓ AMI – Assistência Médica Internacional